

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL

AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS GOVERNOS BRASILEIRO E  
PARAGUAIO – MARCHA PARA OESTE (O CASO PARANAENSE) E A  
*MARCHA DEL ESTE*

CURITIBA  
2013

CLEVERSON DE OLIVEIRA

AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS GOVERNOS BRASILEIRO E  
PARAGUAIO – MARCHA PARA OESTE (O CASO PARANAENSE) E A  
*MARCHA DEL ESTE*

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do grau de Mestre em Geografia no  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor  
de Ciências da Terra, da Universidade Federal do  
Paraná (UFPR).

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gislene Aparecida Santos.

CURITIBA

2013




PARECER

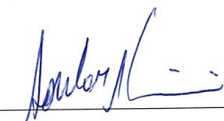
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **CLEVERSON DE OLIVEIRA** intitulada "**POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DOS GOVERNOS BRASILEIRO E PARAGUAIO – MARCHA PARA OESTE E A MARCHA DEL ESTE**", para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

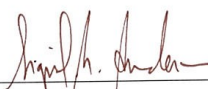
Após haver analisado o referido trabalho e arguido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 06 de junho de 2013.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Gislene Aparecida dos Santos (Orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini - UFPR

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Sigrid de Mendonça Andersen – UFPR

## **DEDICATÓRIA**

Dedico às mulheres da minha vida, a memória de Ana Frank a grande matriarca, nosso exemplo de respeito e tolerância, sabedoria e força, prudência e carinho. A minha mãe Lúcia que representa o maior exemplo de superação na minha vida, reconstruindo-se sempre a cada grande obstáculo que enfrentamos nos últimos tempos. As minhas irmãs Janaina e Rosana que sempre estão ao meu lado. E minhas sobrinhas Amanda e Jeanine, nossos motivos e estímulos para melhorar sempre.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter me dado todo o Sol e a Geografia que sempre pedi, precisei e mereci.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por me permitir a realização das disciplinas ainda como aluno especial, pela atenção do secretário Zen e aos professores durante os créditos que realizei nesta Universidade.

Não sei se agradecer seria a palavra mais adequada para retribuir o carinho e a consideração que tenho pela professora e orientadora Gislene, pois mesmo não me conhecendo confiou e permitiu que eu trilhasse meu caminho e nessa ousadia me oportunizou o registro desta dissertação, a você, devo a realização do meu maior sonho...

A minha amiga catarinense Aracélis que foi a grande incentivadora da loucura de sair de uma distante região do interior e despertar vôos, e, a minha amiga paranaense Eliane que acreditou no meu potencial muito mais do que eu.

Aos muitos amigos que incentivaram e estimularam minha caminhada que me deram forças quando eu desanimava e aqueles que simplesmente estiveram ao meu lado sempre. Em especial para minhas queridas Viviane, Fabiele e Ilsa.

Incansáveis agradecimentos aos que serviram de “mulas” carregando livros e emprestando-os em diversas Universidades, tirando cópias, copiando jornais e dados, visitando museus e garimpando materiais: aos paranaenses Tiago, Marina, Joelcio, Eder, Vivian e Lucas, os mineiros Clevinho, Kely e Vanvan, aos cariocas Mariá e Alex, aos paulistas Marta e Vivi, e aos catarinenses Rozana, Tiago, Jacque e João.

Aos muitos mestres que não mediram esforços para socializar seu saber, indicar caminhos e tirar dúvidas durante toda a minha trajetória, sendo grandes referências, especialmente Marcel Renê, João Rubens, Rafael, Maria Tarcisa, Nilson e Claudia.

Aos que me receberam nesta Universidade e indicaram caminhos em meio aos labirintos e barreiras que fui encontrando, Alfio, Sony, Ribeiro e Jorge.

Aos meus colegas de trabalho e estudos pelo companheirismo, aos meus chefes que possibilitaram me ausentar quando necessitei e por todas as experiências que tive nas diversas faculdades e universidades que estudei e trabalhei, UnC, Unimes, PUC-Pr, Unimet, Facinter, Universidade de Lisboa e Fetremis.

A minha família que sempre foi minha fortaleza, estímulo e reconhecimento, que respeitou a busca deste grande e importante sonho, agradeço por compreenderem a falta de tempo mesmo quando estava presente fisicamente, mas com o pensamento distante. Pelos compromissos desmarcados e ter muitas vezes secundarizado a nossa convivência, amo vocês.

E, gostaria de agradecer, de forma muito especial, a você Sandro, que em toda a sua sapiência contribuiu com considerações muito relevantes, me suportou nestes dois anos, não mediu esforços e tempo para que eu concretizasse o sonho da minha vida, teve paciência para as leituras, mesmo quando ainda eram rascunhos, saibas que uma parte importante deste trabalho deve-se a você.

*(...) A população humana é um fenômeno em marcha.*

Vidal de La Blache  
(Princípios da Geografia Humana)

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	vii
LISTA DE TABELAS .....	viii
LISTA DE MAPAS .....	ix
LISTA DE SIGLAS .....	x
<b>RESUMO .....</b>	<b>xi</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>xii</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>1 AS MIGRAÇÕES .....</b>	<b>08</b>
1.1 A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL .....	17
1.2 MIGRAÇÕES INTERNAS .....	23
<b>2 MARCHA PARA OESTE .....</b>	<b>29</b>
2.1 A MARCHA PARA OESTE NO BRASIL .....	35
2.2 A EXPERIÊNCIA COLONIZADORA PARANAENSE ANTES DA MARCHA PARA OESTE .....	42
2.3 A MARCHA PARA OESTE NO PARANÁ .....	52
<b>3 MARCHA DEL ESTE .....</b>	<b>52</b>
3.1 A MARCHA DEL ESTE COLOCANDO FIM AOS CONFLITOS DIPLOMÁTICOS ENTRE BRASIL E PARAGUAI .....	75
3.2 A PERSONIFICAÇÃO DE STROESSNER NAS POLÍTICAS DO SEU GOVERNO .....	78
3.3 O GOVERNO DE STROESSNER .....	81
3.4 AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PARAGUAIAS .....	84
3.5 ESPAÇOS OCUPADOS PELOS BRASILEIROS NO PARAGUAI .....	90
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>96</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>99</b>



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 – CATÁLOGO DE PROPAGANDA DA CTNP DAS TERRAS AO NORTE DO PARANÁ .....	47
IMAGEM 02 – CARTAZ DE PROPAGANDA DAS COLÔNIAS NO NORTE DO PARANÁ .....	48
IMAGEM 03 – CARTAZ DE PROPAGANDA DAS TERRAS AO NORTE DO PARANÁ .....	48
IMAGEM 04 – CARTAZ PARA DIVULGAÇÃO NO COMÉRCIO PAULISTA DAS TERRAS PARANAENSES .....	49
IMAGEM 05 – REPORTAGEM NO JORNAL DIÁRIO DE SÃO PAULO SOBRE A CTNP .....	50
IMAGEM 06 – CARTAZ DE PROPAGANDA DAS TERRAS DA FAZENDA BRITÂNIA .....	61

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 01 – COMPARAÇÃO ENTRE AS TAXAS DE CRESCIMENTO DO OESTE PARANAENSE, O ESTADO DO PARANÁ E O BRASIL .....	68
---	----

## LISTA DE MAPAS

MAPA 01 – MAPA POLÍTICO DO PARAGUAI – 2012 .....	91
MAPA 02 – MAPA DAS CORRENTES MIGRATÓRIAS BRASILEIRAS AO PARAGUAI .....	92
MAPA 03 – COLONIZAÇÃO BRASILEIRA NO PARAGUAI .....	93
MAPA 04 – PRODUÇÃO DA SOJA EM TERRITÓRIO PARAGUAIO – INÍCIO DO SÉCULO XXI, RESULTADO DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA .....	94

## **LISTA DE SIGLAS**

ACNUR – ALTO COMISSIÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS.

BRAVIACO – COMPANHIA BRASILEIRA DE AVIAÇÃO E COMÉRCIO.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE.

CMNP – COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ.

CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL.

COBRIMCO – COMPANHIA BRASILEIRA DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

CTNP – COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

IBR – INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL.

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.

INDERT – INSTITUTO NACIONAL DE DESARROLLO RURAL Y DE LA TIERRA.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

MARIPÁ – INDÚSTRIA MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

SINOP – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA NOROESTE DO PARANÁ.

STP – SECRETARIA TÉCNICA DE PLANIFICACIÓN DEL PARAGUAY.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a análise de duas políticas migratórias: i) a *Marcha para o Oeste*, do estado brasileiro, particularmente em direção ao oeste paranaense. ii) a *Marcha del Este*, implementada pelo governo do Paraguai. No caso brasileiro, o recorte pelo oeste paranaense se deve porque foi, durante o período desta política governamental, que a região apresentou a maior atração migratória em sua história e materializou os objetivos de colonização e desenvolvimento que o Estado planejava e divulgava em sua propaganda ideológica. Ainda, fator importante a destacar, região de fronteira com o vizinho Paraguai, parcela significativa dos migrantes oriundos da *Marcha para o Oeste*, transferiram-se décadas depois para este país, quando o Paraguai organiza sua própria política governamental de migração. O caso paraguaio com características muito semelhantes ao caso paranaense, revela para esta pesquisa, que a *Marcha del Este* confirma, em um segundo exemplo, que o Estado é ator fundamental na determinação dos fluxos migratórios. A análise e/ou a relação de ambas as políticas visa entender a ação do Estado que cria, estimula, intensifica, direciona e determina as correntes migratórias. Integra este estudo a identificação dos elementos que representam este papel do Estado e o seu discurso empregado para justificar o direcionamento dos deslocamentos populacionais tanto no seu espaço interno como em suas áreas fronteiriças. Para entender esta dinâmica populacional, apresentamos um corpo teórico no campo da migração nacional e internacional, análise das legislações migratórias no período analisado e a construção das políticas governamentais em ambos países (Brasil e Paraguai) induzindo e direcionando as referidas marchas migratórias. Este conjunto de procedimentos corrobora a idéia da centralidade do Estado na organização do território e o papel que a população nacional, através da migração dirigida, representará nesta configuração territorial, particularizado na ocupação do oeste paranaense e do leste paraguaio.

**Palavras Chave:** Migrações. Políticas de Estado. Marcha para Oeste. Marcha del Este.

## ABSTRACT

This research aims to study the analysis of two migration policies: i) March to the West, from the Brazilian State, particularly to the west of Paraná. ii) the *Marcha del Este*, implemented by the Paraguay's government.. In the Brazilian case, the clipping for West of Paraná is because it was while the period of this government policy, the region showed the greatest attraction in their migratory history and materialize the goals of settlement and development that the state planned and disclosed in its ideological propaganda. An important factor, still, to highlight, border region with neighboring Paraguay, a significant portion of migrants from the "March to the West", were transferred to this country decades later, when the Paraguayan government organizes its own migration policy. The Paraguayan case with characteristics very similar to the case of Paraná, reveals for this research that the *Marcha del Este* confirms in a second example, that the state is key player in the determination of migration flows. The analysis and / or the relationship of both policies aims to understand state action that creates, promotes, enhances, directs and determines migration flows. Integrates this study the identification of the elements that represent this role of the State and his speech employed to justify the direction of population movements both in its internal space and in its border areas. To understand this population dynamics, we present a theoretical framework in the field of domestic and international migration, analysis of migration laws in the analyzed period and the construction of government policies in both countries (Brazil and Paraguay) inducing and directing such marches migratory. This set of procedures corroborates the idea of the centrality of the state in regional development and the role that the national population, through the directed migration, will represent in his territorial configuration, particularized in the occupation of the West of Paraná and eastern Paraguay.

**Keywords:** Migration. State Policies. Marching Westward. *Marcha del Este*.



## INTRODUÇÃO

A dinâmica da população, quando compreendida pelas mudanças estruturais de sua mobilidade regional (sejam elas numéricas, na distribuição ou nos discursos ideológicos dos governantes), pode ser melhor observada quando a referência de análise são as políticas estatais envolvidas. A relação entre o Estado e a população ocorre de várias maneiras, especificamente quanto aos recursos empregados e, ainda mais, quando se dá ênfase ou concentração em um setor específico da economia, neste caso particular de estudo, do agrícola. Assim, temos o Estado determinando a ocupação de terras, fluxos migratórios e, em consequência, a densidade demográfica de uma região específica.

Para entender a relação entre fluxos migratórios e o Estado, privilegamos dois recortes de análises: o oeste do Paraná, explicado pela política nacional brasileira de colonização dos anos 1940 denominada *Marcha para Oeste*. O outro recorte, refere-se a *Marcha del Este*, política nacional paraguaia de colonização da região leste do Paraguai. Ambas políticas territoriais têm características muito próximas, sobretudo espaciais, temporais, econômicas e sociais. A partir desta seleção, o presente trabalho não desconsidera outros elementos significativos que influenciaram estes dois fluxos migratórios, até os aponta, mas aqui apresentaremos os fatores determinantes realizados pelo Estado (brasileiro e paraguaio) a partir de suas políticas governamentais que efetivaram processos de ocupação territorial, bem como direcionaram os fluxos migratórios que se seguiram para as duas regiões analisadas. Sendo assim nosso recorte temporal se entende entre as décadas de 1940-1960 com a *Marcha para Oeste* e 1960-1980 com a *Marcha del Este*.

Partimos assim de uma problemática focalizada no papel do Estado e os deslocamentos populacionais, sejam eles internos ou internacionais; quando as políticas de governo determinam e direcionam a mobilidade das populações. Esta pesquisa procura responder algumas perguntas: Como os Estados (o



brasileiro e o paraguaio) se organizaram para efetivar as duas migrações selecionadas? A concomitância temporal destes dois fluxos (*Marcha para Oeste* e *Marcha del Este*) foi um projeto orquestrado e realizado em concerto entre os dois países? Qual a ação do Estado na potencialização das trajetórias migratórias através de suas políticas colonizadoras? E ainda, qual seria o papel exercido pelo Estado para a determinação dos fluxos migratórios?

A metodologia utilizada por esta pesquisa iniciou com uma ampla revisão de literatura. Posteriormente, a análise de documentos e legislações sobre a migração e o processo de implementação da colonização do período, pesquisa de reportagens sobre a temática, identificação de propagandas ideológicas utilizadas pelos Estados e propagandas das empresas particulares colonizadoras para atrair as migrações para os espaços territoriais abordados. Também buscou-se dados censitários para comprovar as migrações e sua representatividade quantitativa nestas regiões abrangidas pelas duas políticas colonizadoras do Brasil e Paraguai respectivamente. Ao caso brasileiro apresentamos fontes primárias e utilizamos pesquisas e dados de outros autores, para o caso paraguaio as análises foram feitas sobre pesquisas já realizadas.

Em relação ao fator econômico e suas determinantes na busca de um desenvolvimento regional, especificamente, no presente trabalho, o oeste do Paraná e o leste do Paraguai, sustenta-se que o Estado teve influência, ou até mesmo determinou os deslocamentos populacionais envolvidos e que tais fluxos foram garantidores do crescimento econômico regional verificado nos dois países. Reiterando, tais constatações enfatizam o mérito de uma análise mais detalhada sobre as políticas de governo envolvidas, visando apurar os elementos e características presentes no fluxo migratório denominado *Marcha para Oeste*, criado pelo governo brasileiro e, no escopo pretendido, no seu equivalente criado pelo governo do Paraguai denominado de “*Marcha del Este*”.

Sob tal ótica o enfoque de análise regional, restringindo-se ao espaço geográfico citado – oeste do Paraná e leste do Paraguai –, representa uma importante ferramenta de estudo, por abordar fatores socioeconômicos que nos permite a detecção do componente estrutural determinante, aqui entendido como a presença do Estado. O Estado passa então, a ser analisado como

garantidor de ocupação de territórios estratégicos e direcionador do desenvolvimento econômico, pois buscou apontar o setor dominante da economia agrícola nas duas regiões delimitadas. E, a efetividade deste projeto somente pôde ser materializada com um intenso deslocamento populacional para estas novas regiões.

Ampla é a gama de estudos efetuados sobre as migrações internas no Brasil e sobre a emigração de brasileiros para o Paraguai, trazendo óticas de estudo e explicações diversas. Porém, o fluxo aqui estudado (oeste do Paraná e leste do Paraguai) se estende sobre uma área de fronteira internacional (Brasil e Paraguai). Nesta direção, com intuito de melhor compreender condicionantes e determinantes que se referem às políticas migratórias em áreas de fronteiras internacionais, torna-se importante a análise do comportamento governamental de ambos os países. Para o Brasil, não apenas em sua política interna, mas em relação a uma política externa com o vizinho Paraguai. E, quanto à análise para o Paraguai, o mesmo encaminhamento: i) atenção às discussões internas que justificaram a mobilidade populacional para a porção leste; ii) em relação às suas ações com o governo brasileiro, no que tange às questões diplomáticas envolvidas. Como se trata de uma migração em fronteira internacional, não se pode esquecer que estes dois países anteriormente (no séc. XIX) estiveram envolvidos em conflitos para determinar suas fronteiras, limites e delimitar seus respectivos territórios nacionais.

Neste aspecto é relevante uma observação geopolítica para a análise destas duas políticas colonizadoras por ambos Estados Nacionais com as intencionalidades de proteger suas fronteiras dentro de uma visão pós-Segunda Guerra Mundial no sentido de ocupação do território e demonstração da presença do Estado. No caso brasileiro efetivando o aparato estatal a criação dos territórios federais – Iguaçu e a Colônia Militar na região fronteira com Paraguai. A parceria entre os dois países, a construção da usina hidrelétrica de Itaipú como forma de “acerto” diplomática para solucionar divergências para a demarcação das terras na fronteira entre Brasil e Paraguai, e ainda, a intencionalidade de nacionalizar os recursos nacionais através de uma produção competitiva voltada ao mercado internacional, incluindo os países aos grandes mercados exportadores. Para tudo isso, se utilizando de direcionamento das migrações, do povoamento e da colonização.

Ressaltamos que existe uma relação próxima entre as duas políticas governamentais analisadas no que se refere ao perfil do migrante selecionado e a população nas duas mobilidades. Tanto na ocupação do oeste do Paraná quanto para o leste paraguaio, os fluxos migratórios foram, na maioria, provindos dos estados do extremo Sul do Brasil: i) para o oeste do Paraná, os migrantes provenientes, sobretudo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em um movimento de continuidade, seguem sua trajetória migratória e extrapolam as fronteiras nacionais, em direção ao leste paraguaio. ii) Ainda, para esta porção do Paraguai, migrantes provindos diretamente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Busca inovar, esta pesquisa, ao propor uma leitura das migrações originadas e orientadas por políticas governamentais. No recorte específico do oeste do Paraná e do leste do Paraguai, constata-se, no decorrer da pesquisa, que os deslocamentos têm a função de reordenar novos espaços a serem ocupados, efetivando a presença do Estado onde havia sua ausência e determinando a soberania e a uniformização territorial.

Almeja a presente pesquisa analisar o fenômeno migratório do Brasil e do Paraguai em regiões específicas como processo resultante do comportamento desenvolvimentista dos dois governos, o qual posteriormente, se denominará como “Modernização Agrícola”. Surgem então, vinculada aos fluxos migratórios, dinâmicas de expansão das fronteiras agrícolas, dos mercados e alterações econômicas que trazem, em seu bojo, a inserção dessas novas regiões ocupadas ao mercado internacional e, em nexos causal, unifica a economia e fortalece o princípio da regionalização e reorganização de capital objetivado pelo Estado.

Por tais constatações, o caso do oeste paranaense torna-se importante objeto de pesquisa por sua formação socioeconômica, que resulta de movimentos migratórios iniciados ainda na década de 1940 que basearam-se em princípios colonizadores pelo governo federal. Essa região do estado do Paraná insere-se, como resultado, no modelo de desenvolvimento nacional e ocupa a fronteira, a nacionaliza por meio do capital circulante, em um movimento contínuo e irreversível que se inicia na política governamental denominada Marcha para o Oeste. Cabe aqui já apresentar a região oeste do Paraná, primeiramente, demarcada como a área de atuação da empresa

colonizadora “Maripá”, chamada então de “Fazenda Britânia”. Nesta antiga área estão atualmente localizados os municípios de Marechal Cândido Rondon, Assis Chateaubriand e Nova Santa Rosa -, posteriormente, com o sucesso da colonização e o aumento do interesse do estado paranaense aplicando infraestrutura e construindo redes de comunicação nesta colonização, bem como o aparecimento de outras empresas colonizadoras privadas passamos a discutir a região oeste do Paraná, como aquela criada pelo governo estadual em 1848, como Departamento Administrativo do Oeste que também passará a ser seguido na definição pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Retornando a *Marcha para Oeste* destacamos o interesse do Estado Nacional em ocupação, segurança nacional, nacionalização de empresas estrangeiras atuando em território brasileiro, redistribuição demográfica e aproveitamento de recursos naturais em porções do território nacional. Para o estado do Paraná apontamos a colonização da última porção do território estadual, o controle sobre a região de fronteira com o Paraguai regulando lá o trânsito de pessoas, as ocupações irregulares, a atuação de estrangeiros na região e a intensificação da economia do estado. Para a região oeste paranaense, representou esta *Marcha para Oeste* a oportunidade de dinamização da economia, de lucratividade na comercialização de terras, o aproveitamento de recursos naturais e a possibilidade de inserção ao grande mercado pela exportação da produção agrícola.

No âmbito paraguaio, em um reflexo do acontecido no Paraná e impulsionado por condições de produtividade similares, iniciou-se na década de 1960 uma imigração de brasileiros sem precedentes e, sob os princípios da colonização, o imenso “vazio demográfico” (utilizado no discurso estatal como causa do atraso daquele país), foi ocupado e o Estado inicia uma busca pela modernização na produção agrícola por meio de um planejamento que objetiva a construção de um Estado desenvolvimentista. Tal movimento ocupou terras até a fronteira brasileira, inserindo o Paraguai na economia de mercado, denominada produtiva exportadora. Esta mobilidade reproduzia elementos presentes na política colonizadora *Marcha para Oeste* do Brasil, reproduzindo muitas de suas técnicas e o seu modelo econômico.

Essas transformações, aqui entendidas no contexto global de internacionalização do momento pós Segunda Guerra Mundial, são aplicadas

no Brasil, inicialmente por Getúlio Vargas, constatando-se um início mais tardio no Paraguai, no período do Governo Stroessner. Como agente articulador e de reaproximação entre as duas nações, distantes após a Guerra do Paraguai, e efetivando as políticas de governo sobre as quais discorreremos.

Importante no estudo paranaense a aferição da migração no desenvolvimento do oeste do estado e a transformação da atividade econômica, que enfatizam o perfil migrante da região. O mesmo nota-se no Paraguai ao entendermos o perfil do leste do país a partir de elementos produtivos e econômicos lá implantados pelo imigrante brasileiro.

Para entender este contexto político migratório, o presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, apresentamos uma discussão abordando as teorias e metodologias que analisam o fenômeno migratório e os conceitos que norteiam as análises dos dois recortes migratórios selecionados aqui como objeto de estudo. Traçamos um perfil das migrações internacionais e dos fluxos migratórios internos apontando suas particularidades a partir de um arcabouço teórico que indica o que influencia e determina as correntes migratórias, como o Estado concebe suas políticas e o que é decisivo em suas agendas de discussão sobre tais migrações. Ainda neste momento, apontamos os fatores contemporâneos relacionados à migração, para a compreensão do jogo de interesses políticos que manipulam e decidem as mobilidades no contexto das dinâmicas de um país.

O segundo Capítulo, *Marcha para Oeste* no Brasil, aborda inicialmente os aspectos gerais sobre a construção de uma política colonizadora nacional para regiões de baixa demografia e pouca expressividade econômica, evidenciando seus objetivos e intencionalidades que fortaleceriam o Estado e a política dentro dos interesses da construção ideológica de uma Nação, integrando todas as regiões, fortalecendo a segurança nacional, o desenvolvimento econômico e a modernização de suas produções. Ainda, o sentido de construção da transformação da população em povo e assim do país em uma grande nação. Posteriormente, analisaremos esta política migratória retratando sua efetividade no caso do oeste paranaense destacando a aplicabilidade, seus efeitos reais sobre a população, os fatores socioeconômicos que a ela se relacionam e as influências do Estado através de programas e ações que determinaram a efetivação do modelo idealizado

como desenvolvimentista. Destacando ainda a experiência anterior do estado paranaense em colonizações com auxílio de empresas particulares em outras regiões deste estado.

E, ao terceiro capítulo, sobre a *Marcha del Este*, política colonizadora criada pelo Paraguai, iniciaremos com uma abordagem que relaciona este programa governamental na construção de um Estado moderno auxiliado por recursos e parcerias com o Brasil. Para isso, a reaproximação diplomática do Paraguai com o Brasil, pode ser entendida como acordo que envolveu interesses econômicos e políticos entre as duas nações. Para fundamentar as afirmativas é imprescindível analisar o papel que o presidente Alfredo Stroessner teve ao compreendermos sua personificação nas políticas daquele governo, sendo necessária então uma discussão sobre a figura deste personagem dentro das relações diplomáticas internas do Paraguai e as relações de aproximação e de fortalecimento de amizade com o Estado brasileiro, na solidificação de parcerias estruturais e de comunhão ideológica ao que se refere às políticas de colonização e a determinação dos fluxos migratórios, trânsito populacional e a intensificação da mobilidade reorganizando a estrutura fundiária.

## **CAPÍTULO I**

### **AS MIGRAÇÕES**

Neste capítulo inicial será apresentada uma ampla discussão teórica sobre o campo migratório, o qual não se restringe ao recorte temporal do objeto desta pesquisa (1940-1980). Tal abordagem migratória, ainda que produzida a partir de 1980, se justifica na busca de analisar e compreender o que determina de forma decisiva e relevante a pauta das políticas migratórias por parte dos Estados.

Com a revisão bibliográfica colocamos em discussão a importância das legislações, elementos econômicos, políticas de desenvolvimento e fatores externos aos governos que exercem influências sobre as suas decisões em criar e implementar políticas que são preponderantes para direcionar os deslocamentos populacionais.

Tais políticas migratórias são, na atualidade, ao mesmo tempo, objetos de pesquisa e preocupação em todos os governos como forma de instrumento da política dos Estados Nacionais no que se refere à mobilidade espacial, aos fluxos, à permanência, o destino e a integração dos migrantes no território soberano das nações.

Em alguns países, onde os movimentos migratórios são mais intensos, e as desigualdades sociais maiores, o migrante passa a ser diagnosticado como um “problema social” pelas sociedades receptoras. Nestes casos, o Estado assume posturas mais rígidas e é “pressionado” por organizações e pela sociedade civil a fazer intervenções no sentido de fiscalizar, controlar, restringir e minimizar através de suas políticas a intensidade de tais fluxos migracionais. Na maioria dos casos, a forma mais rápida e entendida como uma medida mais eficaz é a criação de políticas rigorosas que consigam resolver o problema de um trânsito populacional ou um aumento demográfico indesejado. É o Estado exercendo a soberania em seu território.

Em outras situações, é o Estado criando medidas facilitadoras da migração. Criando benefícios que atraem e influenciam os fluxos migratórios,

realizando financiamentos para a efetivação e a fixação dos migrantes, incluindo em suas pautas e agendas governamentais compromissos e ações que são transformadas em políticas que direcionam populações em trânsito, criando novas trajetórias migratórias e estimulando a mobilidade em seus mais diversos fatores atrativos: econômicos, sociais, culturais e legais, no sentido de garantir que a migração seja um fenômeno necessário tanto para o migrante quanto para o Estado. As migrações internas como denominaremos ao longo desta dissertação efetivam planos de colonização, garantem a ocupação dos territórios, a soberania sobre as fronteiras, projetos de estímulo a economia, crescimento produtivo, abertura de novas frentes de trabalho, acelera a urbanização, instiga a competição econômica, diminui as desigualdades estruturais regionais e os desequilíbrios econômicos entre regiões distintas.

Para tratar deste assunto, abordaremos aqui as categorias que serão empregadas em todo o trabalho a partir das definições e os conceitos migratórios elaborados por Patarra e Cunha (1987), Barcellos (1995), Vieira e Cabral (2007). Tais aportes teóricos que norteiam nossas discussões referem ao termo “migração”, em âmbito geral, os movimentos populacionais, sejam eles nacionais – quando retratam as migrações internas -, ou internacionais indicando os trânsitos de um país ao outro.

Quando empregarmos o verbete “emigração”, estamos remetendo a dois significados distintos, porém específicos para cada caso singular: i) quando relacionamos ao fluxo de saída de um grupo ou indivíduo de um determinado país para outro, com objetivo de nele se estabelecer, mesmo que temporariamente. Neste caso, estamos nos referindo à emigração internacional e, ii) as saídas dos grupos populacionais que fazem o trânsito de uma localidade a outra no espaço territorial interno de um mesmo país. Trata-se da emigração interna.

Para a “imigração”, atribuiremos o entendimento: i) a chegada de um grupo populacional passando do território soberano de um país para outro – a imigração internacional e, ii) para os casos singulares em um mesmo país representado pelos trânsitos ocorridos entre os estados e/ou regiões, a imigração interna.

E, ainda iremos nos apropriar das noções de “fluxo migratório”, “corrente migratória”, “trânsito populacional”, “deslocamentos migratórios”, “movimento



migratório ou populacional” e “mobilidade populacional” para designar as movimentações dos grandes grupos populacionais ou aqueles mais expressivos por suas proporções e reconhecidos como importantes devido ao seu significado demográfico ou histórico. E, para o conceito “população em trânsito” associamos a ideia do grupo populacional que ainda está em movimentação, buscando se estabelecer, permanecendo por pouco tempo em um lugar e posteriormente se destinando a outro e em alguns casos, até mesmo, retornando ao lugar de sua origem.

Quanto ao Estado Nacional, para Geruppi (1980) o Estado que chamamos de moderno, para garantir sua soberania, teve que criar um princípio que é chamado de monismo jurídico, onde o poder da soberania política que é exercido na abrangência do território e sobre seu conjunto demográfico ou populacional, que por ele é denominado de “povo” tem nessa relação uma coesão legislativa. Nesse contexto evidencia-se a autonomia exercida pelos governantes que representam o Estado.

No Estado recente, segundo Faria (1999) as transformações causadas pela intensificação da globalização no contexto político, econômico, social e cultural nos faz perceber a redução do poder do Estado-nação para decidir a pauta das políticas governamentais inclusive para a migração, perdendo a autonomia antes exclusiva por conta de sua soberania. Mas, o que permanece rígido neste aspecto é quando se trata dos fluxos migratórios que ameacem de alguma maneira o aspecto econômico, aí nem mesmo os blocos econômicos e suas tentativas de tornar menos importante as fronteiras conseguem prevalecer, eles caem por terra e volta a prevalecer a soberania de Estado.

Ou seja, a globalização principalmente econômica, tentou reduzir as ações do Estado ao trânsito das pessoas sobre seus territórios numa tentativa de estimular ou intensificar a circulação de bens e mercadorias. Porém, os governos nacionais, em seu princípio da soberania, mesmo aceitando a relevância de organismos internacionais, determina suas agendas de ações e direcionam suas políticas migratórias, onde as migrações ainda se sujeitam ao poder preponderante do Estado.

Isso nos permite concluir que a postura dos países e de sua governança tende a aceitarem a influência da atividade econômica quando decidem disciplinar a mobilidade populacional, impondo aí condições e limites que os

rigores da soberania lhes garantem. Porém, se a economia necessita ou depende de aumento de população valerá o pluralismo normativo e as pautas se tornam flexíveis e abertas a toda a influência inclusive de organismos internacionais voltados à proteção dos direitos humanos básicos no cenário internacional.

Milesi (2004), trabalha com a ideia da interferência exercida pelas diversas mídias e as populações locais – quanto aos destinos de grandes correntes migratórias. Em alguns países usam do poder de pressão contra os governantes, exigindo o arrocho da legislação para o trânsito migratório, visto que os migrantes são culpabilizados como ameaça ao trabalho e emprego, no aumento da violência e criminalidade, pela desvalorização da cultura tradicional e do desmonte da identidade nacional.

Para Reis (2003), o exercício da soberania nacional mesmo nos dias de hoje, nada mais é, que o uso devido do poder de Estado, e a certeza que ainda temos, que o mundo tem sua divisão territorial na conformação em países, e essa forma de organização necessita da regulação do trânsito de pessoas em seu território.

Já para Zolberg (1999), alguns elementos contribuem para o poder soberano dos Estados se efetivar no controle das migrações; o passaporte e o visto, por exemplo, nos mostram que a mudança de um indivíduo de um país para outro, implica diretamente na mudança de duas entidades nacionais, dois sistemas políticos diferentes que deixam evidente o poder soberano do Estado.

Isso nos leva a refletir que o Estado tem uma participação direta nos movimentos migratórios internacionais; suas políticas de governo acabam explicando as direções, os estabelecimentos, a formação e os fluxos da mobilidade internacional, como poderemos ver posteriormente, quando discutirmos a direção da população do oeste do Paraná para o leste do Paraguai.

Nos trabalhos de Rua (1997) e Póvoa-Neto (2007) identifica-se a importância desta discussão no campo da Geografia. Mesmo sendo a migração um fator analisado de forma multidisciplinar, a abordagem geográfica tem como objeto entre população e o território em sua metodologia usual, recorrentemente utilizar-se dos dados migratórios, relacionando origem-destino do migrante de forma sistemática. Entretanto, os estudos feitos pela geografia,

segundo os autores, estão apresentando novos desenhos espaciais, resultados de processos de formação de novas identidades sociais discutindo a territorialidade, as relações sociais que surgem pautadas pelo encontro de culturas distintas e as abordagens metodológicas nos recursos da geografia hoje analisam novos recursos que vão além dos números, dando inclusive voz aos migrantes.

Ao analisarmos a migração na história dos países, ou mesmo para o entendimento dos fluxos migratórios também é importante o uso dos dados quantitativos, mas nem sempre eles são imprescindíveis. Vainer (2005) reflete essa questão com propriedade ao apresentar sua preocupação em dados numéricos, os quais, para ele, não passam da categoria de quantitativos, pois não conseguem se tornar qualitativo, na medida em que não explicam ou até minimizam os contextos das migrações. O autor tece duras críticas aos antigos modelos de censo demográfico e os dados apontados até a década de 1990 pelos organismos internacionais que tinham responsabilidade por analisar e traçar o perfil das migrações em escala mundial.

Mostra sua preocupação com o uso dos dados quantitativos que, em sua captação têm uma metodologia que apontam informações somente de locais de saída e de chegada dos migrantes, minimizando seus contextos e suas trajetórias pelo caminho percorrido. Essa forma “simplista” de tratar a migração, segundo o autor, desconsidera o sentido e os objetivos relevantes para a migração, deixando falhas na captação dos dados - numéricos ou não -, os quais dificultam não só a compreensão da mobilidade populacional como a dissociação entre os fatores externos ao migrante que determinam suas saídas e seus destinos.

Em uma análise complexa feita em seus estudos, Rua (1997) aponta que o caso brasileiro tem suas dificuldades no que se referem aos estudos populacionais pelo censo demográfico onde o IBGE ainda apresenta falhas quando deixam de captar a trajetória do migrante, ao levar em consideração apenas sua última localidade de destino migratório, e, quando desconsidera que o migrante realiza trânsitos dentro dos limites de sua cidade, mesmo que ele saia de uma região rural no município e mude para uma região urbana na sua cidade. Ou seja, desconsidera-se a trajetória migratória.

Os estudos de Gaudemar (1977) enfocam nas migrações, cuja causalidade é definida por fatores econômicos e motivada pela questão do trabalho. Para ele esta forma de mobilidade precisa ser classificada como uma migração forçada, pois é determinada pelas forças do sistema capitalista e não permitem alternativa para aquele que vem a se tornar migrante, dada as condições impostas pelo sistema capitalista aliadas às forças do Estado.

Para Oliveira (2001) que corrobora com as afirmações de Gaudemar (1977), o caso brasileiro e as políticas migratórias do Estado confirmam essa tendência da influência capitalista para a construção de tais políticas. Isso se fundamenta na análise dos fluxos internos do Brasil, motivados pelo acesso ao trabalho os migrantes saem dos espaços rurais em direção às grandes cidades.

Nessa perspectiva os autores apresentam o Estado a serviço do capitalismo quando ele se apropria dos fatores políticos para a questão migratória. Apontando os fluxos migratórios como solução dos problemas econômicos estruturais como geração de emprego aos migrantes desempregados, direcionando migrantes dependentes de programas sociais assistencialistas para áreas com oportunidades de trabalho. Ou ainda diminuindo índices de violência e criminalidade nas regiões de origem de fluxos migratórios com elevadas taxas de trabalhadores fora do mercado de trabalho que, ao se deslocarem para áreas com atrativos econômicos, os incluem ao grupo de pessoas economicamente ativa.

Para Camara (1988), essa questão envolvendo o fator capitalista, trouxe um sério problema para as pesquisas e as análises da migração, uma vez que sugere que o Estado brasileiro em suas políticas migratórias se preocupa apenas em equilibrar as relações entre o campo e a cidade, de reduzir as diferenças regionais ou mesmo da renda média entre a população de regiões distintas em um mesmo país. Essa abordagem concebe a migração apenas como consequência ou motivada pelas relações capitalistas, negligenciando com isso a complexidade do movimento migratório.

A partir disso, existem duas correntes que analisam a migração: uma com fortes justificativas embasadas na questão econômica, definidas a partir de um sistema econômico capitalista, que trabalha com os conceitos de desenvolvimento e modernização. E outro grupo, que teoriza e discute a

migração a partir do seu enfoque histórico, suas trajetórias, os elementos relevantes para a decisão de migrar e dão voz aos migrantes, minimizando o papel do Estado ou das determinações capitalistas. Nesta abordagem, o Estado não desaparece, ele é compreendido como um fator presente, porém não o determinante.

O primeiro grupo tem sua vertente nos primeiros estudos acadêmicos da migração, iniciados na Europa e com recorte no caso da Revolução Industrial, onde exemplificam uma mudança do tradicional para o moderno; a passagem de uma sociedade agrária para urbana, realizando um forte desenvolvimento de sua estrutura, principalmente a econômica. Nesta passagem a migração se apresenta como solução, o direcionamento da mobilidade com a finalidade do fortalecimento da economia.

Nessa corrente desenvolvimentista e com a análise para o fator econômico temos os trabalhos de Lee (1966) e Ravenstein (1980). Estes autores produzem teorias que explicam as causas determinantes da migração, constroem um perfil para grupos populacionais que tem maior tendência a tornarem-se migrante. Mas seu ponto principal é uma abordagem de análise com o viés que apresenta o migrante dentro do sistema capitalista em expansão, e que necessita do migrante como força de trabalho. E para Póvoa-Neto (1997), o trabalhador migrante passa, nesta perspectiva, a ser visto como aquele que porta o trabalho, atendendo a um dos objetivos capitalistas de que este capital humano não requer grandes investimentos e por isso é fácil usar deste recurso através da mobilidade.

Também com uma abordagem economicista, Todaro (1969) usa a teoria da modernização quando ele apresenta uma categoria para o migrante rural-urbano, cujo fator para ele, se dá pelo salário, justificando com isso a migração que ocorre do rural para o urbano, pois se os valores do trabalho fossem iguais não se teria a forte corrente saindo do rural em busca de melhores oportunidades, ainda afirmava em suas teorias que o desemprego dentro da estrutura do Estado pode ser um fator utilizado pelo poder soberano para direcionar as migrações. As discussões de Todaro não avançam em análises mais abrangentes, ficando presas ao fator econômico e dentro dele ao salário determinado pelo Estado.

Vertente contrária à economicista percebe-se na teoria histórico estrutural, cujos representantes no caso brasileiro temos Póvoa-Neto e Rua (1997) que buscam no contexto e na dimensão histórica a análise das correntes migratórias. Estes autores tecem fortes críticas ao modelo neoclássico da abordagem econômica e desenvolvimentista por tentar justificar que são os indivíduos que, na sua liberdade decidem racionalmente pela migração, e que os fluxos migratórios servem apenas para solucionar desequilíbrios espaciais, retirando da mobilidade populacional seu fator político e a importância dele na estrutura do Estado.

Para os primeiros representantes desta teoria de migração, com enfoque no contexto histórico, Engels (1985) que trabalhou basicamente com os fatores da miserabilidade dos trabalhadores da Irlanda. Deu atenção ao contexto industrial que os estimula a migrar ao meio urbano; no Brasil o trabalho de Gonzalez & Bastos (1979) abordam os aspectos da migração contínua pelo território, dos tradicionais grupos migrantes com o perfil de estar em trânsito contínuo, o que ressalta a relação próxima entre o trabalhador e o capital, para explicar a migração volante ocorrida no país.

A vertente histórica de análise das migrações, segundo Rua (1997), refuta a ideia de que exista forte influência do capital sobre o trabalho, e que, em condições de desequilíbrio entre os dois fatores, a migração se tornaria uma saída da população para corrigir tais distorções. Essa ideia sugere então reduzir a força da migração espontânea, e priorizam outros fatores como os sociais, políticos e culturais, feitos pela abordagem e metodologia da teoria histórico-estrutural das migrações.

Dentro da análise dos estudos migratórios feitos pela ciência geográfica, a teoria histórico-estrutural é a que melhor resolve os estudos de fluxos migratórios, uma vez que oportuniza relacionar os demais acontecimentos ao fenômeno migratório, pois, dentro desta vertente, aparecem também os enfoques econômicos que influenciam a migração. Para isso, o geógrafo necessita de um olhar mais observador do que os dados demográficos indicam e, a leitura do contexto merece uma atenção mais significativa para se compreender a migração dentro dos fenômenos sociais. E, além disso, permite fazer a análise das migrações a partir de suas continuidades e

descontinuidades dentro do processo das políticas migratórias efetivadas pelo Estado e ainda as influências que ele permite quando as constrói.

Em uma leitura feita por Vainer (2005) existe uma carência de teorias e modelos que consigam analisar as migrações, devido ao determinismo que algumas acabam engessando ao fenômeno migratório. Segundo este autor, um número significativo de pessoas anualmente fazem o trânsito de um país ao outro, outros são impedidos e barrados de cruzar fronteiras. Entretanto, as vertentes teóricas acabam não dando conta ou relevância ao que realmente determina e influencia as migrações.

Para Póvoa-Neto (2007), não só a Geografia, mas as demais ciências sociais passam por uma crise que as impossibilita de realizar uma leitura dos novos fluxos e correntes migratórias, uma vez que, as teorias gerais aplicadas aos tradicionais movimentos migratórios não são mais capazes de justificar a mobilidade populacional que vem ocorrendo nas últimas décadas. A grande maioria dos estudos migratórios, para este autor, está fortemente engessada aos dados estatísticos, aos condicionantes econômicos ou estritamente de cunho sociológico. Mais recente, surge a teoria das redes nos fluxos migratórios; este seria então o recurso mais adequado para não só analisar, mas também diagnosticar o fenômeno migratório atual.

Para Gomes (2000), usar as redes na leitura das migrações contribui para uma análise profunda das políticas do Estado, não apenas para as migrações fronteiriças, como também no espaço interno de seu território. Desde os anos 1980, nas discussões sobre as migrações em rede, pelas análises das políticas governamentais, é que são determinados os controles e as restrições de saída e da chegada do migrante, as legislações para os estrangeiros, a ocupação dos territórios pelos imigrantes e a presença do Estado nesta dinâmica. Para esta concepção teórica, a migração em rede é compreendida numa abordagem sistêmica que permite, ao mesmo tempo, uma compreensão relacional e dinâmica dos deslocamentos, focalizando principalmente as relações, conexões e laços entre os pontos de saída e destino dos migrantes.

Nesta correlação de idéias, o objetivo desta pesquisa é apresentar uma análise sobre os fluxos migratórios, cujo enfoque maior é compreender a

presença das políticas de Estado definindo ou influenciando diretamente os deslocamentos populacionais internos e/ou externos ao seu território.

Nesta perspectiva, Weil (1991) discute a migração condicionada pela estrutura do poder do Estado através de suas políticas econômicas e desenvolvimentistas. Tais políticas são consideradas muito mais complexas do que a maioria das teorias sobre as políticas migratórias que acabam preocupando-se apenas com o controle sobre o trânsito das pessoas. Pois, mesmo o Estado possuindo dispositivos muito eficazes para exercer sua soberania, no que se refere a determinantes econômicas tais regras mudam, pois o jogo de interesses políticos pesa mais que as questões de soberania. Ou seja, segundo Sassen (1988) as políticas econômicas se sobrepõem às políticas de segurança nacional e de soberania de um Estado, na medida em que, as políticas econômicas são garantidoras do cumprimento de programas de governo que efetivam a permanência de governantes e o sucesso das agendas governamentais.

## 1.1 A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Em uma visão sobre o fluxo das migrações internacionais, os dados de Pereira (2010) e ONU (2006) evidenciam que atualmente cerca de 214 milhões de pessoas vivem na condição de migrante, um número expressivo se considerarmos a população global em mais de seis bilhões de habitantes, totalizando então um montante de quase 3,1% realizando mobilidade populacional. Os números mais expressivos são dos Estados Unidos com 38.355.000 imigrantes e Rússia com 12.080.000 imigrantes, representando respectivamente 12,81% e 8,48% da população nacional nos seus países, ainda 20,56% e 6,47% do total da imigração mundial. Não só o expressivo número, mas também pelos elementos intrínsecos a esse fenômeno, existem impactos em todos os países que são a origem ou o destino deste intenso trânsito demográfico.

Esse percentual vem se mostrando relativamente estável, de 2,3% para 3,1% no período de 1965 até 2006, mas ao analisarmos numericamente percebemos que a migração internacional não acompanha o crescimento



demográfico. Os dados de Pereira (2010) ainda apontam um prognóstico que, para os próximos anos, ocorrerá a inversão de uma tendência histórica: o continente asiático seguido pelo africano intensificando suas emigrações em direção a diversos países; fato este baseado em diversos fatores, que segundo o autor, apontam a mudança no perfil da população que migra e a busca por destinos antes pouco procurados.

Realizando uma contextualização das migrações internacionais constata-se na História mundial a tradição dos povos em realizar mobilidade, a circulação e o trânsito internacional era fenômeno cultural deste os tempos remotos. Sayad (1998) afirma que a partir do século XIX as nações começam a se preocupar com este trânsito sobre seus territórios e as restrições e controle ao tráfego populacional se iniciam, e algumas nações até chegam a fechar suas fronteiras para os imigrantes.

No século XX, muitos Estados já tinham organizado suas políticas migratórias no sentido de controle e proibição para o direito de ir e vir. Entretanto, tais restrições não frearam as correntes migratórias, acabou ou desestimulou rotas tradicionais e reduziu o trânsito fronteiriço. Ao contrário, o século XX pode ser considerado o século de grandes mobilidades: novos destinos surgiram, alguns fluxos se intensificaram e todos os países incluíram em suas pautas as políticas de governo para a migração internacional. O século XX se abriu para as migrações, mesmo nos países em que se tornou mais burocrático este trânsito, a migratório se intensificou.

Hoje, a nova realidade encontrada na pauta das políticas migratórias elaborado pelos diversos Estados Nacionais e aqui considerado o seu poder soberano, encontra-se a presença sutil em alguns casos e explícito em outros, a influência dos organismos internacionais para o respeito aos direitos humanos básicos e a garantia para o exercício de trabalhos em condições dignas, evitando com isso abusos e exploração dos imigrantes.

Reforçando esta afirmação, Milesi (2004) denuncia através de investigações da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) sobre o destino europeu das africanas refugiadas enviadas para trabalho escravo e exploração sexual, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) denunciando uma preocupação das emigrações de toda a América Latina em direção aos Estados Unidos para o sub-trabalho e uma vida

na clandestinidade e ilegalidade que obriga o imigrante a aceitar a exploração da sua mão de obra, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) denunciando a exploração do trabalhador migrante na agricultura da América do Sul e Central e em toda a África, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que afirma a existência de trabalho infantil em zonas de guerras e nos destinos de imigração para o trabalho rural, A ONU (Organizações das Nações Humanas) demonstrando uma preocupação para o caso das mulheres ultrapassando 50% do total das imigrações, e a exploração deste trabalho nos países desenvolvidos que facilitam a entrada clandestina destas mulheres, além dos diversos organismos econômicos internacionais que influenciam países para restringir a livre circulação dos imigrantes como condição para o recebimento de financiamentos e empréstimos.

Para Reis (2003), a soberania do Estado não garante a efetividade das pressões ao respeito dos Direitos Humanos; não consegue, por exemplo, respeitar as condições básicas de trabalho. Para a autora, os organismos internacionais conseguem contribuir para essa discussão, colocar na pauta a necessidade de políticas mais benéficas aos migrantes, porém não conseguem determinar a sua efetividade nem a sua eficiência. O Estado territorialmente delimitado secundariza as legislações e os tratados denominados internacionais, deixando claro com isso a independência dos governos em implementar suas próprias políticas migratórias.

Cohen (1999) identifica em sua abordagem os fatores mais relevantes e preponderantes que se fazem presente nas pautas de discussão, bem como nas políticas de governo para as migrações, sejam elas: a divisão internacional do trabalho, as corporações internacionais, o comércio bilateral, os montantes e os fluxos do capital, os meios de comunicação e a rede de transportes.

Para ele, a mobilidade populacional no seu aspecto global trouxe além de mudanças no comportamento do Estado, transformações para o comportamento do imigrante; reconhecimento para o migrante que irá se estabelecer em um Estado soberano e, que, por isso, as políticas são diferentes ao seu país de origem. Os migrantes passam assim a se preocupar e estão reiterados com as leis, direitos, obrigações e restrições no país de

destino/chegada e estão atentos para as conexões oficiais que devem fazer e as questões burocráticas que os envolvem.

Cabe aqui ainda registrar que as políticas migratórias são basicamente clientelistas se partirmos do princípio que elas se fundam em benefícios, sendo assim, o Estado não consegue distribuir a mesma oportunidade a todos os imigrantes que vivem, trabalham e tentam se inserir na vida social dos países receptores.

Para Tapinos (1975) o Estado é compreendido na questão migratória como uma superestrutura, com regras claras, organizadas e definidas. Os objetivos das agendas políticas são controlados e determinados pelos governos sobre a população migrante. É da alçada do Estado definir para onde os migrantes podem ir, quais grupos tem a liberdade de sair e entrar nos territórios e ainda a fiscalização sobre a intenção das correntes migratórias.

Os estudos atuais da migração, diferente do que acontecia até o século passado quando a preocupação era com os números e os casos expressivos das tradicionais correntes migratórias, abarcam questões mais particularizadas como: a nova configuração da urbanização e suas relações com a migração, como as efetuadas por Sassen (1988); a construção das redes de lugares e os lugares de redes migratórias analisado por Benko e Lipietz (1994); a redefinição do uso dos espaços territoriais pelos distintos Estados Nacionais, configurando um espaço transnacional nos estudos de Glick e Schiller (1997). Estes autores representam novas perspectivas nos estudos migratórios.

Segundo Patarra (1995) e Villa (1997) essas novas abordagens possibilitam reconhecer o migrante em suas relações diversas no país receptor, o que atribui personificação ao imigrante, condição anteriormente nunca elaborada ou não presente nas pesquisas do século anterior. Outro fator novo para o estudo das migrações internacionais é a análise a partir do viés dos blocos econômicos que oportunizam o ingresso dos migrantes. As pesquisas apontam nestas situações, ocorridas a partir do final do século XX, pela intensificação das integrações econômicas, o aumento das migrações e do trânsito fronteiriço entre os integrantes de blocos econômicos regionais.

A gama de fatores e influências que determinam a migração internacional é muito extensa, os elementos apresentados nos levam a pensar que as instabilidades da economia nos países de origem pesam fortemente

nesta decisão, as carências de estruturas no plano social por parte do Estado definem em grande medida esta possibilidade de tornar-se migrante, as vulnerabilidades e a insegurança determinam a emigração de outros.

Aos países de destino, na globalização dos mercados e na divisão internacional do trabalho, os países ricos e desenvolvidos oferecem trabalhos aos imigrantes, que para os nativos seria considerado um subemprego, mas para aqueles que estão em condições de vida precárias nos seus países aceitam estes trabalhos e engrossam os índices de imigração. Essa mobilidade gera vantagens ao país, ao empregador e ao migrante, mas ao último, somente quando ele é visto como uma alternativa que contribui para a solução de dificuldades econômicas que um Estado possa estar enfrentando.

Meissner (1992), em seus estudos, aponta para um avanço na questão migratória internacional pelo fato de que os países estão participando de foros internacionais para discutir a temática. Conferências regionais discutem os problemas enfrentados pelas consequências das imigrações e soluções conjuntas são criadas. Para a autora, as conquistas para a boa convivência com a migração internacional se consolidarão quando a questão sair das discussões e se fazer presente na governabilidade, ou seja, a existência de políticas de governo sólidas e consistentes, efetivadas pelos Estados e sentidas pela população imigrante, e que os acordos internacionais sejam cumpridos, principalmente os bilaterais entre países envolvidos nos fluxos migratórios.

Na visão mais prospectiva, para Marmora (1997) o mundo estaria caminhando para o fim ou a uma forte diminuição das barreiras estatais que impedem o trânsito livre de pessoas. A globalização fragiliza as fronteiras, não no sentido de deixar os Estados desprotegidos ou fracos, mas, no sentido que o mundo converge para um espaço de convivência mais aberto e integrado.

Nesta abordagem das migrações internacionais, é importante perceber as relações dos Estados em suas fronteiras. Para Foucher (2009), as fronteiras têm a função dual de bloquear ou impedir que o movimento migratório ocorra; de controlar e restringir a entrada de imigrantes, mas ainda pode ser uma relação aberta que promova a comunicação e as relações de troca e seja o lugar de encontro.

Nesta situação, as fronteiras podem ser um estímulo às migrações, num ambiente regional com boas relações entre os países vizinhos. Como aponta Lahorgue (1997) a maioria das fronteiras seria um lugar onde os habitantes vivem os efeitos de uma proximidade muito íntima entre o poder de dois Estados diferentes. Segundo a autora, nesse ambiente as instituições se comportam de forma particularizada e as pessoas convivem na maior parte dos casos sem conflitos, porém com estranhamentos.

Ainda para os estudos de fronteira, segundo Melo (1997) as políticas do Estado para a migração tiveram inicialmente suas preocupações a partir das fronteiras, vistas anteriormente como a porta de entrada e a forma mais fácil para controlar e impedir o ingresso de quem era indesejado.

A leitura feita por Machado (1998) adverte que é bastante comum considerar os termos fronteiras e limites como conceitos sinônimos, entretanto a autora afirma ser importante diferenciarmos os dois termos. Para a fronteira sua origem histórica não está associada a nenhum conceito legal, mas um fenômeno que surge das relações sociais espontâneas, indicava a margem do mundo que os homens poderiam habitar. Em sua evolução, passou a representar um lugar de comunicação, passando a ter então um caráter mais político. Para a autora, nesse sentido, a fronteira passou a ser considerada pelo Estado o significado de começo e não mais o de fim, representou o espaço onde ele ainda tinha oportunidade de se expandir, de usar sua soberania para mostrar-se presente ali com efetivo controle de Estado – moeda, leis, impostos, idioma, sistema de segurança, educação – elementos representativos da ocupação de sua unidade político-territorial.

Enquanto que o termo "limite", de origem latina, está ligado a uma concepção imaginária, é também onde se encerra o poder soberano de um determinado Estado, afim de não prejudicar o exercício da soberania de outra nação, então este ponto final de um território, chamado de "limite" dá início ao que denomina-se de fronteira. É o monopólio legítimo do uso da força física, a capacidade exclusiva de forjar normas de trocas sociais reprodutivas (a moeda, os impostos), a capacidade de estruturar, de maneira singular, as formas de comunicação (a língua nacional, o sistema educativo, etc.) são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial). Foi criada para

designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, ou seja, sua ligação interna.

As diferenças são essenciais. A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado “marco de fronteira” é na verdade um símbolo visível do limite. Visto desta forma, o limite não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira. Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos estados no sentido de controle e vinculação. Por outro lado, enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais

Em síntese, elencamos aqui as principais vertentes explicadoras do fenômeno migratório ocorrido no espaço internacional.

## 1.2 MIGRAÇÕES INTERNAS

As correntes migratórias direcionadas pelo Estado brasileiro no final do século XIX quando se tem a preocupação de fazer a troca da mão de obra agrícola escrava pela mão de obra européia. Segundo Gonzales e Bastos (1979), isso iniciou-se de forma tímida num primeiro fluxo com migrantes europeus em direção ao Sul do país. Posteriormente, representando quantitativamente uma expressão de mobilidade muito maior acontece, ainda no século XIX, o caso do Sudeste – particularmente, em São Paulo - com a mão-de-obra migrante empregada no café pelos fazendeiros paulistas. Temos aí uma política migratória de Estado orientada para o desenvolvimento das

atividades econômicas, que repercutiram na constituição inclusive de um mercado urbano.

Para Singer (1988) e Draibe (1985), historicamente, a cidade de São Paulo teve um elevado crescimento demográfico. Em 1890, a população da cidade era de aproximadamente 65.000 pessoas e, em 1920, esse número já contabilizava mais de 560.000 moradores, iniciado com isso uma grande mobilidade interna no país. Até 1920 a migração européia ainda que em menor fluxo acrescenta-se a esta imigração intencional, uma significativa corrente de migrantes internos, provindos do Nordeste em direção ao Sudeste, sobretudo para São Paulo. Nos dados da autora percebe-se ainda, nesse período, mais de dois milhões de imigrantes adentrando o território brasileiro.

Segundo Lopes e Patarra (1977), com as crises internacionais causadas entre as Guerras Mundiais diminui-se os ritmos nos trânsitos internacionais e o Brasil tem uma dinamização nas migrações internas, basicamente originados do Nordeste e de Minas Gerais estes deslocamentos seguiam em direção a São Paulo.

Lee (1966) é o primeiro a utilizar os termos “atração” e “expulsão” ao discutir os conceitos e os fatores que explicam o fenômeno migratório interno. Estes termos são ligados à dimensão econômica que determinam os fluxos migratórios, mas este mesmo autor, a partir de uma visão global das mobilidades, não conseguia perceber distinções particulares de cada corrente migratória. Para Singer (1972), estas migrações internas, ocorrem junto das transformações que a própria sociedade realiza em sua estrutura produtiva, motivadas pela economia em crescimento, mas para ele, sua compreensão depende de uma discussão das causas e consequências que o modelo econômico gera para os migrantes.

O caso brasileiro, nesta perspectiva, é peculiar no sentido que consegue incorporar uma imensa quantidade de trabalhadores, não apenas nas correntes migratórias em direção ao espaço rural, como também aquelas que foram direcionadas aos espaços urbano-industriais que se formavam.

No Brasil, as trajetórias migratórias também mudaram, aquelas ocorridas em uma primeira etapa de 1940/1960 representando um enorme fluxo populacional já não se repetem mais. Além do que, elas não podem ser compreendidas apenas como um fator demográfico, são um fenômeno social

muito abrangente, portanto não representam eventos aleatórios. Mas o que vale registrar é que muitas das correntes migratórias internas, algumas por sua importância para a economia, outras pelos fatores sociais e suas consequências acabam configurando deslocamentos populacionais desenhados pelo Estado para atingir seus objetivos desenvolvimentistas, por exemplo. Então, podem também ser redirecionadas caso as políticas de governo se alterem.

Os fluxos migratórios internos no Brasil foram muito determinados por discursos nacionais pautados nas diferenças regionais e utilizados como formas de superação, seja da mão de obra escassa no Sudeste ou para preencher “vazios” em todo o oeste do território.

Tais políticas influenciaram e direcionaram as mobilidades populacionais no território interno, conseguiram cumprir com um papel de integração econômica da nação e da comunicação entre suas regiões, porém não aconteceu a tão esperada coesão do povo e tampouco conseguiu corrigir as distorções e desigualdades sociais entre as regiões.

Para Grahlan (1984), os censos demográficos entre 1940 até 1960, período importante das grandes migrações internas e recorte deste trabalho, são carentes em informações, pois os dados apresentados pelo IBGE para o período não conseguem explicar o fenômeno de forma contextualizada, não apontam a trajetória do migrante, a migração acumulada e as reemigrações, isso não permite uma construção do perfil dos migrantes e deixam deficitárias algumas afirmações.

Em uma análise nos dados dos Censos de 1940, 1950 e 1960 identifica-se que, em 1940, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentavam uma imigração de 49% e 38% respectivamente, justificados por sua forte expressão no desenvolvimento urbano e industrial. Nas porções onde se efetivavam as políticas da expansão agrícola, Paraná e a região Centro-oeste, tiveram, já na década de 1950, mais imigrantes que os dois estados juntos (São Paulo e Rio de Janeiro), na década anterior. Nesta mesma década, 1950, estes três estados (Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro) mais a região Centro-oeste foram responsáveis por 83% de toda a imigração no território brasileiro, no que se refere a mobilidade interna do país.



Para Brito (1997), alguns fatores devem ser considerados para a expressiva migração interna do período 1940/1960: a grande seca na região nordestina, os investimentos governamentais para a melhoria da rede de transportes e comunicação da região Nordeste para a Sudeste e ao Sul do Brasil.

Nesse contexto, segundo Brito (1999) das grandes trajetórias migratórias, as áreas de origem de mão de obra podem ser consideradas o Nordeste e o estado de Minas Gerais, pois tinham excedentes populacionais que não eram absorvidos em suas economias e que, não vendo alternativas, tinham que migrar em busca de oportunidades.

O autor ainda afirma existir diversas correntes migratórias secundárias nesse processo, organizadas em distâncias menores, entre todos os estados brasileiros, particularmente entre aqueles estados vizinhos pertencentes da mesma região. Assim, afirmar existir um padrão único para a análise e compreensão das migrações seria um erro, pois cada trajetória dos migrantes cumpre um objetivo diferente ao estar inserida em contextos distintos.

Segundo Faria (1999), após o ano de 1964, o Estado brasileiro começa a intervir de forma muito mais rigorosa, no sentido de estar presente nas políticas migratórias internas. Seu poder soberano passa a ser exercido na gestão econômica e na sociedade devido ao contexto de seu regime com caráter mais ditatorial. Os investimentos em infra-estrutura tinham a intencionalidade de desenvolvimento dos lugares que os governantes consideravam atrasados e a eles eram direcionados sua atenção em planejamentos e organização e, como consequência, a influência migratória, algumas até já iniciadas antes desta década, que foram consolidadas e estimuladas intensamente.

No que se refere a ampliação das fronteiras agrícolas, os investimentos do governo, segundo o autor, conseguiram criar uma quantidade considerável de empregos para a construção das estruturas necessárias para a intensificação das produções agrícolas, que deveras vai atrair mão de obra e correntes migratórias em grandes quantidades, e que resultam no êxito do período analisado – e como consequência uma modernização agrícola no país.

Analisando este período, Faria (1999) afirma que o Brasil teve êxito econômico nos setores industriais, agrícolas, na construção civil e setores

terciários em geral com crescimento econômicos variáveis na média dos 10% para o período das grandes migrações internas, necessitando e justificando com isso o aumento da oferta de empregos e um estímulo para as migrações.

Mas, para Brito (1999), este crescimento econômico foi muito desigual entre as regiões brasileiras, financiados em grande parte por políticas do governo, o que intensificou as desigualdades e desequilíbrios regionais, e definiu com isso as correntes migratórias entre determinados fluxos de origem e os de destino.

Para Carvalho e Fernandes (1994), o rápido crescimento populacional ocorrido entre 1940 e 1980 no Brasil, passando de 41 milhões para 120 milhões habitantes, quase triplicando a população do país. E, na década de 1970 a população urbana já ultrapassava a rural. Os autores afirmam que só durante as décadas 1960/70, mais de trinta milhões de migrantes fizeram o sentido rural para o urbano, intensificando com isso o crescimento populacional urbano.

Nesse aspecto, indicam os autores que, as políticas públicas nos setores de transporte e telecomunicações provocaram um enorme progresso na integração produtiva do país, nas articulações sociais e culturais entre as diferentes regiões do território nacional que repercutiram amplamente nas migrações internas no país.

As análises destes fluxos migracionais internos no período iniciado na década de 1960, fenômeno que recebe maior consideração derivados de suas expressões quantitativas e representativas no âmbito da economia e da preocupação do Estado, evidenciam que as trajetórias e as correntes migratórias estavam estruturadas e eram evidentes os fluxos migratórios dominantes, articulados a dois reservatórios de origem das forças de trabalho: i) os estados de maior crescimento urbano-industrial como destino da mobilidade interna; ii) as regiões de ampliação da fronteira agrícola: o Paraná e a região Centro-oeste, por migrantes vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente se direcionando para terras onde se destinavam os investimentos governamentais voltados à agricultura.

Cano (1998) aponta que a partir da década de 1970, com a mecanização das safras agrícolas e o término das infra-estruturas financiadas pelo Estado nas regiões onde ocorreu a ampliação da fronteira agrícola, a mão

de obra tem um grande declínio e, o estado de São Paulo volta a ser o lugar de maior destino/atração das migrações internas do país. Mas também vai diminuir os fluxos de saída dos principais pontos anteriormente apontados como tradicionais no fornecimento de mão de obra. O Nordeste e o estado de Minas Gerais, por exemplo, chegando a diminuir esse ritmo em até 40% do que ocorria na década anterior. Pois, nesta década, começam a sair grandes contingentes populacionais dos territórios que antes atraíam as migrações agrícolas que após sua mecanização já não mais necessitava de mão de obra braçal.

Sawyer (1984) faz uma análise das migrações nas fronteiras agrícolas e afirma que as trajetórias foram se transformando quando a economia agrícola, a partir de 1970, se tornou moderna e capitalista como o caso do oeste paranaense, que reduziu a partir desta década a atração populacional e aumentou consideravelmente a emigração para outras regiões também de fronteira agrícola ainda inexplorada, como o caso do Mato Grosso, por exemplo.

## **CAPÍTULO II**

### **MARCHA PARA OESTE**

Para compreendermos o processo que leva a colonização do oeste paranaense, direcionados por políticas migratórias do Estado, faz-se necessário, primeiramente uma contextualização sobre as trajetórias políticas iniciadas pelo governo de Getúlio Vargas, ainda na década de 1930, e as mudanças nas conjecturas políticas que oportunizaram a efetivação da maior política migratória brasileira a ser aqui analisada - a *Marcha para Oeste*.

O Brasil teve, ao longo de sua história política até particularmente a década de 1930, profundas crises econômicas e algumas rupturas em seu modelo institucional e político. Revelando com isso, acirradas disputas no campo dos projetos desenvolvimentistas e na aplicabilidade e efetivação do seu caráter ideológico. Na personificação do presidente Getúlio Vargas, que assume a presidência em 1930, ocorre à decisão de abandonar o modelo baseado em uma estrutura de desenvolvimento primário-nacionalista e buscou sua inserção ao modelo cuja base tinha objetivo de se destinar a uma produção industrial e exportadora.

O Governo brasileiro, tendo à frente Getúlio Vargas, criou mecanismos de controle em todos os setores da vida econômica e social. Recebendo o poder da Junta Governativa, na condição de chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas procurou atender às reivindicações das forças políticas que lhe deram sustentação. Tão logo se instalou o governo, ficaram patentes as divergências entre os grupos que subiram ao poder, as oligarquias, que desejavam a democratização do país por meio de eleições livres, um governo constitucional e plena liberdade civil, e os tenentes, que propunham um governo forte e centralizado, capaz de empreender a racionalização da economia e a modernização das estruturas do Estado.

Getúlio Vargas assumiu o governo em caráter provisório, até que fossem convocadas eleições para a escolha do novo presidente, nesse

período, concentrou todo o poder em suas mãos. O Congresso foi fechado e os governadores dos estados, chamados interventores, eram nomeados pelo presidente, então Getúlio começou seu governo atendendo às principais reivindicações dos trabalhadores, estabelecendo a jornada de oito horas de trabalho, o repouso semanal remunerado e obrigatório, as férias pagas, a indenização pelo tempo de serviço quando o trabalhador fosse demitido.

[...] Estabeleceu os direitos trabalhistas, que chegavam ao Brasil com bastante atraso, pois já eram conquistas dos operários europeus e norte-americanos. Limitou a jornada de trabalho para 8 horas, criou as férias anuais remuneradas, regulamentou o trabalho de mulheres e crianças. Criou uma política econômica que diminuía os efeitos da crise mundial de 1929, comprando o excedente de café e queimando-o ou jogando-o nos rios. (FABRIS, 2000, p. 48).

Nos anos da Grande Depressão (1929-1933), o café continuava liderando a pauta das exportações brasileiras, para contornar o problema da falta de compradores e a tendência à queda do preço desse produto no mercado internacional, Getúlio Vargas adotou desde medidas tradicionais, como a compra e queima dos excedentes do café, até a criação de organismos especiais de proteção à cafeicultura. Durante a Segunda Guerra Mundial, as safras para exportação foram superadas pela produção de gêneros agrícolas de subsistências, como arroz, feijão, milho e trigo.

[...] A crise de 1929, na medida em que dificultava as importações, contribuía para o desenvolvimento industrial nacional, pois se tentava produzir internamente o que era difícil de adquirir no exterior. Tratava-se da industrialização com base na substituição das importações. Em São Paulo, a velha oligarquia buscava meios de voltar ao poder. Então exigiu de Getúlio uma Constituição, alegando que seu governo era Anticonstitucional. (FABRIS, 2000, p. 49).

A crise de 1929 restringiu a importação de máquinas, tecnologia e combustível dos países desenvolvidos, como os Estados Unidos. Consequentemente, na década de 1930, surgiu nas cidades brasileiras uma série de pequenas empresas familiares, destinadas a suprir o mercado interno de bens de consumo.

A partir de 1931, como reflexo da crise de 1929 nos Estados Unidos, os preços do café caíram aproximadamente um quarto do valor, retomando a política de valorização do café, Vargas comprou e queimou milhares de sacas

de café. Através de decreto, o governo proibiu novas plantações do produto. Milhares de camponeses que trabalhavam nas fazendas de café migraram para as cidades paulistas, aumentando os problemas sociais.

A situação política estadual também era tensa, a nomeação do tenente João Alberto Lins de Barros (1897-1955) frustrou o Partido Democrático de São Paulo, que havia apoiado o movimento de 30 e esperava alcançar o governo do Estado. O Partido Democrático aliou-se ao velho Partido Republicano Paulista e, juntos, passaram a exigir o fim do Governo Provisório, a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte e eleições gerais no país. Diante dessa crise, Getúlio Vargas afastou João Alberto em julho de 1931 e indicaram outros interventores, todos sem sustentação política.

No campo econômico, o governo estabeleceu uma política cujo objetivo era superar o modelo agrário-exportador, passando a incentivar a expansão das atividades industriais, abriu linhas de crédito para a instalação de novos estabelecimentos e estimularam a criação de conselhos, companhias e fundações para debater a questão da industrialização e da produção industrial.

Na construção do Estado Autoritário, a campanha presidencial para as eleições de janeiro de 1938 iniciou-se sob forte tensão, pois o governo insistia na possibilidade de uma nova ameaça comunista no país, o presidente Vargas demonstrou diante da campanha uma aparente neutralidade, pois nada fez para promover o candidato oficial nem se mostrou simpático às demais candidaturas, na verdade ele preparava o golpe de Estado que asseguraria sua permanência no poder, o pretexto veio mediante a invenção de um plano de insurreição comunista, em setembro de 1937, era um plano forjado que se tornou conhecido como Plano Cohen. O Congresso Nacional acreditou na existência do plano comunista e concordou com mudança dos rumos políticos.

[...] Dessa forma, apoiado pela cúpula das Forças Armadas, por intelectuais e pelos integralistas, Vargas deu um golpe de Estado em novembro de 1937. Ao estabelecer o Estado Novo, o presidente suspendeu a Constituição e aboliu os partidos políticos, iniciando uma era de autoritarismo que duraria até 1945. Os integralistas, que haviam apoiado o golpe, tiveram a desagradável surpresa de ver a AIB colocada na ilegalidade em dezembro, juntamente com os demais grupamentos políticos. Alguns integralistas chegaram a tentar um levante contra o governo em maio de 1938, no Rio de Janeiro, mas foram rapidamente derrotados. (FABRIS, 2000, p. 50).

Após o golpe político, Vargas dissolveu o Congresso em 10 de novembro de 1937 e autorgou uma Constituição que estruturou em novos moldes o Estado brasileiro, já que Getúlio deveria passar o governo ao novo presidente no dia 3 de maio do mesmo ano, pois dois candidatos já estavam com a campanha nas ruas, do lado do governo, José Américo de Almeida. Mas Getúlio Vargas queria continuar no poder e a maneira que encontrou para isso foi forjar um plano, como se ele tivesse sido feito pelos comunistas, Segundo o plano, haveria greves, líderes políticos seriam assassinados. Getúlio Vargas não teve dúvida, com o plano nas mãos, convenceu as Forças Armadas de que só um governo forte, uma ditadura, poderia enfrentar a ameaças dos comunistas.

Na política externa, Vargas optou por uma linha de neutralidade e pragmatismo, negociando com quem oferecesse melhores condições, dessa forma, assinaram acordos comerciais tanto com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos quanto com a Alemanha. No início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo brasileiro manteve-se neutro, apesar das simpatias de muitos integrantes do governo se voltar para os países de Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A contribuição brasileira na luta contra o nazismo fascismo se deu através de cooperação produtiva, com fornecimento de matérias-primas como borracha e minério de ferro. Em contrapartida, o governo Vargas recebeu créditos para a recuperação das jazidas de ferro de Minas e da ferrovia do Vale do Rio Doce e para a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, representado pelo governo Vargas, se fortalece as transformações na estrutura de poder através de um intenso movimento nacionalista que criava ideologicamente um fenômeno voltado para a integração nacional como alternativa para alavancar o desenvolvimento e a modernidade.

Para garantir os objetivos propostos por esse “novo” Estado, as forças do governo se inserem na economia, fazendo alianças diretas com os grupos a se tornarem agroexportadores e com a nova burguesia urbana, bem como alianças indiretas como o caso das empresas colonizadoras. Efetiva-se, neste momento, a criação direta, pela iniciativa do Estado, de indústrias, ou então, os amplos financiamentos estatais para que a iniciativa privada se lançasse aos novos projetos na ampliação das fronteiras agrícolas e acompanhasse a nova

ideologia desenvolvimentista planejada pelo governo para se incluir em novos mercados.

Para este segundo empreendimento estatal, o da ampliação das fronteiras agrícolas, denominado de políticas de “colonização”, estendia-se para aquelas regiões do interior do país, concebido pelo próprio Estado como “vazios” populacionais. Inicialmente tal política pouco se relacionava com o objetivo de direcionar fluxos migratórios, sua preocupação ainda era com o fortalecimento das regiões e a minimização dos desequilíbrios regionais, mas ao fazer isso, empregando as companhias colonizadoras para levar o povoamento a tais regiões, estas empresas planejadas e pensadas pelo Estado e a iniciativa privada, encontram nas migrações direcionadas, o fim para se chegar a tais objetivos.

No discurso do governo encontramos os sentidos dessas “ocupações” territoriais e de sua conseqüente migração em uma preocupação que garantiria a soberania do Estado, principalmente nas suas porções mais a oeste. Enquanto o Estado buscava uma unidade, e que ainda não era o povo, sua urgência foi então a questão territorial. Este foi o alicerce, representou, naquele momento, a construção de uma identidade nacional e a criação de um grande Estado Nacional, preocupação encontrada nas teorias de Silvio Romero, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Varnhagem e principalmente naquele que deu sustentação teórica a Getúlio Vargas - Everardo Backheuser.

Alinhadas a este programa de governo, ancorava-se o discurso da justiça social, visto que a colonização de novas áreas facilitaria e oportunizaria o acesso à terra para um grande número de agricultores desprovidos dela, e, com a criação de mais empregos, o incentivo a migração rural-rural para não produzir problemas ocasionados em uma migração rural-urbana como o desemprego, violência e crescimento desordenado. Acrescenta-se ainda os objetivos econômicos que, ao atender a demandas pela produção de alimentos, promoveria o equilíbrio econômico entre as diversas regiões do país. Em síntese, a ampliação da fronteira agrícola, visava ao mesmo tempo à resolução dos desequilíbrios regionais internos e a inserção do país a um modelo de mercado agro-exportador.

Aliado a uma forte centralização do poder neste novo governo, surge a tendência ideológica que o país, para alcance desta modernização social e



econômica, dependeria da ampliação das fronteiras agrícolas. Para tal, o significado da criação de uma política de interiorização que estava pautada em deslocamentos populacionais.

Neste novo paradigma de governo, e para o sucesso das novas propostas de modernização, a necessidade de efetivar a ideologia da construção de um novo sentido de brasilidade. Para isso, novos elementos nacionais deveriam estar presentes ao cotidiano da população, a fim de evidenciar a integração não apenas entre os espaços, mas também com o povo – fortalecendo o sentido de nação.

Com um ideal nacionalista de homogeneização, a população é convocada a participar deste novo momento de modernização do país. Nesta perspectiva da unidade e do pertencimento nacional foi importante a construção ideológica da obra de Cassiano Ricardo *A Marcha para Oeste*, publicada em 1940. Obra propagandista do governo varguista que busca em uma revisão heróica no passado brasileiro, alguns elementos particulares que serviriam para estimular e influenciar a população a acreditar que realmente deveriam aceitar esse novo sentido de brasilidade. O eixo central de sua abordagem partia do herói bandeirante, visto como aventureiro e desbravador que encontra a riqueza escondida ao avançar em direção ao oeste, fato que ocorrera no passado colonial brasileiro, quando tal inserção ao interior resultou no sucesso econômico para a Coroa Portuguesa, quando descobriram as minas de metais preciosos onde hoje é Minas Gerais.

O sentido atribuído a *Marcha para Oeste* do governo Vargas junto à intencionalidade de se construir um novo imaginário de nação integrada, vislumbra a ideia de bom relacionamento entre os diversos grupos populacionais. Tal Marcha tinha intenção de unir um Brasil civilizado – representado pelo litoral –, com o território nativo – sertão. Essa revisão histórica com resgate a personificação do bandeirante tentava afirmar um pensamento progressista pelo Estado Novo e a busca das suas riquezas no interior do país, a fim de garantir a sua modernização e desenvolvimento no cenário internacional.

Como apontado por Ianni (1991) e Schallemburger & Schneider (2009), o Estado foi conivente com esta construção ideológica, pautada em políticas de modernização e progresso que repercutiram na criação da imagem de um

Brasil forte, grande, poderoso e integrado. Esta, talvez, em toda a história do país, tenha sido a maior invenção da sublime figura de um país que conquistava a si mesmo e, ao mesmo tempo, representaria externamente sua efetivação na segurança nacional e a sobrevivência de sua nacionalidade independente.

## 2.1 A MARCHA PARA OESTE NO BRASIL

Em seu pronunciamento, transmitido através de mensagem de rádio, no dia trinta de dezembro de 1937, na sua tradicional saudação de final do ano, direcionada ao povo brasileiro, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas realiza o anúncio da maior política de colonização do país: aquela que originará posteriormente a mais expressiva corrente migratória, a *Marcha para Oeste*. Chega a todo o território da nação a convocação para que a população brasileira ficasse atenta para as prosperidades que a região oeste tinha a oferecer nas oportunidades esquecidas no interior e que agora passavam a representar a possibilidade da modernização e do desenvolvimento para o país. Nas palavras de Vargas essa política era:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjará os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. (VARGAS, 1938b, p.124).

A construção deste momento, onde se iniciou a efetiva implantação da maior marcha migratória brasileira em direção ao interior, segundo Lenharo (1986), apresentou-se um tanto curiosa porque buscava transparecer a construção de uma nação em movimento, a procura de se auto-descobrir pelo reconhecimento de sua força e capacidade produtiva nas riquezas do interior e aclamava, ao mesmo tempo, a inserção da população agora denominada de nação, para que inseridos e integrados a este importante momento político construíssem um país moderno e desenvolvido.

Contemporâneo ao período, Backheuser (1938) baseado nas teorias européias de Ratzel e Kjellén tinha como proposta geopolítica para a construção desta nação forte e a de uma identidade de pertencimento à este Estado forte, uma preocupação focada na questão territorial onde suas estratégias de dominação do espaço perpassavam pela redivisão dos territórios, a localização estratégica da capital do país e a estruturação das fronteiras.

Posteriormente, Backheuser (1942) em uma análise da estrutura fundiária do país afirma que a formação do território brasileiro foi determinante para a construção econômica e social da Nação até aquele período. A geopolítica para ele, iniciada naquele contexto, no Brasil, vinha com a proposta de promover um amplo projeto de consolidação do Estado Nacional, como uma nação progressista inserida ao mundo. Em suas teorias ele demonstra que a identificação dos sujeitos com determinado território ocorre, portanto, ligado a noção que se constrói com a territorialidade.

Para Moraes (1991), a construção e organização do território brasileiro foi associado ao imaginário político e à auto-legitimação necessária à soberania no processo de constituição do Estado nacional. Segundo Oliveira (1990), o Estado no Brasil não surgiu de um povo que se formou e lutou por sua consolidação e união, mas de um Estado que se impôs antes mesmo de existir uma nação brasileira.

Construiu-se no Brasil a idéia de pertencimento ao Estado e à Nação a partir da identificação da sociedade com sua estreita ligação com a propriedade da terra, só posteriormente é que surgem os valores de união e de povo. Nas palavras de Backheuser (1926) a nação brasileira só passaria a existir quando ficasse registrado nos brasileiros e em suas almas o mapa territorial da pátria. Esse autor afirmava uma preocupação em fragmentar o território numa nova dinâmica fundiária diferente ao modelo até então dos grandes latifúndios, o qual resultaria da colonização de espaços ainda pouco ou nada povoados por propriedades familiares e com migrações direcionadas como sendo a melhor proposta de coesão territorial que solidificaria a unidade nacional. Pois diferente dos grandes latifúndios, a pequena propriedade familiar era vista pelo autor como forma de apego a terra, um bem patrimonial, que seria dos seus

filhos e que deveria ser conservada e melhorada como forma de garantir riqueza às gerações futuras.

Backheuser deixou claro sua preocupação com o emprego da colonização e do uso da força produtiva migrante a partir da reestruturação fundiária, seja esta por iniciativa do Estado ou por empresas particulares a fim de criar a unidade da Nação relacionada aos territórios com a ocupação pela colonização inclusive nas regiões de fronteira. Como exemplo real deste sucesso na proposta de sua teoria, analisando o Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), ele afirma como fórmula de sucesso “a capacidade de trabalho da população local e a utilização de um sistema de pequenas lavouras e pequenas indústrias” (BACKHEUSER, 1926, p.28).

Com isso Backheuser criou um “tipo ideal” de colono brasileiro moderno, pautado no imigrante europeu ou nos seus descendentes, buscava encerrar a antiga visão de que os pequenos agricultores eram “jecas, simplórios e sem ambições”, ou seja, sem capacidade de inserir o país na condição dos grandes Estados Nacionais desenvolvidos. Tal migração, para este autor, garantiria a miscigenação - branqueamento – e os conhecimentos técnicos trazidos pelos imigrantes europeus e repassados aos seus descendentes garantiriam a melhoria da produtividade agrícola no país. Ainda fazia parte das preocupações do autor o posicionamento no controle do Estado sobre estes grupos migrantes e a ideia de que eles deveriam ser empregados de forma a se tornarem mais um elemento nacional.

Segundo Marson (1979) ao analisar as teorias de Alberto Torres e Everardo Backheuser sobre o período da *Marcha para Oeste*, a soberania da Nação só se efetivaria calcada numa economia baseada na produção inicialmente para o consumo, secundariamente para a exportação, de forma disciplinada pelo Estado e em uma beneficiante organização deste trabalho.

É importante deixar registrado que Backheuser era a favor e defendia a lei da propriedade privada inviolável, sendo assim, não era contra os latifúndios já constituídos. Era a favor de uma migração e colonização controlada pelo Estado, o qual deveria usar todas as suas forças em favor dos novos interesses da nação.

Backheuser (1933) defendia a necessidade de correção das diferenças estaduais como resultado do antigo regime federativo instaurado durante a

Primeira República como sendo um malefício para aquele momento, era contrário principalmente às oligarquias efetivadas naquele período.

Segundo Backheuser (1933),

As disputas entre os estados pelos impostos interestaduais representavam o lado financeiro, a diversidade de justiça e instrução o lado social, as condições geográficas o lado econômico, a desproporção populacional o lado político, isso, isolado ou em conjunto determinou a criação de espíritos regionais contra a unidade nacional. (BACKHEUSER, 1933, p.73)

A partir desta visão acima, apontada pelo autor, a unidade nacional nas primeiras décadas do século XX teve que destruir as economias e o poder regional baseado na velha oligarquia para entrar na modernidade das grandes nações desenvolvidas. A participação de Backheuser na criação de planejamento e estratégias de governo de Getúlio Vargas contribui muito para organizar a colonização direcionada ocorrida no oeste brasileiro pela política da *Marcha para Oeste*.

Segundo Trubiliano (2003) a efetivação da ideologia da *Marcha para Oeste*, criadas pela política governamental do Estado Novo, justificadas na superação das dificuldades, principalmente econômicas, alegando atraso no desenvolvimento, recebem a permissão e o apoio da população. O Estado, então, passou a falar e fazer em nome da nação. Aproveitando desta oportunidade e sentindo que era o momento apropriado para usar a população a seu favor, nas palavras de Lenharo (1986) o então presidente Vargas lança um slogan que marcaria profundamente o momento histórico que o país passava – “o verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste”.

Esta política de tendência desenvolvimentista criada pelo Estado necessitava, como apontado anteriormente, solucionar algumas dificuldades e conflitos internos: os efeitos da consequência da quebra da bolsa de valores de Nova York de 1929, um elevado aumento nos índices de desemprego, muitos deles engrossados pelos saldos de correntes migratórias rural-urbanas; falta de moradia nas cidades, ocasionado pelo crescimento sem planejamento urbano; necessidade de ampliar as áreas de produção agrícola e a de incluir o país no mercado através da transformação do modelo produtivo para agroexportador, segundo elementos apontados por Carvalho (1987).

A partir da realidade posta, o Estado organiza uma política que ideologicamente cria o imaginário da existência de “vazios demográficos” no interior do país, em suas porções territoriais na direção oeste. Estes territórios deveriam ser ocupados em uma colonização direcionada com a finalidade, como já dito, de ampliar as fronteiras agrícolas, modernizar a produção das diversas culturas, e inserir tecnologias ao processo produtivo. A efetivação deste planejamento estatal dependia fortemente do direcionamento das migrações em direção a estas porções do território que o Estado definia por vazios demográficos.

Segundo Lenharo (1986) o Estado delega e transfere a responsabilidade pela colonização destes espaços vazios para a população, ou seja, o discurso governamental atribuía o sucesso de sua política colonizadora na adesão da população. Além da população, a política de governo denominada *Marcha para Oeste* contou com a contribuição dos braços estatais na força dos estados e municípios, os quais tinham a responsabilidade, entretanto de estimular a mobilidade espacial a desbravar os espaços despovoados. Os estados e municípios deveriam reorganizar sua estrutura agrária com a finalidade de efetivar uma colonização racional.

Nas palavras de Oliveira (1999) o Estado Novo criou na propaganda ideológica que acompanhou a *Marcha para Oeste* uma identidade nacional forjada, que tornou mítico o sentido de homogeneização da população e da integração das distintas regiões a fim de diminuir ou até encerrar os desequilíbrios econômicos causados por uma economia produzida sem a coesão nacional. Ainda para Lenharo (1986), este pensamento ideológico reduziu o sentimento e a construção da brasilidade aos fatores geográficos e econômicos.

Com isso se completava o programa de governo criado por Getúlio Vargas, figura central para a realização da *Marcha para Oeste*. Segundo Becker (1983), o processo que determinou esta nova fase de ocupação do território nacional foi determinado pelo Estado a partir dos seus investimentos realizados na infra-estrutura, mas elaborado com intensidade pela regulação e controle do jogo político. Tal controle exercido pelas ações do governo direcionadas à estrutura fundiária e à reestruturação e sentido dado ao espaço a ser ocupado pela mobilidade populacional.

Para Vargas (1938), os espaços despovoados, principalmente em regiões fronteiriças eram de grande preocupação e sua ocupação uma necessidade de fortalecimento político e econômico. A *Marcha para Oeste* significaria a principal forma de manifestar essa intenção de fortalecimento político. Nas intencionalidades do governo varguista podemos perceber a concepção feita por Foucault (2004) ao afirmar que o Estado tende a criar processos civilizadores, disciplinando as pessoas para direcionamento ao trabalho exercido de forma pacífica – era o que desejavam os objetivos da política do Estado de Vargas, a construção do Brasil seguindo a ideologia da ordem e do progresso, convocando o povo a docilmente contribuir com o deslocamento ao interior e realizar um árduo trabalho de construção de uma nova economia para trazer o desenvolvimento ou progresso ao “novo” Estado.

Na tentativa de convencer o maior número de trabalhadores e de famílias a migrarem em direção ao interior do país, a intensa propaganda reforçava a prática de uma fixação dos migrantes à terra que fossem colonizar. Tratava-se da transmissão do direito a terra com amplas facilidades para aqueles brasileiros que estivessem dispostos a contribuir para o desenvolvimento do país desejado pelo Estado. Seria a transformação do trabalhador em proprietário da terra.

Para Lenharo (1986), o governo para acabar com tensões sociais que estavam se formando no interior do país, teve como estratégia retirar as pessoas de seus meios, estando elas já em alguma trajetória migratória ou não. Orientou o fluxo migratório com finalidade exclusivamente política e econômica. Ao direcionar, influenciar e determinar esta trajetória impediu a liberdade do trânsito desta população para outras porções do país, e criou um perfil de trabalhador – ordeiro e disciplinado -, e ainda, apagou a história de diversos grupos humanos ao homogeneizá-los, desrespeitando suas tradições e peculiaridades culturais.

Foi uma subordinação dos trabalhadores aos anseios e ideologia do Estado e orientados pelas prerrogativas do mercado e do capital. Vargas atribuiu a esta categoria de trabalhadores um vínculo e uma responsabilidade com o patriotismo e consequentemente da nova identidade brasileira.

Segundo Gomes (1994), o Estado decidiu por um povoamento organizado pela implantação de pequenas propriedades nestas regiões que ele

considerava despovoadas, isso representaria a materialidade da *Marcha para Oeste*. Com isso, o governo começa a conceder na faixa de fronteira (150km) as terras devolutas a pequenos agricultores familiares que passariam a representar a soberania do Estado e a segurança da nação. A partir desta prática o governo objetivava ainda a ampliação das produtividades agrícolas, consequentemente o fortalecimento do mercado interno que ainda estaria vinculado à intensificação da industrialização brasileira.

Nesse momento, ocorre uma sobrevalorização do trabalhador rural através do discurso ideológico do Estado, com objetivo de convencer a sociedade brasileira e os migrantes para este novo fluxo migratório, o discurso repetitivo que as terras eram as mais férteis e com maior capacidade produtiva do país, de clima propício a agricultura, baixos valores e terras em grandes quantidades. Era a construção de um capital simbólico, além dos elementos relacionados ao migrante que contribuísse com sua mão de obra desbravadora. Ainda existiam os fatores externos que o convenceriam a participar da *Marcha para Oeste*, como o patriotismo a fim de representar o sentido da brasilidade do Estado Novo e com isso levar o a expansão do capitalismo para o campo.

Para Lenharo (1986) e Gomes (1994) no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1940 levou, ao interior do país, os braços do Estado Nacional através das Colônias Agrícolas Nacionais, posteriormente denominadas Empresas Colonizadoras. Estas representaram o governo com seus pontos de poder e, ao mesmo tempo, materializando o controle do Estado sobre a mobilização dos migrantes pela colonização das terras preconizadas pela *Marcha para Oeste*.

Estas Empresas Colonizadoras eram a presença física do Estado na efetivação da *Marcha para Oeste*, e fundaram uma nova organização das relações sociais, onde os colonos estavam associados em cooperativas produtivas, na venda e no consumo, o que fortalecia o comércio interno brasileiro. Elas (as empresas colonizadoras) foram as responsáveis pela efetivação da nova ideologia do trabalho imposta pelo Estado, subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura, o qual fazia a mediação com o Governo Federal.



## 2.2 A EXPERIÊNCIA COLONIZADORA DO PARANÁ ANTES DA MARCHA PARA OESTE

A História da ocupação e colonização do estado do Paraná pode ser compreendida dentro do contexto dos interesses econômicos da extração da Madeira e da erva-mate, do café, das grandes produções agrícolas como a Soja e a industrialização, todas com uma relação muito íntima às migrações, conforme apontam os dados de Nadalin (2001).

Para Martins (1995) até o século XVI, enquanto a região do que hoje é o estado do Paraná ainda pertencia à Capitania de São Vicente era esporadicamente visitada por exploradores europeus, atrás da madeira de Lei. Somente a partir do século XVII inicia um processo de colonização após a fundação de Paranaguá, em 1660.

Lazier (2004), afirma que os jesuítas espanhóis foram os primeiros a organizar uma colonização em Paranaguá e em Curitiba, a descoberta de ouro na região fez atrair o interesse dos portugueses que passaram a ocupar não apenas o litoral como também o interior, amenizando tal interesse assim que descobrem ouro nas Minas Gerais.

Este autor ainda descreve a criação de povoados no século XIX ocorrido a partir da passagem de tropas vindas de Viamão no Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba – São Paulo – esse tropeirismo no estado do Paraná, oportunizou a criação de pequenas vilas que, tempos mais tarde, deram origem a cidades importantes entre elas Rio Negro, Lapa, Ponta Grossa, Castro e muitas outras.

A criação da Província do Paraná ocorreu em 1853, quando emancipou-se de São Paulo onde, neste período o Paraná já contava com 40 núcleos de colonização, segundo Magalhães (1991). Estes núcleos de povoados eram originados por imigrantes italianos, alemães, poloneses, franceses, ingleses e suíços que se dedicavam a atividades de extração da madeira e da erva-mate e de pequenas produções de café, o que impulsionava as economias locais daquele período. Segundo a autora, logo após a conquista da autonomia na Província do Paraná, ocorre a primeira política migratória para a região quando se cria um programa oficial para direcionar a imigração européia, formada principalmente por poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de

riquezas, mas também direcionados por um Estado que procurava levar o progresso e fortalecer o nível econômico desta região. Ainda se percebe a atuação do Estado em busca de colonizar esta província quando constrói as estradas e rodovias para acelerar a ocupação das terras, ainda durante o Império, na década de 1880. Esta atuação do Estado facilitou o início de uma propaganda de terras férteis e de baixo valor antes mesmo do Paraná se tornar um estado em 1889.

Ferreira (1996) afirma que, antes mesmo do Estado brasileiro elaborar seus grandes projetos colonizadores nacionais que norteavam as diretrizes migratórias da década de 1940, para ocupar seus espaços pouco ou nada produtivos ou considerados “vazios” populacionais, no estado do Paraná, ainda durante as primeiras décadas do século XX, já tinham iniciado nas porções norte e sudoeste do estado, ocupações consideráveis, fluxos de migrações regulares, ocupação do solo, construção de infra-estrutura propícia para agricultura por parte do governo estadual e de colonizadoras privadas, abertura de estradas, surgimento de vilas e cidades que já nascem planejadas inclusive com redes de transporte e comunicação.

Para Balhana (1969) o estado paranaense estava presente nas colonizações do Norte através de imensas concessões de terras gratuitas ou vendidas a preços irrisórios diretamente ao colono ou ainda através das Colonizadoras. Esta colonização direcionada e controlada ocorreu por todo o Norte do Paraná, esta prática foi garantida pelas receitas oriundas da extração da madeira e da erva-mate pelas companhias privadas que já se encontravam na região antes da chegada da estrutura estatal.

Segundo Costa (1975) quando o estado paranaense começa na década de 1930 a analisar a questão fundiária na sua região Norte, percebeu que as colonizadoras não estavam cumprindo com uma cláusula básica que exigia delas a colonização e o povoamento das regiões que tinham a concessão com objetivo de desenvolvê-las. Em sua análise o estado descobriu que um grave problema fundiário estava se formando, a grilagem estava fora de controle, o surgimento em grandes proporções de títulos falsos de terra e outros documentos ilegais e uma ocupação sem controles. Segundo a autora, como medida o governo estadual decidiu privatizar um quarto do território desta região ainda durante esta década de 1930. O governo apontava a colonização

privatizada como solução para evitar ocupações indesejadas e ilegais, acabar com os conflitos por terra existentes na região e aproveitou a situação apresentando tal reestruturação fundiária como uma espécie de reforma agrária.

Para Myskiw (2002) além da medida fundiária com a iniciativa da organização das terras pelas colonizadoras, a construção da estrada de ferro inaugurada em 1908 que ia do Norte paranaense até Ourinhos (São Paulo) intensifica o povoamento na região e, posteriormente, amplia as possibilidades econômicas como meio de transporte para escoar as safras ajudando no desenvolvimento desta porção de terras.

Tomazi (1997) aponta como as primeiras iniciativas do governo estadual do Paraná, no processo de colonização das suas regiões menos povoadas, a criação de grandes colônias dirigidas, sendo elas: Colônia Primeiro de Maio, ainda em 1923, com 50.000 hectares e a Colônia Sertanópolis, em 1924, com a mesma superfície de 50.000 hectares. Mais tarde, o governo estadual ainda controla diretamente a colonização da Fazenda Centenário e a região de Paranavaí, onde os lotes eram maiores formando com isso grandes propriedades colonizadoras. Segundo Westphalen, Machado e Balhana (1968) foi, neste momento, que as primeiras duas empresas privadas colonizadoras começam a atuar em território paranaense, ambas de capital paranaense. A Companhia Colonizadora Corain e Cia., na Colônia Primeiro de Maio; e a Companhia Colonizadora Leopoldo de Paula Vieira, em Sertanópolis.

Segundo Boni (2004) paralelo a esta iniciativa governamental do estado paranaense das colônias concedidas diretamente do governo a empresas privadas paranaenses, se instala na região a Paraná Plantations Limited uma empresa de capital inglês, fundada em Londres ainda em 1925. A empresa faz a aquisição de 515.000 hectares de terras do governo do Paraná, e tinha um Plano de Colonização muito detalhado, com proposta de infra-estrutura voltada a atender as necessidades dos colonos que se instalassem na região como comércio, transporte das produções, construção de novas estradas, ampliação da estrada de ferro e organização para efetivar o povoamento no Norte paranaense.

Instalada com sua sede em Londrina, a “Companhia Paraná Plantations Limited” segundo Nadalin (2001) tinha fortes laços econômicos com a

“Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)”, que então passou a lotear tais terras adquiridas em pequenas e médias propriedades, facilitou o pagamento em até quatro anos, essa facilidade de pagamento, aliados aos baixos valores da terra e a legalidade da compra foram atrativos burocráticos para um acelerado povoamento da região Norte. Posteriormente, a razão social da “Companhia Melhoramentos Norte do Paraná” passa a ser “Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)”.

Para Costa (1975) o governo paranaense conseguiu estabelecer sua maior política colonizadora desde a criação do estado nas regiões Norte/Nordeste em uma extensão territorial de 300.00 hectares com lotes menores de 100 hectares. Segundo dados da autora esta política obteve um sucesso de 80% de povoamento na área destinada durante os anos de 1920 até 1940, chegando a ter 1.236.276 habitantes já no ano de 1940, conforme apontava o censo demográfico deste ano. Dados apontados pela autora sobre o mesmo censo demográfico indicam que esta região era formada por 84% de propriedades com menos de 100 hectares que exploravam basicamente a agricultura.

Westphalen, Machado e Balhana (1968) afirmam que em de 1953 a CTNP já tinha vendido um total de quatrocentos mil alqueires de terras no Norte do Paraná, o povoamento apenas nestas terras vendidas era de cerca de 100 mil famílias, e sem ter oportunidade de ampliar suas concessões no estado do Paraná, teve que ampliar seus negócios com várias atividades comerciais e industriais.

Fogari (2011), ao analisar o plano de ações desta Colonizadora aponta como atribuições desta empresa: limpeza da região na retirada da floresta, tal trabalho realizado por empresas privadas, o que daria lugar a agricultura pelos colonos, realizar o traslado dos colonos interessados na aquisição de suas terras, construir infra-estrutura assistencial, instalação de serrarias, motores que gerariam a energia necessária para as colônias e estrutura para transporte aéreo.

Para conseguir ampliar a lucratividade na colonização do Norte paranaense, segundo Yamaki (2006) o governo incentiva a criação de empresas compradoras e beneficiadoras das produções do café feito em grande quantidade, o que diminui os custos com transporte para São Paulo,

antes o centro de recebimento e distribuição do café produzido pela região, isso capitalizou não apenas a terra como também a produção.

A propaganda governamental e das empresas colonizadoras segundo Tomazi (1997), Costa (1975), Lazier (2004) e Fogari (2011) foi fator fundamental para a efetivação da política de colonização do Paraná durante as décadas iniciais do século XX que ocasiona uma grande imigração e povoamento das regiões norte, nordeste do estado. São apontados como fatores importantes para este fluxo migratório o uso de jornais, cartazes e folhetos, mais tarde o emprego do rádio e a comunicação pessoal entre os membros das famílias migrantes. Fazia parte deste discurso de propaganda o baixo valor da terra, fertilidade do solo e sua adequação ao café, o fato de que naquele período o estado do Paraná não estava sofrendo restrições de produtividade do café como acontecia ao vizinho São Paulo, o clima oportuno à produção, terra pronta para o início da produtividade, facilidade para pagamentos da terra, além de forte infra-estrutura aplicada em benefício dos colonos interessados em adquirir terras na região. Estes autores ainda afirmam que, a propaganda referente ao vazio demográfico se justifica mesmo sabendo-se da presença de populações na região pelo receio de amedrontar os futuros colonos com supostos conflitos pela terra com índios e posseiros, o vazio demográfico foi uma forma de passar a ideia de colonização pacífica principalmente ao norte paranaense.

Alguns exemplos desta propaganda podem ser analisados nas imagens a seguir:

Imagem 01 – Catálogo de propaganda da CTNP das terras ao Norte do Paraná



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss - Capa do catálogo utilizado pela CTNP para divulgação da colonização no Norte Paranaense.

Espécie de folder ampliado em algumas páginas, um catálogo, que era deixado pela CTNP para agricultores interessados em adquirir terras no Norte do Paraná. Neste catálogo, onde se exhibe uma fotografia destacando um pé de café, eram oferecidos aos futuros interessados em se tornarem colonos no Paraná; vantagens na compra, visita supervisionada e agendada, transporte, alojamento e alimentação gratuitos.

Imagem 02 – Cartaz de propaganda das colônias no norte do Paraná.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina - Padre Carlos Weiss

Imagem 03 – Cartaz de propaganda das terras no norte do Paraná.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina - Padre Carlos Weiss

Cartazes de divulgação de propriedades rurais pelas empresas colonizadoras no norte do Paraná reforçando a localização da região norte paranaense e a facilidade no pagamento destas propriedades.

Imagem 04 – Cartaz para divulgação no comércio paulista das terras paranaenses



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss – Cartaz criado pela CTNP para afixar em comércios paulistas com propaganda das terras no Norte do Paraná.

O cartaz apresenta um pé de café com 3 metros de altura, produzindo fartamente do alto até embaixo. A mulher colhe o café com auxílio de uma escada bem no alto da árvore, a colheita feita por uma família destacando a intenção da propriedade agrícola familiar que se destinava aquela colonização. Reforço da fertilidade do solo pelo vigor daquela planta de café.



Imagem 05 – Reportagem no Jornal Diário de São Paulo sobre a CTNP.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Londrina – Exemplar do Jornal Diário de São Paulo, 02/09/1934, p.02)

Matéria jornalística apresentando a Companhia de Terras Norte do Paraná como o maior sucesso privado em colonizações na América do Sul, povoando o Norte do estado do Paraná e dinamizando a produtividade agrícola da região. Ressalta-se que este jornal circulava na cidade de São Paulo em 1934.

Podemos perceber a intencionalidade ainda nas palavras da maior colonizadora desta região a Companhia de Terras Norte do Paraná (1975) que:

[...] o Norte do Paraná, colonizado pela companhia, é antes de tudo um exemplo a seguir, um exemplo do que pode alcançar o agricultor brasileiro quando trabalha um solo fértil que seja seu, amparado pela certeza de lucro e pelo direito de propriedade. [...] Até os trabalhadores mais humildes, graças à divisão da terra em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiam adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização que aceitaram decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária. (CTNP, 1975, p.76)

Afinando o discurso trazido pelo governo estadual durante o processo de colonização nas décadas iniciais do século XX, governo e empresas privadas

conforme percebemos nesta afirmação, em uma publicação comemorativa do cinquentenário de criação da companhia colonizadora, se apropriando do discurso de reforma agrária. Nesta mesma obra, ao comentar sobre seu papel no processo de colonização do Norte paranaense a Companhia de Terras Norte do Paraná afirma:

A fórmula para solucionar o problema da ocupação do interior do estado do Paraná, ainda um grande despovoado no início do século XX, foi a mudança da política agrária estadual. A concessão remunerada de terras por parte do estado em benefício das empresas colonizadoras, concedendo a elas a prerrogativa de implementar um novo modelo alternativo de Reforma Agrária, conseguindo atrair migrantes que vindo de forma compensatória a compra de lotes de terra, seu estabelecimento, povoamento e colonização à partir do amplo investimento em estrutura pelos programas políticos do estado e das empresas privadas foi o fator que determinou tal colonização dirigida. (CTNP, 1975, p.44)

Ainda segundo Myskiw (2002), Westphalen, Machado e Balhana (1969) e Lazier (2004) o Paraná até a metade do século XX, percebendo o sucesso da colonização direcionada por empresas colonizadoras aplica este mesmo processo em outras regiões do estado como o Noroeste e Sudoeste. Com extensões menores e com lotes para propriedade também de tamanho reduzido, destinado a pequenos e médios agricultores, dão a concessão para empresas particulares, a algumas famílias em particular e também com a atuação direta do governo na venda direta ao colono. São exemplos de algumas destas colonizadoras: Companhia de Colonização Espéria, Companhia Colonizadora Mercantil Paranaense Limitada, empresa Colonizadora Santa Bárbara Limitada, Companhia Agrícola Marcondes (Pirapó), COBRIMCO (Companhia Brasileira de Imigração e colonização), Companhia Colonizadora Byington, Colonizadora Cafezal, Colonizadora Mariluz, Sociedade Colonizadora Paraná, SINOP (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná), Família Antônio Lustosa de Oliveira, Família Ibrahim Abud Neto, Família Dal Bem.

A contextualização das políticas colonizadoras no estado do Paraná anteriores a colonização do oeste e em particular ao caso da Política Nacional *Marcha para Oeste* se justifica no sentido de explicar que diretamente a experiência paranaense anterior a *Marcha para Oeste* vai agregar aos objetivos da Política Nacional toda uma experiência com as empresas colonizadoras que

dão sentido ao que o governo federal esperava. No oeste paranaense se efetivam suas intencionalidades e se tornam simbólicos os objetivos da política colonizadora criada por Vargas.

### 2.3 A MARCHA PARA OESTE NO PARANÁ

No contexto territorial brasileiro, a região oeste do Paraná foi parte da estratégia do governo federal por causa de um conjunto de elementos que a colocava na visibilidade da política de colonização *Marcha para Oeste*: por se tratar de uma região de fronteira internacional, limite com o Paraguai, a sua privilegiada localização geográfica estava à mercê de interesses da exploração de estrangeiros o que era interpretado pelo Estado, a partir de suas conjecturas geopolíticas sobre o território em questão, uma ameaça a soberania brasileira. Paraguaio e argentinos residentes na faixa fronteira brasileira eram vistos como invasores pelo governo brasileiro que passava a criar uma ideologia de desenvolvimento, que se pautava inclusive na segurança nacional e no fortalecimento da economia interna e sua modernização para a inserção ao mercado externo.

O oeste do estado foi à última porção regional do Paraná a ser colonizada a partir da década de 1940, no espaço concedido pelo estado paranaense à empresa colonizadora Maripá. O processo da ocupação destas terras aconteceu conjuntamente à efetivação de uma política governamental econômico-migratória de âmbito nacional, como já designada de *Marcha para Oeste*, que incluiu esta parte do estado na ampliação das fronteiras agrícolas e que representará, alguns anos depois, um modelo de modernização agrícola beneficiada pelas ações estatais de financiamento e garantia de infra-estrutura para o sucesso do plano de governo varguista.

No Paraná, a ideologia da *Marcha para Oeste* se efetivou em diversos elementos. A implantação de Empresas Colonizadoras, a abertura de uma malha de rodovias (principalmente a 277 ligando o estado paranaense da porção leste para oeste), a viabilização da comunicação e o transporte, obras de saneamento e uma significativa quantidade de obras públicas com a

finalidade de atender com os serviços do Estado a população migrante que se fixaria na região, como hospitais e escolas, por exemplo.

O governo estadual do Paraná junto com algumas forças políticas locais e o braço do Estado representado pelas Empresas Colonizadoras, controladas pelo Ministério da Agricultura, realizou a articulação desta última porção a ser ocupada com o restante do estado e a integrou nas relações econômicas com o território nacional, a população conduziu a posse de tais terras tornando evidente a presença do Estado na faixa de fronteira. Nesta nova região, organizou a produtividade e a intensificação do mercado interno e posteriormente a modernização da produção transformaram-na em uma região de modelo econômico agro-exportador.

Para Ravenstein (1980) e Santos (2003), uma região que vive o cenário do desenvolvimento econômico, age determinando e influenciando os fluxos migratórios que vão a sua direção ou que partem dela. Para eles ainda, a partir de um momento, as migrações também passam a influenciar predominantemente esta região. Teoria essa que pode ser aplicada ao caso do Paraná: quando a região recebe os investimentos e a infra-estrutura necessária para que a economia apresentasse seus primeiros resultados, se intensificam as correntes migratórias e já não se consegue medir se as migrações determinam o crescimento econômico ou se ele que é determinante para direcionar tais fluxos.

Com isso, a colonização do oeste do Paraná pode ser considerada relevante recorte para a pesquisa de constatação que as políticas dirigidas pelo Estado podem influenciar os fluxos migratórios, mesmo que sejam eles determinados por uma economia planejada pela ação estatal. A formação socioeconômica recente desta porção do estado, que apresentou o mais intenso processo migratório interno do Brasil, provindos dos estados mais ao Sul do país, pontual a partir dos anos 1930, onde o objetivo era o desenvolvimento regional, pautado pela ocupação das regiões fronteiriças, ampliação da fronteira agrícola e o processo de transnacionalização do capital através do modelo agroexportador.

Para Sperança (1980) o Estado já tinha anteriormente tentado se fazer presente na porção oeste do Paraná: em 1889, com a Proclamação da República, buscando garantir a segurança nacional na fronteira, implantou uma

Colônia Militar – em Foz do Iguaçu -, a qual, algumas décadas depois foi extinta. Atendendo a uma política daquele governo republicano, cujo nome era “Abertura de Caminhos Rumo ao Interior” buscou também planejar uma malha rodoviária. Mas, só depois em 1905, realizam a criação de uma comissão que tinha como propósito a abertura de uma estrada que ligaria o oeste ao resto do estado do Paraná no projeto denominado de “Estradas Estratégicas”, o que acaba não se efetivando naquele momento.

Segundo Westphalen, Machado e Balhana, (1968),

A partir de 1939, o Governo do Estado resolveu colonizar também suas terras devolutas e de antigas concessões, no Oeste paranaense, fundando, na margem esquerda do Piquiri, as Colônias Piquiri, Cantu, Gio-Bang, e Gio-Erê, e, à margem direita do Ivaí, as Colônias Manuel Ribas, Muquillão e Mourão. Seguiu planos de colonização, demarcando os lotes rurais e prevendo áreas para núcleos urbanos. Os lotes agrícolas, nessas Colônias, foram, em geral, de áreas superiores àqueles do Norte do Paraná, medindo, em média, mais de 20 alqueires. (WESTPHALEN, MACHADO & BALHANA, 1968, p.20)

Com essas informações, principalmente a que se refere à segurança nacional da fronteira, somos levados a considerar a existência de alguma ameaça, seja econômica ou a soberania nacional pelo trânsito ou presença estrangeira.

Fato este confirmado por Wachowicz (2002), que afirma a presença de muitos estrangeiros fixados e explorando economicamente o oeste paranaense, ainda a presença de poucos brasileiros com a moradia fixa nesta região na primeira década do século XX, caindo por terra a afirmativa do Estado em sua política de colonização – *Marcha para Oeste* -, que existia um “vazio” demográfico nesta porção do estado. Para o autor, este conceito de vazio, então, deve ser compreendido pelo ponto de vista geopolítico como uma ameaça a segurança nacional e, ainda econômico, com intenção de fazer propaganda de um ambiente livre de conflitos com posseiros e indígenas aos futuros colonos.

Existe ainda dados de Gregory (2008), que afirmam existir na década de 1920 nesta região oeste do Paraná, diversas famílias de gaúchos e catarinenses que desenvolviam uma agricultura tradicional e pequenas criações de gado, além de ser conhecida uma cultura de exploração da erva

mate e da extração ilegal madeireira de exportação para os países vizinhos liderados e articulados pela Empresa Matte Larangeira: Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile, por rotas de contrabando realizados principalmente pelos argentinos (*obrageros*) que se aproveitavam da inexistência dos controles do Estado brasileiro para dominar tais rotas e controlar este setor econômico na região. O trabalho braçal (*mansus*) era realizado, segundo o autor, por paraguaios.

Para confirmar ainda a existência de população no oeste paranaense, anterior a *Marcha para Oeste*, Magalhães (2003) afirma que, no início da década de 1930, havia aproximadamente 10.000 habitantes nessa região, realizando os trabalhos de contrabando da madeira e da erva-mate, a maioria formada por estrangeiros, contratados por pequenas empresas cujos donos eram argentinos e dedicavam-se a extração da erva-mate e o corte da madeira destinados a exportação pelo Rio Paraná, via Buenos Aires enviados aos mercados dos países vizinhos e pela Matte Larangeira maior empresa de extração de erva-mate atuando na região, grande motivo de preocupação com esta porção de terras na região fronteiriça. Westphalen, Machado e Balhana (1968) reforçam a preocupação do governo estadual do Paraná pela atuação da Matte Larangeira classificando sua atuação naquela porção do estado como “uma exploração depredatória e espoliadora dos recursos naturais do estado” (p.04).

Nas primeiras décadas do século XX era marcante a presença da extração da erva-mate na região oeste do Paraná, segundo Bianchini (2000), Guillen (1991) e Ferreira (2007) a empresa Matte Larangeira atuou efetivamente em territórios paranaenses, segundo as autoras, o personagem principal desta empresa, Thomáz Larangeira grande conhecedor dos ervateiros nativos desta região esteve presente em loco, logo após o fim da Guerra do Paraguai quando integrou a comissão de demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai. Neste momento Thomáz percebendo as possibilidades comerciais de tais ervateiros pede para sair da comissão de demarcação e passa a chefiar o departamento de abastecimento desta comissão e a realizar então, parcerias para explorar os ervais paranaenses utilizando amplamente mão de obra paraguaia e indígena, muitas delas com trabalho escravo.

Para Silva (2003), a Matte Larangeira atuou também no Paraná nas duas décadas finais do século XIX e nas quatro décadas iniciais do século XX, esta surge financiada por capital inglês sob a responsabilidade do catarinense Thomáz Larangeira, sua fundação data do ano de 1877, como Empresa Matte Larangeira na cidade de Concepción no Paraguai. Em 1882, pelo Decreto Imperial nº8799 de 09/12/1882, instala-se no Brasil a Empresa Matte Larangeira com sede em Porto Mortinho, no Mato Grosso. Depois de evidenciar elevado potencial econômico, para conseguir renovação da concessão pelo Decreto nº520 de 23/06/1980 e pela Resolução de 15/07/1985, tal empresa necessitou abrir sociedade, então mudando sua razão social em 1892 para Companhia Matte Larangeira. Em 1902 o espólio desta empresa é vendido para a companhia argentina Francisco Mendes & Cia. e passa a ser chamada de Larangeira Mendes & Cia. O autor ainda aponta o fato de que esta Companhia teve diversas razões sociais e foi transferida sua sede por mais de dez vezes entre Brasil, Argentina e Paraguai para contornar problemas políticos/sociais e econômicos.

Segundo Arruda (1997) seria impossível calcular a exploração nos ervais nativos que a Matte Larangeira realizou no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, haja vista, que sua concentração deu-se no estado de Mato Grosso e as principais pesquisas dirigem seu olhar a este estado. Mas há registros da atuação realizada intensamente no Paraná, de forma ilegal, pois as legislações da concessão não autorizavam neste estado a exploração que a empresa realizou em grande proporção. Facilitada estrategicamente por estar na região de fronteira com Paraguai e Argentina para onde era enviada toda produção explorada no Paraná e depois exportada pelos ingleses como forma de concorrer economicamente com a rota de comércio de chá do Ceilão.

Ferreira (2007) deixa evidente, em sua pesquisa, a presença estrangeira principalmente de paraguaios na região do oeste do Paraná nas primeiras décadas do século XX realizando o trabalho de extração da erva-mate, uma força de tarefa grandiosa que estava dividida em diversos grupos que montavam os acampamentos provisórios, fiscalizavam e gerenciavam o trabalho pesado da extração e transporte realizados pelo trabalho braçal dos indígenas da região, que na maioria dos casos ocorreu de forma escrava.

Outros dados apontados por Ferreira de Lima, Piacenti e Piffer (2001) dão visibilidade aos povos indígenas na região, relembram as disputas por este território ainda durante o período colonial do Brasil, onde Portugal e Espanha conflitavam para determinar a posse destas terras. Segundo os autores existiam espanhóis fixados na região e portugueses com registros desde 1610 nas missões jesuíticas que resultam inclusive em núcleos populacionais na Redução Jesuítica de Guairá.

Segundo Gregory (2000) e Martine (1994), a política do Estado Novo estruturou a região oeste do Paraná e oportunizou que esta porção do estado não só fosse incluída nas relações econômicas do país, mas que tivesse capacidade competitiva frente aos tradicionais mercados. Para os autores as intencionalidades do governo nacional eram a estruturação de uma colonização formada por pequenas famílias de agricultores que migrassem para a região e lá se fixassem. Com isso, justificam o direcionamento principalmente de colonos gaúchos e catarinenses que tinham o perfil preconizado pela política deflagrada no oeste paranaense – *Marcha para Oeste*.

Ainda para Kleinke (1999) e Lopes (2002), entre as décadas de 1940 e 1960, fizeram parte da mobilidade populacional para o oeste no Paraná, o mais intenso fluxo de migração interna do país, migrantes paulistas, mineiros nordestinos e, a maioria, migrantes provindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Pois, para o Estado Nacional a região oeste do Brasil era economicamente viável para uma exploração dos seus recursos naturais, particularmente os relacionados à fertilidade do solo, que poderiam intensificar a produtividade da agricultura. Fato este comprovado pelos investimentos econômicos financiados pelo Estado para a construção da infra-estrutura e da liberação de créditos que realizariam o estímulo necessário para os agricultores realizarem a colonização direcionada a fim de dar sucesso aos objetivos da política desenvolvimentista do governo varguista.

Segundo Schneider (2008) e Schallenberger & Schneider (2009) a organização e a conformação da estrutura fundiária no oeste do estado do Paraná, atendendo a um dos objetivos da *Marcha para Oeste*, foi controlada e determinada pelas Empresas Colonizadoras que receberam a concessão do governo federal para lá atuarem, elas distribuíram uma porção considerável deste espaço em minifúndios, que posteriormente se modernizaram até



conseguirem inserir a agricultura ao modelo agroexportador, sendo atribuído a estas propriedades o sucesso econômico apresentado pela região no período analisado.

Para Serra (1991), Niederauer (1955) e Aurélio (2000) a maior empresa colonizadora privada presente no oeste do Paraná foi a Maripá (Compañia Maderas del Alto Paraná), fundada exclusivamente com capital inglês, ainda no século XIX na capital argentina – Buenos Aires, posteriormente fundada no Brasil com o nome de Companhia de Madeiras del Alto, em Porto Alegre no ano de 1906, com forte atuação colonizadora na cidade de São Miguel do Oeste no estado de Santa Catarina. Começa a atuar no oeste paranaense durante a década de 1940, mas oficialmente tem seu registro de imóveis em 16/09/1946 na Comarca de Foz do Iguaçu, passando a ter a razão social de Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, que mais tarde passa popularmente a ser denominada apenas como Maripá.

Segundo Angeli (1998), Malerba (1994) e Cardoso & Westphalen (1996) a Colonizadora Maripá obteve a concessão do governo paranaense de 274.846 hectares de terras na porção mais a oeste do estado do Paraná, onde hoje ficam os municípios de Nova Santa Rosa, Marechal Cândido Rondon e Assis Chateaubriand. Essa área que posteriormente será designada pela empresa Maripá de “Fazenda Britânia”, dividida em pequenos lotes que chegaram a um número próximo de 12.000 colônias. Para os autores, a atuação dessa colonizadora pode ser dividida em duas etapas, onde inicialmente realizaram um minucioso levantamento técnico da região com diversos especialistas e engenheiros, e, posteriormente, através de um organizado Plano de Colonização iniciam a limpeza da terra com a retirada e venda da madeira e depois a venda das terras e a colonização. Angeli (1998) ainda reforça o papel atribuído ao personagem central desta empresa ao senhor Willy Barth, um dos acionistas ao qual se associa o sucesso nas estratégias de efetivação da ação colonizadora da Empresa Maripá.

Neste sentido, dois documentos importantes descrevem a atuação da Colonizadora Maripá no oeste paranaense: seu Plano de Ação e o Relatório de Atividades, ambos registrados no acervo do Museu Histórico Willy Barth, sob gestão da Prefeitura Municipal de Toledo.

O Plano de Ação da Maripá descreve os procedimentos adotados durante todo o processo de colonização desde a retirada da floresta para preparar a terra ao plantio até os detalhes das vendas dos lotes, a preocupação com os elementos humanos – direcionados cuja origem era prioritariamente do estado gaúcho. A organização das colônias em pequenas propriedades, o incentivo a agricultura diversificada ou policultura. Um planejamento para o escoamento da produção. O fomento ao desenvolvimento local e o incentivo e investimento ao processo industrial. Ao analisarmos tal “Plano”, podemos perceber em suas particularidades os elementos da política nacional *Marcha para Oeste*.

Consta ainda, em seu Relatório de Atividades, que é detalhado e muito extenso com informação de 1946 até 1960, informações sobre as atividades econômicas, políticas e sociais de todos os empreendimentos de colonização da empresa, as atividades que a Companhia estava envolvida e seus diversos investimentos financeiros, as transformações do capital financeiro no decorrer do tempo e o crescimento deste capital. Apresenta de forma ilustrada com fotos, além de gráficos todos os espaços construídos e transformados pela Maripá no oeste paranaense com intenção de atestar o sucesso da colonização daquela região. O Relatório ainda presta contas aos acionistas e descreve o formato da propaganda das terras durante toda a colonização.

A partir das informações constantes no Relatório de Atividades da Maripá podemos relacionar a uma afinidade com os objetivos do governo do Paraná, bem como da esfera Federal ao que se refere ao modelo de colonização da *Marcha para Oeste*. Conforme Maccari (1999);

O poder público, juntamente com a iniciativa privada, em nosso caso representado pela empresa colonizadora Maripá, desenvolveu ações que julgavam ser mais adequadas para tal fim, utilizando-se de estratégias como o parcelamento do pagamento das terras e o planejamento de obras públicas que proporcionassem uma infraestrutura mínima para receber as famílias. Além disso, ocorre a estruturação de um discurso que visava atrair os migrantes que julgavam ser ideais, fazendo com que estes venham a compartilhar de suas idéias. (Maccari, 1999, p.171).

Mesmo com grandes lucros com a exploração da madeira após o início da colonização da Fazenda Britânia pela Maripá, segundo Klauck (2004) inicia-se um intenso comércio de terras na região oeste paranaense, posteriormente

a esta fase e com o desenvolvimento econômico da região a colonizadora passa a investir em carpintarias, moinhos, oficinas mecânicas, funilarias, empórios, escolas, igrejas, serrarias e construções de estradas secundárias com a finalidade de dinamizar a região.

Sobre a propaganda para a compra das terras pelos colonos gaúchos, segundo Lavallo (1991) muitos fatores contribuíram para o sucesso desta propaganda, a Maripá contratava diversos “corretores” nas próprias cidades gaúchas, pessoas conhecidas e de respeito nos municípios que tinham a função de divulgar as terras do oeste paranaense, faziam parte ainda destas estratégias de divulgação: fotografias, propagandas em jornais e rádios, cartazes e estimulados pela colonizadora os colonos já residentes no oeste do Paraná deveriam enviar correspondência a seus familiares e amigos relatando o sucesso da colonização.

Imagem 06 – Cartaz de propaganda das terras da Fazenda Britânia

## ATENÇÃO SNRS. AGRICULTORES

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

# TOLEDO

ANEXO 7

NA FAZENDA BRITÂNIA - MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1.º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2.º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.
- 3.º — O título da Fazenda Britânia têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4.º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hotéis, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Moinho a cilindro para trigo.
- 5.º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria mole, Corticeiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Ha nos matos: Crescialmal, Laranjai, Palmitos e Taquarupú.
- 6.º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertendo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7.º — A Fazenda Britânia proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Rio Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo ele navegável.
- 8.º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem uma grande área dedicada ao plantio de café. E' um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ 30.000,00 a colônia de dez alqueires.**
- 9.º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ 20.000,00 até Cr\$ 30.000,00 a colônia de 10 alqueires. Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, ganhando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britânia:

**INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S. A.**

COM SEDE EM PORTO ALEGRE, A RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO

**11.325 COLONIAS**

Colonização começada há 3 anos e em franco progresso. Bom emprego de Capital

**Agentes: Aurelio Tissiani e Natal Zibetti - Sarandi, 1.º distrito**

Dispondo de Caminhonete especial para viagem direta e comoda do comprador

Sub-Agente: \_\_\_\_\_



Fonte: Arquivo do Museu Histórico Willy Barth – Toledo/Pr.

Observando duas transcrições de relatos de migrantes que chegaram no oeste paranaense durante a colonização da Maripá, selecionadas no Museu Histórico Willy Barth em Toledo, Paraná, podemos compreender o formato da propaganda utilizada pela Maripá na colonização do oeste paranaense.

Eu fiquei sabendo assim (...) nem pelo rádio e nem pelo jornal, isso veio pessoalmente lá. Então os chefes eram tudo de Porto Alegre e em cada cidade eles iam procura alguém prá representar isto, estas terras (...) lá, em Crissiumal, um comerciante se interessou. Ele tinha uma caminhoneta e foi até que achou uma caravana e veio prá cá. Aí os primeiros que se interessava já comprava terra na primeira viagem então lá né. De cada lado tinha ido uma pessoa e isso deu a propaganda. Assim foi o início, em outros lugares de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em tudo aqui em volta tinha então esses representantes. (entrevista concedida por Antônio Liman em 1982, acervo Museu Histórico Willy Barth).

(...) olha eles iam de casa em casa, de quem eles achavam que ia. Não era propaganda na rádio, né. Eles falava e falava a verdade (...) Olha, era difícil alguém voltá sem comprá. Vinham do Rio Grande do Sul, vinha de Três Passos, Lajeado, Arroio do Meio, lá prá baixo...de tudo lugar veio (...) eles falava que podia plantá tudo como lá no sul, mais sem as formigas e as pedras e moros que nós tinha lá. Mostrava fotografias das plantações de milho, mandioca, trigo e também falava que dava muito bem o café. (entrevista concedida por Magdalena Bühler em 1982, acervo do Museu Histórico Willy Barth).

Com esta estratégia de propaganda adotada pela Maripá no estado do Rio Grande do Sul, revela-se o desejo em estabelecer um modelo de colono para a formação do espaço onde tinha a concessão para a colonização no oeste do Paraná.

Segundo Colodel (1988) e Zaar (1996) o sucesso da venda das 11.325 colônias na chamada Fazenda Betânia pela Colonizadora Maripá deve-se em grande parte ao conteúdo da propaganda veiculada pela empresa, da infraestrutura para o início do plantio agrícola aos financiamentos para equipamentos e insumos, facilidade para compra da terra, flexibilidade dos pagamentos, presença do Estado com serviços de educação e saúde próximos às colônias, rede de transportes entre as colônias e ao resto do estado, incentivos ao comércio e a industrialização para os colonos, excelentes condições de fertilidade do solo, inclusive alegam que ela era excelente para o plantio do café, clima agradável e ainda garantiam o sucesso produtivo e o escoamento das produções.

Sobre a possibilidade de aquisição de mais de uma colônia para o mesmo dono, Zaar (1996) ainda relata que grandes colonos gaúchos que buscavam ampliar suas produções também vieram, pois cada colônia era formada por uma propriedade que variava entre 10 a 25 alqueires de terra, adequada aos agricultores familiares e insuficiente aos grandes agricultores. A autora descreve a organização destas propriedades onde os projetistas e especialistas da Maripá utilizavam como marcos para a demarcação das terras o uso de limites naturais como rios, córregos e sangas garantindo o abastecimento de água em todas as colônias.

Levando em consideração todos os aspectos facilitadores para as vendas das colônias na Fazenda Britânia pela Maripá, Westphalen, Machado e Balhana (1968) afirmam que todas as terras sob a concessão da Maripá estavam vendidas ou compromissadas já em 1951, ou seja, apenas 5 anos após o início das vendas dos lotes da referida Fazenda.

Maccari (1999) e Folador (2010) comentam a colonização da *Marcha para Oeste*, no oeste paranaense, como uso ideológico pelo governo federal, mesmo já tendo ocorrido algo muito parecido na colonização do Norte deste estado. No oeste, esta colonização serviu para eliminar o signo das grandes concentrações fundiárias, antiga característica histórica da estrutura agrária brasileira e representou a expressão maior da grande política colonizadora *Marcha para Oeste* de Getúlio Vargas. E, para atender ao que esta política de estado preconizava ao modelo de colono, se construiu uma imagem do colonizador que retratava o perfil do gaúcho e sua “bravura” naquela perspectiva que já existia da “saga gaúcha” e estrategicamente é o grupo que vai colonizar a fronteira entre Brasil e Paraguai, ocupando o que era chamado pelo Estado de vazio demográfico, justamente na área do Brasil que naquele período representava maior ameaça a segurança nacional.

Piffer (1997), Mota (2005) e Osório (1975) afirmam ser das empresas colonizadoras privadas a efetivação do sucesso da “Marcha” no oeste paranaense, aliadas a grande experiência de estado naquele modelo de povoamento através da agricultura familiar, direcionando o tipo de colono necessário à atender aos objetivos de tal política colonizadora, destacando nesta região do estado a atuação das empresas colonizadoras e de alguns personagens de suas administrações: Colonizadora Maripá (Willy Barth),

Colonizadora Pinho e Terras (Alfredo Pachoal Ruaro) e a Companhia Brasileira de Aviação e Comércio – BRAVIACO (Alfredo Dalcanalle). E ainda, atribuem a este tipo de colonização uma alternativa ao modelo de reforma agrária.

Westphalen, Machado e Balhana (1968) Informam ainda a atuação no oeste do Paraná da presença das empresas particulares colonizadoras: “Companhia Meyer”, “Anes e Cia” nas regiões de Sol de Maio e Santa Helena, que por seu isolamento não apresentaram sucesso nem efetivação de povoamento. E, as empresas: Colonizadora Gaúcha Limitada, Indústria Agrícola Bento Gonçalves e Colonizadora Matelândia de atuação menos expressiva por ter menor abrangência territorial.

Analisando no Museu de História Willy Barth em Toledo-PR uma cópia do pronunciamento do governador Moisés Lupion na Assembléia Legislativa em 1958 sobre a importância das colonizadoras do oeste paranaense podemos compreender a relação próxima entre estas empresas privadas e o governo.

(...) em uma segunda etapa da evolução das empresas colonizadoras, no esforço de aproveitamento do imenso sertão paranaense, que obtendo concessões ou adquirindo áreas ponderáveis, tomaram a iniciativa da colonização, realizando obras em suas áreas, vendendo pequenas propriedades, atraindo colonos, organizando contas, naturalmente tendo em vista seus interesses particulares, mas servindo diretamente aos interesses do desenvolvimento do Paraná, de modo que ninguém pode falar o contrário. (Acervo Histórico Willy Barth, Toledo Paraná)

Nas afirmações de Sbardelotto (2007), essa migração sulista trazia força capital relevante, após a venda bem valorizada de suas propriedades devido ao elevado desenvolvimento técnico da agricultura, naquele período, no Rio Grande do Sul e ainda parte de Santa Catarina e ao bom preço de terras naquela região. Este fluxo passa a ser identificado como a frente migratória econômica, representado por uma enorme quantidade de famílias inteiras que migram ao oeste do Paraná.

Para Magalhães (2003) e Gregory (2002), o sucesso rápido ocorrido na região oeste do Paraná, evidenciado pelos resultados muito positivos já na década de 1950, de uma economia crescente, deve-se basicamente a dois fatores: os fortes investimentos em infra-estrutura realizados pelo Estado, principalmente na construção de redes de transporte que integraram a região ao resto do estado paranaense e ao Brasil, e em segundo lugar aos migrantes,

vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que já tinham a experiência técnica de uma agricultura para o mercado, que conseguiram implantar uma agricultura moderna em poucos anos, fazendo uma produção muito relevante para o mercado interno, e em seguida, para o mercado externo. Ainda são considerados fatores relevantes para esta autora as linhas de créditos concedidos a estes agricultores em políticas financeiras orientadas pelo governo federal e a qualidade do solo adequada aos tipos de culturas implantados na região.

Rippel (2005) esclarece que a região delimitada, atual oeste do Paraná, era, em 1940, formada por apenas um único município, Foz do Iguaçu, criado e mantido pelas estratégias da segurança nacional na fronteira com Argentina e Paraguai. Fazia ainda parte uma faixa territorial do município de Guarapuava. Esta região, naquele momento, era denominado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do “Extremo Sertão do Oeste do Paraná”.

Segundo Padis (1981), a entrada do governo estadual se inserindo aos objetivos da política da *Marcha para Oeste* ocorre, diretamente, a partir da metade da década de 1940, quando os primeiros investimentos do governo e também de capitais privados são direcionados para o oeste paranaense, recursos provindos basicamente de lucros acumulados pelas safras de café em outras regiões do Paraná. A região oeste passa a ser compreendida como uma certeza de retornos rentáveis, haja vista, ter grandes possibilidades de investimentos e muitas oportunidades, pois ela ainda tinha um só município em 1940 – Foz do Iguaçu -, e com seu amplo território, sua reorganização fundiária promovidas pelo governo do Paraná era uma questão de tempo, ou seja, sabiam que as governanças políticas conseguiriam a emancipação dos povoados formados pelas correntes migratórias que se fixaram nesta região.

Sobre a população migrante destes municípios recém criados no oeste do Paraná, entre os anos finais da década de 1940 e toda a década de 1950, Rippel (2005), indica as origens destes povos: 59,4% eram de origem gaúcha, 14,1% de catarinenses, 6,2% de paranaenses, provindos especialmente da região Norte do estado, 1,2% por paulistas, 2,5% de estrangeiros e os outros 15,6% são apontados como nascidos na própria região ou aqueles vindos de outros estados brasileiros em porcentagem inferior a 1%.



Então, a partir do final da década 1950 ocorre à verdadeira integração econômica, objetivo da *Marcha para Oeste*. Para Magalhães (1996), como já apontado, este fenômeno é possibilitado após o fim da construção das rodovias que dão acesso às regiões mais distantes desta porção do território. Aliados a este fator, a qualidade dos solos e a escolha de culturas adequadas, os investimentos por parte do Estado, alguns diretos como os créditos para subsidiar as safras e outros indiretos, pelas políticas financeiras através dos financiamentos de insumos e equipamentos, e, a tudo isso, a grande capacidade técnica da maioria dos agricultores-proprietários para a colonização desta região. Ainda impulsionou esta integração econômica, a capacidade produtiva de excedentes agrícolas e pecuários, que estimulou ainda mais as correntes migratórias em sua direção, intensificou a mão de obra e como consequência o aumento das produtividades, da renda regional, da ampliação dos mercados que se expandem até o exterior.

Os dados do IBGE, nos censos demográficos do período apontam que em 1940 a população no oeste do Paraná era de 7.645 habitantes, uma década depois, em 1950, já iniciada a efetivação da *Marcha para Oeste* no estado, sua população cresce para 16.421 habitantes, em 1960 quando os resultados principalmente econômicos já eram sentidos em grande proporção, a densidade demográfica tinha se intensificado muito e apresentava 135.697 habitantes. Na década seguinte (1970), mesmo ocorrendo o início de migrações em sentido contrário, ou seja, uma emigração do oeste paranaense, os dados evidenciam ainda um crescimento populacional e a região já tinha 756.900 habitantes. Ou seja, de 1940 até 1970, o crescimento populacional contabilizado pelo IBGE é de mais de 750 mil habitantes, evidenciando a relevância da política colonizadora e migratória criada pelo Estado para “povoar” a região que era entendida como “vazio” demográfico e com elevada capacidade de exploração agrícola.

De acordo com Rippel e Ferreira Lima (1999), ao final da década de 1960, quando o oeste paranaense tem seu auge econômico no modelo agroexportador, efetivando a modernização, mecanização e a tecnologia aplicada numa agricultura voltada à comercialização nas diversas regiões do país e também para a exportação, as indústrias já estavam produzindo o suficiente para o mercado regional e começavam a enviar aos demais

mercados do Paraná seu excedente e a integração desta porção do estado além de fortalecida tinha elevado sucesso, a atração migratória perde seu ritmo, pois o número de oportunidades aos trabalhadores rurais ficava escasso, e agora as gerações nascidas dos primeiros grupos migrantes fixados na região se inseriam ao mercado de trabalho nas partes urbanas.

Para Pacheco e Patarra (1998), a mudança nessa dinâmica migratória na década de 1970, ocorre por dois motivos que representam o desenvolvimento do país em setores distintos; quando os agricultores do oeste paranaense introduziram modernas e mecanizadas transformações na agricultura, expulsando parte dos trabalhadores, e, no espaço urbano estava acontecendo a incorporação de grandes contingentes populacionais para o trabalho assalariado na intensificação da produção fabril, que conquistava crescimento em seu mercado interno, atraindo uma parcela considerável desta população que sai da região.

Para Cano (1998) o período 1940-1970, no contexto migratório vivenciado no oeste do Paraná, reflete as orientações das políticas nacionais: estimular a competitividade inter-regional, o que repercute diretamente na dinâmica fundiária rural e no setor econômico agrário e isso direciona e concentra a ocupação migratória nas fronteiras agrícolas ampliadas na direção oeste, posteriormente a dinamização do setor industrial no Sudeste principalmente vai receber os trabalhadores excedentes do espaço rural com a modernização da produtividade agrícola com suas tecnologia e mecanizações. Isso posto, se explica primeiro o fluxo migratório em direção ao oeste até a década de 1970 e sua mobilidade contrária na saída de uma boa parte destes migrantes após este período.

A tabela a seguir de Rippel (2005) confirma a relevância do crescimento do oeste do Paraná nos anos 1960, em comparação com o próprio estado do Paraná e com o país em questões de crescimento demográfico:

Tabela 01 – Comparação entre as taxas de crescimento do oeste paranaense, o estado do Paraná e do Brasil.

ANO	Oeste do Paraná		Estado do Paraná		Brasil	
	População Total	Taxa de Crescimento em % Anual no Período	População Total	Taxa de Crescimento em % Anual no Período	População Total	Taxa de Crescimento em % Anual no Período
1940	7.645	-	1.236.276	-	41.236.315	-
1950	16.421	7,94	2.115.547	5,52	51.944.397	2,34
1960	135.697	23,51	4.296.375	7,34	70.992.343	3,17
1970	768.271	18,93	6.929.821	4,90	93.134.846	2,75
1980	1.009.432	2,76	7.629.849	0,97	119.011.052	2,48
1991	1.047.990	0,34	8.448.713	0,93	146.825.475	1,93
2000	1.164.200	1,18	9.558.454	1,38	169.799.170	1,63

Fonte: Rippel, 2005, p.65.

Durante a década de 1960, a região oeste paranaense, apresentou expressivo crescimento demográfico, sendo a região do país a que mais recebeu os fluxos migratórios. Entre as décadas de 1950 até 1980 foi, dentro do Estado, a região que teve maior crescimento populacional comparados ao restante do estado do Paraná e em relação à média nacional brasileira.

Para Wachowicz (1998), nacionalmente, dentro das medidas estabelecidas pela política de Estado, a *Marcha para Oeste* foi mais bem efetivada na região oeste do estado do Paraná, como fatores que justificariam tal afirmação, são apontados pelo autor: o fato de se tratar de uma região considerada essencial para a ampliação das fronteiras agrícolas, o fato de ter recebido uma intensa corrente migratória, conseguir se integrar ao resto do país e se tornar competitiva aos demais mercados produtivos nacionais e ainda se tornar um modelo agroexportador. Estes elementos conjuntos impactaram no desenvolvimento da região, como previsto no planejamento e na ideologia da Marcha criada por Getúlio Vargas.

Podemos concluir que, a partir das transformações ocorridas no modelo e na organização da agricultura da região oeste do Paraná, suas experiências anteriores com as colonizações do Norte do estado, pelas consequências e interferências de políticas nacionais, esta ampliação do mercado regional em relação às demais regiões do país e sua inserção ao mercado exterior tem nas suas culturas agrícolas o elo de ligação, que inclui a região no mapa do Brasil.

Para Paula (1983) a migração direcionada ao oeste do Paraná foi o fator principal da integração desta região com o resto do Brasil e sua expressividade de sucesso econômico no cenário nacional, evidenciado na década de 1960, que a *Marcha para Oeste* buscava a mudança na estrutura fundiária e do

modelo econômico produtivo, que se efetivou plenamente nesta porção territorial paranaense. Em suas afirmações, temos ainda como fator ao êxito do oeste do estado, a dinamização feita pelos diferentes investimentos transformando a agricultura tradicional em agronegócio e a diversidade de oportunidades que atraíram não apenas agricultores para a região, e sim uma gama extensa de outros profissionais e prestadores de serviços que diversificaram as possibilidades econômicas de investimento na região.

Para Maccari (1999) as empresas colonizadoras que inicialmente tinham função de estruturação fundiária sobre as terras na região oeste paranaense, desenvolveram juntamente com os proprietários agrícolas parcerias e estímulos para que se instalassem manufaturas e indústrias de atividades ligadas ao setor primário desta economia regional. As colonizadoras também ofereceram aos migrantes não agricultores desta região muito mais que a logística necessária para a colonização, oferecendo como estímulo a sua fixação; viabilidade econômica em créditos e investimentos, financiamento de indústrias que agregassem valor nas matérias-primas e pequenas indústrias que suprissem um mercado em crescente expansão formado por uma população migrante de poder aquisitivo. Essa dinâmica que estimulou o crescimento da economia nesta região do Paraná e o crescimento de sua capacidade de absorver cada vez mais mão de obra, até a década de 1960 e não só na atividade agrícola, acabou criando oportunidades de trabalho na parte urbana destes núcleos de povoamento, que aos poucos iam se efetivando como boas opções de investimentos.

Segundo Graham e Holanda (1971), podemos perceber o Estado nessa região quando analisamos a construção rápida de rodovias após a implantação da “Marcha”, a criação de um sistema viário, a efetivação de um sistema de comunicação, concessão de empréstimos, financiamentos e linhas de créditos para os migrantes, criação de redes de comércio, direcionamento de indústrias além dos serviços do Estado em escolas e hospitais. Ou seja, a infra-estrutura, necessária para o sucesso da *Marcha para Oeste*.

Os dados do IPARDES (2003) em uma análise sobre o oeste do Paraná na década de 1960 indicam como fatores de sucesso econômico e fator de atração das elevadas taxas de migração em sua direção, sejam elas: a estrutura fundiária organizada para receber agricultores familiares, o que por

consequência diminuiria o valor da mão de obra produtiva, que seria repassado às produções que passariam a ser produzidas com preços mais baixos, conseguindo ganhar na concorrência com outros mercados regionais. Outro elemento que chama a atenção na leitura deste Instituto é a questão imobiliária produzida pelas colonizadoras que realizaram um sistema lucrativo e vantajoso para todos os envolvidos, estimulando com isso, a migração em direção a esta porção do estado, e ampliando significativamente os negócios relacionados ao ramo imobiliário.

Para Mellos (1988) o reflexo real desta política migratória na dimensão política do estado do Paraná foi à criação de diversos municípios na região oeste, influenciado pelas empresas colonizadoras, pelo adiantamento do estado de desenvolvimento acelerado que os núcleos de povoamento realizavam com a chegada dos migrantes, especialmente sulistas e sua ambição para se inserirem na modernização agrícola, levando ao crescimento econômico e estrutural destes núcleos e com isso tendo condições de se tornarem emancipados.

Rippel (2005) ao analisar essas transformações afirma que a região oeste do Paraná foi classificada como a maior área de avanço da fronteira agrícola nacional durante a década de 1960, que ela estava vinculada às políticas de expansão dos mercados na região Sul e Sudeste da nação e representando o espaço geográfico que tinha a maior disponibilidade de terras para uma colonização baseada em atividades de uma agricultura intensiva que representou naquela década, a base da economia regional no setor primário.

Esta porção territorial, geograficamente a região oeste do estado do Paraná, conseguiu ser incorporada não apenas no contexto, mas sim como parte importante a partir de sua integração com o Paraná, e também passa a relacionar-se profundamente nos setores econômicos e sociais com a nação brasileira. Tais ideias reforçam aqui a efetivação da política governamental do Estado que tinha a objetividade de colonizar espaços “vazios” e que, para isso, direcionou e determinou fluxos migratórios, necessários para a implementação deste projeto desenvolvimentista nacional. Sua expressão máxima é representada pelas taxas de crescimento ocorridas durante toda a década de 1960 não apenas demográficas, mas também em modernização, desenvolvimento da urbanização dos núcleos de povoamento e dos lucros

obtidos nas diversas oportunidades econômicas que surgem a partir da integração das relações do oeste com o resto do estado paranaense, depois com o Brasil e, por último, ao efetivar seu modelo agroexportador para o exterior.

Para o Estado-nação a ocupação e a efetividade da política colonizadora *Marcha para Oeste*, garantiram no oeste do Paraná muitos dos seus objetivos planejados: a ampliação da fronteira agrícola direcionando e intensificando a agricultura para o oeste, o emprego da mão de obra que estava excedendo nos estados mais ao Sul – Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que poderiam ser causas de conflito e, ainda podendo ser uma preocupação por parte do Estado a ter que ser resolvido rapidamente. Além destes trabalhadores, outra parcela de pessoas em busca de empregos nos centros urbanos no Sudeste brasileiro, alguns vindos do Nordeste e que não eram absorvidos pelo processo produtivo no setor industrial ainda modesto, foram direcionados também para as obras financiadas pelo Estado para a infraestrutura necessária que modernizasse a região e fosse um elemento que atraísse estas migrações internas com finalidade última na colonização.

Piffer (1997) vai além ao apontar como interferência estatal, até mesmo orientando a produção e as culturas na região oeste, no período entre as décadas de 1960 para 1970, ao articular uma dinâmica de exportação que vinha apresentando sucesso cada vez maior. O Estado consegue direcionar até a produção da soja para conquistar mercados e seus conseqüentes lucros, a soja, matéria-prima no auge das preferências e necessidades do mercado externo era amplamente financiada por créditos direcionados pelo governo e chegaram a ter um saldo para o período analisado de 23.019,8% de aumento na produtividade, se destacando entre as culturas realizadas nesta porção do estado, se inserindo como principal mercado produtor do país.

Para esta política governamental se apresentar com o sucesso que obteve, temos relacionados elementos propulsores criados pelos governos de estado e da federação, a fim de ampliar o seu crescimento e a modernização agrária; a facilidade na obtenção dos créditos, dos empréstimos e dos financiamentos subsidiados para os produtores rurais, o estímulo para a implantação de fábricas que passaram a produzir os insumos e equipamentos ou máquinas necessárias para o aumento da produtividade agrícola e ainda a

criação de seguros para as safras que se destinavam aos mercados externos garantindo, com isso, a lucratividade para os agricultores que passassem a realizar a cultura da soja preferencialmente, que inicia uma nova fase econômica e demográfica na região oeste paranaense.

### **CAPÍTULO III**

#### **MARCHA DEL ESTE**

Segundo Rivarola (2009, 2010, 2011a e 2011b) a República do Paraguai, atualmente contém 6,5 milhões de habitantes, um PIB (Produto Interno Bruto) de 16 bilhões de dólares anuais, e sua principal atividade econômica está voltada ao setor primário, a produção da soja, também o principal produto de exportação do país, representando anualmente 75% do valor total da exportação. O Paraguai é muito dependente da agricultura, 50% do seu PIB sai deste setor e a soja representa 95% desta fatia da economia. Em 2009, a renda per capita dos paraguaios era de U\$\$ 2.540,00, com uma força de trabalho de 3,2 milhões de pessoas, a metade deste número direta ou indiretamente relacionado especificamente a produção da soja, sua comercialização, transporte ou industrialização. Seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,665, sua taxa de analfabetismo é de 5,4% e o crescimento demográfico 2,6% ao ano (2010). O crescimento econômico anual paraguaio varia entre 13% (dados de 2011), e a metade deste crescimento como já apontado, está atrelado ao setor primário, exclusivamente das exportações da soja. A produção da soja em território paraguaio é historicamente dominada por brasileiros ou descendentes deles, mas atualmente esta situação vem causando freqüentes conflitos entre paraguaios e brasileiros ou seus descendentes, formando com isso uma tensão em toda a região leste do país, principalmente nas regiões fronteiriças entre Brasil/Paraguai, fugindo inclusive do controle pelas autoridades paraguaias.

A compreensão da política migratória e colonizadora do Estado paraguaio – *Marcha del Este* -, precisa ser analisada primeiramente no conjunto das relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai. Depois de um período de afastamento causado por divergências na demarcação das fronteiras territoriais e da Guerra do Paraguai ocorrida entre 1864 a 1870, tais



relações diplomáticas entre Paraguai e Brasil vêm ao encontro de reaproximar os dois países.

Da mesma forma que no Brasil, como apontado no Capítulo II, o governo paraguaio definia algumas de suas regiões como “vazios” populacionais, fator este que causava desequilíbrio regional. Além disso, na leitura econômica feita pelo Estado, o Paraguai estaria em um grande atraso no seu modelo produtivo. Então, para se inserir ao mercado externo do grande capital, necessariamente precisaria realizar uma modernização na sua agricultura, para isso, a criação da *Marcha del Este*, inicialmente elaborada para atrair imigrantes, principalmente europeus, os quais acabaram não se interessando pelas propostas do governo paraguaio, reestruturou sua política migratória para atrair migrantes brasileiros que, em relação aos produtores agrícolas paraguaios se encontravam em um desenvolvimento maior nas técnicas produtivas, ao uso de equipamentos e máquinas e o emprego de insumos para intensificar a produtividade, o que seria adequado aos objetivos da reestruturação do Paraguai no conceito daquele governo.

A criação da *Marcha del Este*, em 1961, pelo então presidente general Alfredo Stroessner buscava povoar a sua porção leste do Paraguai, realizando a modernização agrícola que, através da mecanização, seria capaz de produzir grandes excedentes aplicáveis no agronegócio de exportação, rompendo assim com o modelo da agricultura rudimentar e tradicional que se encontrava o país até aquele momento, segundo as análises feitas pelo governante daquele país. O presidente Stroessner, dedicou-se tanto na efetivação desta política, que muitos pesquisadores personificam não apenas o governo daquele país na figura do governante, mas imprimem particularmente a *Marcha del Este* como seu grande projeto de governo.

Para isso, realizamos um histórico deste personagem marcante do Paraguai, Alfredo Stroessner. Foi sob sua responsabilidade direta, que se deu a criação da *Marcha Del Este*, cujo maior esforço direcionou-se à ocupação da região leste do Paraguai por um curso migratório interno, e a ocupação desta região também por um fluxo migratório provindo do Brasil, especialmente daqueles migrantes que ocuparam nos anos 1940 o oeste do Paraná, durante outra política de governo do Brasil, a *Marcha para Oeste*. Estes migrantes brasileiros eram considerados, para o Paraguai, o perfil do agricultor que o

presidente Stroessner idealizava para o desenvolvimento daquele país. Para a entrada e a fixação destes brasileiros, o presidente alterou inclusive sua Constituição a fim de efetivar a sua *Marcha del Este*.

Neste capítulo analisaremos o papel do Estado Paraguaio que determinou as correntes migratórias para a porção leste do Paraguai. Com isso se processou uma dinâmica da colonização que transforma e modifica a estrutura econômica e fundiária desta região, aborda-se o que representou para o desenvolvimento daquele país a política *Marcha del Este* e seus desdobramentos.

Também será apresentado aqui um perfil em dados demográficos do que representou para o país o intenso fluxo migratório de brasileiros em direção ao leste do Paraguai, os impactos causados na chegada destes brasileiros e a presença do Estado durante o processo de fixação e da reestruturação fundiária e no direcionamento das mobilidades brasileiras no território paraguaio.

### 3.1 A *MARCHA DEL ESTE* COLOCANDO FIM AOS CONFLITOS DIPLOMÁTICOS ENTRE BRASIL E PARAGUAI.

O processo de relações entre estes dois países da América do Sul – Brasil e Paraguai se iniciam com as suas independências, datadas do início do século XIX. A construção desta independência está fortemente atrelada à consolidação dos seus Estados Nacionais, que procuravam a sua afirmação nos processos de efetivação dos territórios, no controle das fronteiras nacionais e a soberania sobre seus limites.

Consequentemente, as respectivas independências nacionais acabariam por consolidar a ideologia da Nação, onde o governante usando das atribuições de soberano garante a unidade territorial e sua integração entre as regiões internas dos seus países. Através da ideologia nacional buscou o apoio da população que será tratada como povo seu sentido mais nacionalista.

No início do processo de independência, Paraguai em 1811, e, o Brasil em 1822, tinham, não apenas um cenário estrutural e econômico diferente.

Eles apresentavam sistemas de governo distintos, o Brasil adota a monarquia enquanto o Paraguai escolhe um sistema presidencialista.

Para Cervo (2007) o início das relações diplomáticas entre estes dois países é pautada por conflitos na demarcação de territórios e fronteiras, questões e dúvidas ainda geradas pelas Coroas de Portugal e Espanha, que ainda não tinham sido acordadas e precisavam ser definidas. Também a questão sobre a navegação nos rios da Bacia do Prata que causavam desconforto entre os dois países. Para acirrar esta distância diplomática, os dois países se posicionavam de forma antagônica nos conflitos que envolviam os países vizinhos, propiciando um clima de insegurança que terá como estopim a Guerra do Paraguai em 1864.

Esta guerra gera consequências econômicas desastrosas para o Paraguai. Segundo Doratioto (2002), além dos prejuízos causados pelos recursos do governo direcionados ao financiamento da estrutura de guerra e as perdas econômicas consequência da baixa produtividade agrícola e desestímulo comercial nestes períodos da Guerra, ocorre uma mortalidade elevada e o isolamento do Paraguai em relação aos países vizinhos. O Brasil sai fortalecido politicamente, durante os conflitos o país já tinha se aliado a Argentina e Uruguai, formando a Tríplice Aliança. Ao vencer a Guerra, o Brasil amarra laços diplomáticos e econômicos com estes dois países.

Segundo Meneses (1987), em seguida, iniciam disputas diplomáticas entre Brasil e Paraguai para determinar a questão fronteiriça. Ao assinarem o Tratado de Paz e Limites em 1872, os dois países decidem formar uma comissão que analisaria todos os documentos e chegariam a uma conclusão definitiva para esta disputa, e enquanto isso não acontecesse, os países realizariam o cumprimento do acordo de passividade. Ainda para o mesmo autor, apenas em 1927, que o Brasil e Paraguai chegam a um acordo final sobre suas fronteiras e assinam na cidade do Rio de Janeiro o “Tratado Complementar de Limites”. Posteriormente, em 1930, decidem diplomaticamente a questão da região das Sete Quedas, onde o Brasil ainda colocava dúvidas sobre os limites fronteiriços desta região que envolvia grandes recursos energéticos na porção que caberia ao lado brasileiro.

O assunto parecia estar resolvido, porém, como assinala Meneses (1987) em 1962, após estudos iniciados anteriormente no governo de Juscelino

Kubitscheck, para o uso das águas das Sete Quedas, na construção daquela que seria a maior hidrelétrica do mundo, as intencionalidades sobre os tratados anteriores acabam sendo postos em dúvida pelo governo paraguaio e pela população do país, que descobrem pelos jornais que o Brasil estaria com interesses econômicos sobre os recursos energéticos desta região, não sendo em momento algum comunicado, gerando com isso a desconfiança e uma preocupação em todo o Paraguai.

Segundo Barros (2009), em 1964, já no governo de João Goulart no Brasil, as negociações diplomáticas chegam ao fim e é anunciada a construção em parceria com o Paraguai da maior usina hidrelétrica do mundo, utilizando o potencial hidrelétrico que as Sete Quedas apresentavam.

Posteriormente, no ano de 1965, segundo Penna Filho (2006), mesmo com a inauguração da Ponte da Amizade, estreitando a comunicação por terra entre Brasil e Paraguai, um incidente com um pequeno número de soldados brasileiros que ocupou uma estreita faixa de terras pertencente ao Paraguai, gerou uma instabilidade diplomática que atrapalhou o andamento da construção da hidrelétrica e afastou as negociações entre os dois países.

Para Florentín (2009), esta situação coloca sob pressão da população paraguaia o general Stroessner, que buscava uma aproximação com o Brasil, pois segundo o autor, já se era evidente que Stroessner via na ajuda do vizinho Brasil a possibilidade de mudança no seu modelo econômico, trazendo modernização à estrutura agrária e incluindo as produções agrícolas do Paraguai nas exportações, como já tinha conseguido seu vizinho Brasil.

Segundo Cervo (1986), a imprensa nacional paraguaia cobrava uma postura mais rígida do presidente Stroessner, os parlamentares exigiam atitudes do presidente e os grupos universitários e estudantis faziam manifestações pedindo a intervenção ou a retaliação do governo contra a atitude brasileira em invadir as terras do Paraguai.

Aqui no Brasil, o Jornal “Última Hora” durante todo o período de instabilidade (1965/1966) noticiou todos os passos da negociação brasileira com seus chanceleres e ministros na tentativa de evitar que o incidente se tornasse um conflito militar na região, o que romperia os laços entre os países e o acordo que firmou parceria para a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Para Costa (1996), Barros (2009) e Barboza (1992) a definição final deste impasse foi a assinatura da “Ata de Iguaçu”, em abril de 1966 pelos chanceleres de Brasil e Paraguai em Foz do Iguaçu. Para a assinatura deste acordo diplomático pesaram, segundo os autores, as interferências anteriores a esta assinatura dos governos dos Estados Unidos e da Argentina. No primeiro caso, os Estados Unidos que eram tendenciosos ao lado do Brasil, por pensarem que o Brasil era o país com melhores condições de controlar as fronteiras da região em conflito, e estas fronteiras serem vistas como uma ameaça constante pelos Estados Unidos, devido ao intenso tráfego estrangeiro. E a interferência da Argentina que buscava reforçar laços de parceria com um dos dois países envolvidos e com isso se fortalecer economicamente na região.

Os dados apontados pelos autores podem ser analisados na relação com a política *Marcha del Este*, no sentido que se passava o tempo e sua efetividade ainda não tinha ocorrido. Durante esta fase, o presidente Stroessner já tinha decidido que os brasileiros poderiam substituir os imigrantes europeus que não se interessaram em migrar para o leste do Paraguai, como discutiremos mais à frente. Na decisão por encerrar com este conflito diplomático, temos por trás toda a intencionalidade do Brasil, de se aproveitar dos recursos energéticos que a construção da hidrelétrica beneficiaria o país e sua construção deveria ser rapidamente iniciada. Neste sentido, as relações diplomáticas definidas podem ser analisadas dentro do jogo de interesses entre os dois países, a necessidade de se apropriar dos recursos energéticos pelos brasileiros e a efetividade da *Marcha del Este* pelo governo paraguaio.

### 3.2 A PERSONIFICAÇÃO DE STROESSNER NAS POLÍTICAS DO SEU GOVERNO

Alfredo Stroessner Matiauda, nascido em 1912, em Encarnación no Paraguai, ingressa segundo Moraes (2000), muito cedo, aos 16 anos, no Exército Militar e no decorrer do tempo que nele permanece vai construindo uma extensa carreira chegando a Major com apenas 28 anos. Neste período, (1940) recebeu, no Brasil, treinamentos militares pela primeira vez, e segundo

o autor, a partir disso, sua admiração pelo país inicia, e seus laços de amizade que se estreitam posteriormente serão firmados.

Por sua dedicação ao Exército Militar do Paraguai e forte atuação política, Stroessner é promovido a General do Exército em 1956, quando já era presidente do país. Para Farina (2003), a entrada de Stroessner na política em 1954, para concorrer ao cargo máximo de presidente acontece em meio a uma instabilidade político-governamental e da fragmentação das forças político-partidárias. Para o autor, o general tinha participado ativamente na deposição do presidente Chávez no início deste mesmo ano e depois se torna um dos poucos presidentes a chegar ao poder pela via democrática no Paraguai, particularmente no seu primeiro mandato.

Goiriz (2000), em uma análise sobre os 36 anos do governo do General Alfredo Stroessner, sustenta que podem ser considerados uma ditadura pelos elementos que se relacionam ao fenômeno ditatorial. Considerando com isso que seu primeiro mandato foi originado em um modelo democrático, no decorrer os demais mandatos não o foram. O autor justifica suas afirmativas quando considera que o poder era exercido e centralizado de forma absoluta na figura do governante ou do grupo que ele representava, o exercício do poder ocorria de cima para baixo, com um regime de governo não-democrático, manutenção do *status quo* por seu grupo, decisões centralizadas nas mãos do governante, forte autoritarismo, inexistência das formas de avaliar ou medir a eficiência das instituições representativas e poder ilimitado ao governante.

Em uma análise sobre a duração do governo de Stroessner no Paraguai, ela se destaca como a segunda mais duradoura na América, perdendo apenas para a ditadura de Fidel Castro em Cuba. Para Moraes (2000), sua perenidade, disfarçada em eleições democráticas, mas manipuladas e fraudulentas, o leva a inúmeras reeleições; em 1958, 1963, 1968, 1973, 1978, 1983 e 1988, as quais se justificam também na natureza de seu governo implantado em 1954 quando ele ascende ao poder representando o grupo militar.

Para este autor, somam-se ainda, os fatores da governabilidade de Stroessner por tão longo período os seguintes fatos; a população acostumada a viver uma cultura autoritária e com forte clientelismo, vícios de um colonialismo ainda presente. O perfil de Stroessner, um homem disciplinado e estrategista com grande formação e experiência. Nas condições internas, ele

destaca o atraso econômico produtivo em que se encontrava o Paraguai, as fragilidades de todas as instituições sociais e uma instabilidade político-governamental que permitiram a perenidade deste governo. Nas condições externas o autor destaca a conjuntura externa de apoio a este governo, no âmbito da segurança internacional de frear o comunismo. O Brasil e os Estados Unidos tinham fortes laços com a personalidade e o autoritarismo de Alfredo Stroessner.

Segundo Mora (1993) e Molinas (2004), o que garantiu sustentar um governo paraguaio durante todos os mandatos de Stroessner foi o conjunto de forças em sintonia que o primeiro determina como um “tripé” e, o segundo, de “trilogia”: o apoio total do Partido Colorado, majoritário naquele país, o que garantia todo o apoio popular ao governo, considerado a máquina de propaganda ideológica do governante. Em segundo lugar, a parceria com as Forças Militares, grupo que o presidente representava e do qual recebia incontestável apoio e os recursos necessários para impor pela força um governo autoritário e totalmente anti-democrático. E ainda, as características da personalidade marcante de Stroessner, muito detalhista e com incomparável capacidade de organização e administração. Valendo-se destes atributos criou um culto a sua personificação com irrestrito apoio popular.

Além deste conjunto de forças, Lezcano (1987), explica que a efetivação daquele governo ocorreu por conta das ações orquestradas pelo ditador Stroessner que amarraram o povo e as instituições à sua personificação. Quando ele cooptava o povo para o partido Colorado, era ele quem decidia quem receberia vantagens econômicas e quem tinha merecimento para ascender na carreira militar, o próprio presidente era quem determinava as parcerias do Estado com a economia privada e estava presente ideologicamente em todos os momentos que seu governo se mostrava clientelista. Era um governo de forte apelo ideológico e que realizava todos os ilícitos possíveis para se manter no poder através do suporte econômico conseguir e manter as relações de lealdade necessárias ao seu poder.

Para Farina (2003), a legitimação deste governo autoritário se dá no momento que Stroessner tem suas ações voltadas ao desenvolvimento da economia. Segundo o autor, a personalidade deste presidente ultrapassa qualquer outra característica para justificar a perenidade do seu governo;

representou a ditadura de um só homem, e não uma ditadura militar, pois ele não permitiu que o comando militar governasse junto a ele, e sim se apropriou do aparato militar para se sustentar no governo.

Segundo Goiris (2000), o governo Stroessner representava uma imiscuída relação de favorecimento das instituições e com laços de benefícios particulares às pessoas através de seus tentáculos mais íntimos, o Partido Colorado e as Forças Militares, e, por outro lado, tinha também um forte aparelho repressor e punitivo para seus opositores exercido por estas mesmas instituições. Para o autor, nas suas relações externas, o ditador Stroessner conduziu suas políticas com uma cautela muito maior: buscou apoio, em grande parte do vizinho Brasil para fortalecer seu governo e implementar uma parte considerável de suas políticas governamentais que contribuíram para que ele se sustentasse no poder. A principal delas estaria nos financiamentos concedidos pelo Brasil para o desenvolvimento da região leste do Paraguai.

Percebemos na personificação do poder que Stroessner exerceu no seu governo de 1954 até 1989 o emprego de ferramentas que possibilitaram ao governante implementar suas estratégias políticas. Como recorte a este trabalho de pesquisa, somos levados a compreender, que seu perfil autoritário e empreendedor, serão decisivos para a implementação de sua política mais audaciosa: a colonização da região leste, pela *Marcha del Este*, onde envolveu a migração brasileira para o sucesso da mudança de sua agricultura. Como já apontada, tal migração viria a resolver o que o governo paraguaio considerava um grande vazio demográfico nesta região com a fixação destes brasileiros, e a imigração deles iria garantir a dinamização da economia daquele país e especificamente para esta porção territorial, novos elementos como o aumento da produtividade com os recursos de uma agricultura mecanizada e, por isso, considerada moderna, o que colocaria o Paraguai no agronegócio exportador.

### 3.3 O GOVERNO DE STROESSNER

Segundo Mora (1993), o Paraguai que o presidente Stroessner assume em 1954, tinha uma população de quase 1,3 milhões de habitantes, em sua maioria formada por famílias de pequenos agricultores. O país ainda não tinha



se recuperado das destruições e dos recursos gastos em suas duas Guerras: do Chaco e da Tríplice Aliança. Neste período, tinha uma produção agrícola inexpressiva, uma economia interna desestimulada e as relações econômicas externas iniciando-se a passos muito pequenos.

Para Meneses (1987), a aproximação de Stroessner no cenário internacional com o Brasil, se deu motivado por estratégias incluídas em seu plano de governo. Stroessner tinha como objetivo a colonização do leste de seu país, cujas terras férteis ainda eram próximas às condições das terras no Brasil, de onde ele esperava conseguir um corredor que levasse suas produções agrícolas até o Atlântico e de lá partissem para a Europa a fim de se incluir ao grande capital.

Segundo Figueiredo (2002), nas décadas de 1960-1980 o Paraguai já evidenciava um incremento econômico. As causas deste “sucesso” econômico para o autor são as políticas do Estado, que projetaram a ampliação da fronteira agrícola, os elevados investimentos e financiamentos governamentais destinados ao estímulo da produção agrícola voltada para a monocultura, ao fortalecimento da infra-estrutura necessária para que o agronegócio se efetivasse. Tudo isso pensado e planejado na participação dos estrangeiros, particularmente, o grupo dos brasileiros.

Segundo Zaar (2001), as políticas paraguaias de migração iniciam com as trajetórias dos próprios paraguaios que estimulados por créditos e incentivos econômicos do Estado, migram das regiões centrais para o leste, porém sem avançar muito ao seu interior, porção até então menos povoada, acabavam se fixando nas proximidades rurais de Assunção, a capital do país e outras cidades com certo núcleo de urbanização ainda próximos do destino de tais migrantes. Para o governo paraguaio esta medida representou o início da ampliação das fronteiras agrícolas, o que era entendido como uma espécie de reforma agrária, pois concedia terras do governo aos pequenos agricultores familiares.

Para esta autora, em 1963 se inicia a *Marcha del Este*, quando legalmente se efetivam as autorizações para a ocupação das terras pelas Leis 854/63 e 852/1963; a primeira, criando o Estatuto Agrário que vai mudar a estrutura fundiária do país e a segunda que cria o IBR (*Instituto de Bienestar Rural*), o qual vai planejar e executar as políticas colonizadoras que mais tarde

garantem a efetivação da ocupação dos brasileiros no leste do Paraguai. Neste momento da história paraguaia já se percebia o interesse pelo governo Stroessner em direcionar os fluxos de migrantes brasileiros para as terras paraguaias.

Nas palavras de Jara (2004), o início da ocupação do leste paraguaio ainda pelos paraguaios vindos de outras regiões, ocorreu de forma direcionada pelas políticas paraguaias com objetivo de exploração da madeira e da erva-mate, exportadas para Argentina e à Europa. Posteriormente, ao incluir nos objetivos a ampliação da agricultura, sua mecanização para aumento da produtividade e do conseqüente excedente voltado para o mercado externo se pensou especificamente no trabalho do brasileiro com sua experiência já no território brasileiro.

Em análises feitas por Rojas Paéz (2001), verifica-se que a partir da inserção dos brasileiros no território paraguaio, elevados investimentos em parceria com o Brasil, podem ser percebidos: a construção de estradas ligando os dois países e fazendo uma rede com o interior da região leste paraguaia, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a construção da rede de eletrificação rural do leste paraguaio, além das contribuições para a ampliação das fronteiras agrícolas, durante a década de 1980, financiadas pelo governo brasileiro no território do Paraguai, garantiram que este país tivesse um crescimento decenal do seu PIB de 26,8%, se destacando como o mais expressivo da região neste período.

Para Souchaud (2001), durante a década de 1980 o Paraguai criou diversos programas nacionais destinados ao apoio da ampliação da fronteira agrícola e do crescimento do agronegócio, tais políticas financiavam ou investiam em mecanização da agricultura, fortes estímulos nas monoculturas, linhas de créditos para estrangeiros que estivessem colonizando o leste paraguaio, com intenção de efetivar o agronegócio. Tais programas não incluíam os paraguaios como beneficiários, o que causava conflitos entre os dois grupos e afirmava o direcionamento das imigrações brasileiras naquele país.

### 3.4 AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS PARAGUAIAS

Segundo Bárbara (2005), a partir de 1960, se intensifica os fluxos migratórios dos brasileiros, especialmente os provindos do oeste do Paraná, em direção à porção Oriental do Paraguai. Estes, no Brasil, foram repelidos pelas questões relativas à modernização agrária e a reestruturação fundiária ao criarem grandes propriedades monocultoras que abarcaram pela compra as pequenas propriedades. Nesta perspectiva cria-se um saldo considerável de desempregados no Brasil que são atraídos pela oferta de oportunidades de trabalho no vizinho Paraguai, e os pequenos proprietários que buscavam as novas oportunidades oferecidas pela propaganda do Estado paraguaio em suas políticas agrárias destinadas aos estrangeiros que estivessem dispostos a colonizar o leste daquele país com vantagens como destacaremos a seguir.

Em 1961, pelo presidente Stroessner foi criada a maior política colonizadora (*Marcha del Este*) e com ela surgem as maiores correntes migratórias no país, efetivando principalmente a trajetória migratória do Brasil para o leste do Paraguai. Em 1963, para a efetivação desta política colonizadora, reorganiza-se as legislações agrárias e cria um Instituto (IBR) com a intenção de implementar sua *Marcha del Este*. E, finalmente neste mesmo ano de 1963, altera a Constituição, no que se refere a sua lei de ocupação da terra, a qual passa, à partir de então, constitucionalmente permitir que estrangeiros comprem terras, inclusive na faixa de fronteira paraguaia, tornando com isso legítimo a compra e a fixação dos brasileiros nas terras paraguaias consideradas zonas de segurança nacional.

Para Albuquerque (2009), os brasileiros são vistos pelo presidente Stroessner como a melhor possibilidade de ocupar estas terras fronteiriças e efetivar o mais intenso projeto colonizador que o Paraguai já tinha implantado. Para o autor, a criação do IBR, hoje INDERT (*Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra*), orientou e organizou todo o processo desta colonização sob observação direta do governante do país, que tinha na *Marcha del Este* seu maior projeto de desenvolvimento.

Segundo Zaar (2001), as primeiras famílias emigradas do Brasil ao Paraguai datam de 1954, e os registros indicam que uma corrente migratória inicia-se com continuidade a partir de 1961, já com a criação da *Marcha del*

*Este*. A partir disso, se intensifica uma questão imobiliária envolvendo braços governamentais, gerando com isso, montantes de lucros para alguns setores do governo e são atraídos milhares de brasileiros principalmente durante as décadas de 1960 e 1970, oriundos, como apontado, do oeste do Paraná. Tais grupos em sua maioria, já estavam em trânsito migratório, vindos dos estados do Sul do Brasil – Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, estes por sua vez, já com tradição migratória eram descendentes de europeus, principalmente da Itália e da Alemanha.

Para o autor, os migrantes estavam atraídos por terras muito baratas, boa fertilidade dos solos, clima parecido ao brasileiro na porção oeste do Paraná, e os incentivos econômicos garantidos pelo governo paraguaio que estimulavam, além da produtividade agrícola, um forte investimento em infraestrutura necessário para o escoamento das safras para exportação.

Segundo Schlosser (2001) os brasileiros foram impelidos a migrarem em direção ao Paraguai, muitas vezes pela propaganda produzida pelo governo de Stroessner e em especial veiculada no Brasil pelos meios de comunicação, rádio e jornais, mas também, muito difundidas pelas notícias que os primeiros desbravadores enviavam para seus familiares e amigos que ficaram ao Brasil relatando as ótimas oportunidades que se apresentavam no território paraguaio, isso tudo virava fator decisivo para emigrarem ao país vizinho.

Nas décadas de 1960 e 1970, segundo Capel (2001) e Silva (2006), o IBR, órgão responsável pela implementação da *Marcha del Este* e sua efetiva colonização no leste do Paraguai, começa a criar os primeiros latifúndios na estrutura fundiária paraguaia, concede a maior parte destas terras para os brasileiros, muitas destas terras serão transformadas em Projetos de Colonização Privados para se adequarem aos objetivos da política governamental e suas legislações, permitindo que os imigrantes brasileiros usufríssem de todas os benefícios que Stroessner lhes garantia.

Esta colonização baseada no modelo já adotado no Brasil, inclusive no oeste do Paraná, tinha objetivo de colonizar rapidamente a região e intensificar o processo produtivo de uma agricultura extensiva, voltada a exportação e a inclusão no grande mercado.

Segundo Lima (2004), as Empresas Colonizadoras no Paraguai realizaram muitas ações fraudulentas e ilícitas, pois grilavam as terras do

Estado, falsificavam documentos em cartórios para legitimar este processo de ilegalidade, muitas destas Empresas estavam comandadas por altos funcionários do Governo ou tinham fortes relações com Stroessner que garantia a efetivação de tais transações imobiliárias que eram vantajosas aos dois lados.

Chiavenato (1980) indica outros elementos da migração do oeste paranaense para o leste paraguaio. Uma forte divulgação feita no Brasil, por corretores de terras que repassavam uma propaganda governamental paraguaia sobre as condições da produtividade naquele país e a facilidade para a aquisição das terras, e, outro elemento importante estava no perfil deste imigrante que vai se tornar grande proprietário em terras paraguaias: partia do Brasil, onde era um pequeno agricultor e, dadas as condições imobiliárias paraguaias permitiam que eles adquirissem terras em maior quantidade e com os incentivos do governo paraguaio se tornavam já na sua chegada ao país, grandes proprietários de terras.

Feliú (1999) indica que os brasileiros majoritariamente se fixam nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay. Entravam pelos estados brasileiros do Paraná e de Mato Grosso do Sul, a grande maioria entravam totalmente na irregularidade, sem nenhum documento e o governo paraguaio fazia vistas grossas, pois não era intenção do governo barrar a entrada de nenhum brasileiro que estivesse se direcionando para a colonização do leste Paraguai.

Segundo Laino (1977), o governo paraguaio, dentro da política da *Marcha del Este* inicia dentro deste grande projeto uma parceria com empresas de origem brasileira e outras paraguaias, cuja origem dos recursos eram provenientes dos grupos financeiros do Brasil e, ainda, utilizava-se de alianças com pessoas que exerciam altos cargos no governo paraguaio, realizando então um intenso reordenamento na estrutura fundiária, cujas bases eram documentações fraudulentas e ilícitas para efetivar as colonizações do leste paraguaio.

O autor ainda afirma que a proporção do valor entre as terras brasileiras e as paraguaias, por si só, já garantiam uma intensificação da exploração das atividades agrícolas, pois para cada alqueire de terras vendidos no Brasil

poderia ser adquirido outros 13 (treze) nas terras vendidas pelas empresas colonizadoras ou pelo IBR no Paraguai.

Para Fiorentin (2010), a ocupação das terras paraguaias englobadas dentro da política da *Marcha del Este* pelos brasileiros era a possibilidade de participar de dois mercados, o brasileiro por onde exportavam e o paraguaio com suas facilidades para a produção, destacando inclusive os valores diferenciados na cobrança dos impostos aos brasileiros que estavam produzindo no leste do Paraguai.

Segundo Souchaud (1997), a migração de brasileiros para o Paraguai se deu pela possibilidade de continuarem exercendo as mesmas atividades de trabalho realizadas no Brasil, e, pela oportunidade de ampliarem suas lucratividades em terras estrangeiras. Acrescente-se a isto o fato de, no Paraguai, continuarem a manter sua cultura e praticar o idioma materno. Pelo trânsito livre que o governo paraguaio assegurava, mantiveram seus contatos comerciais e familiares no Brasil.

Nas leituras de Accioly (1998), Caubet (1989) e Mora (1993), as ações governamentais de Stroessner buscavam a reaproximação e a efetivação dos laços fortes de amizade com o Brasil e durante este intenso tráfego migratório de brasileiros ao Paraguai, os mais expressivos acordos foram: assinatura do Tratado da Itaipu Binacional, a construção da Ponte da Amizade ligando os dois países pela via terrestre, a criação em parceria de uma rede de correios aéreos no Paraguai, a concessão de um porto franco em Santos (São Paulo) para escoar as exportações paraguaias, mais tarde porto franco em Paranaguá (Paraná) e outro em Encarnación (Paraguai) com intenção de estimular o comércio dos dois países, a rota rodoviária saindo da região leste do Paraguai em direção ao Atlântico, estimulando o comércio do país com o resto do mundo. Assinam acordos para o uso compartilhado de tecnologias para aproveitamento de energia nuclear, e, ainda o Brasil concede os recursos para a construção da Faculdade de Filosofia na Universidade Nacional do Paraguai. Passos importante para fortalecerem amizade e estimular parcerias.

Florentin (2010), afirma que os custos da produção agrícola nas terras compradas pelos brasileiros, no leste do Paraguai, foram subsidiados pelo governo de Stroessner. Esta medida permitia a construção de uma infraestrutura nestas propriedades e ainda lhes garantia os recursos para o preparo

da terra, o plantio, a aquisição de equipamentos para a mecanização da produção. Nesta situação muitos dos imigrantes brasileiros no Paraguai, utilizavam todos seus recursos levados do Brasil para a aquisição das terras, alguns deles gastavam mesmo todo o dinheiro que levavam nesta migração, ficando sem nenhuma reserva. Logo, os atrativos ou auxílios garantidos pelo Estado paraguaio, foram o fator decisivo para a segurança dos imigrantes brasileiros se dirigirem ao Paraguai.

Através destas medidas que implementavam a política de governo *Marcha del Este*, outras secundárias foram se efetivando. Em síntese, a nacionalização autoritária do território, com a forte presença do Estado, o controle militar sobre a região como justificativa para atender os princípios da Segurança Nacional, a mudança no modelo econômico: de uma agricultura de subsistência em modelos de cultivo tradicional, para a monocultura de exportação, pautada no agronegócio e em técnicas modernas e produção mecanizada.

Segundo Silva (2006), o governo de Stroessner tinha políticas tão favoráveis aos brasileiros imigrantes que durante a década de 1970, no departamento de Alto Paraná, onde já estavam organizadas as Ligas Agrárias, organizando uma espécie de reforma agrária paraguaia em favor dos pequenos agricultores familiares, o governo paraguaio não só proíbe os integrantes do grupo de continuarem com suas atividades no setor campesino, mas também toma as terras dos pequenos agricultores paraguaios neste departamento e as inclui para a venda pelas Empresas Colonizadores, como terras destinadas para a colonização dos brasileiros.

Dados de Lima (2004) indicam já durante a década de 1960, que 80% das produções nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay estavam sob o controle das propriedades latifundiárias dos imigrantes brasileiros, entretanto, durante esta mesma década, o número de brasileiros já tinha alcançado 6% da população residente naquele país, número bastante expressivo sobre a contagem geral da população e mais relevante sobre a participação deles neste setor da economia, dominando-a.

Estes dados conseguem dimensionar o tamanho da participação dos brasileiros na economia paraguaia. Sua predominância na produção mais representativa, ou seja, na fatia dos lucros mais importantes daquele país,

afirmam as intencionalidades das políticas de governo de Alfredo Stroessner ao que se relacionam as políticas colonizadoras e sua conseqüente corrente migratória do Brasil ao Paraguai.

Quanto à tipologia migratória, para Ferrari (2007), devem ser consideradas duas correntes migratórias de brasileiros ao Paraguai, ambas distintas entre si: uma que representou os proprietários, agricultores capitalizados que foram ao leste paraguaio em busca de ampliar suas terras, adquirir propriedades maiores e se utilizar dos recursos subsidiados pelo Estado para a produtividade das monoculturas destinadas à exportação. O outro grupo, formado por trabalhadores, que após o período de mecanização e do desenvolvimento do agronegócio em todo o Sul do Brasil, ficaram sem empregos; junto a eles, milhares de trabalhadores que ao final das obras de Itaipu, se direcionam para se inserirem nas oportunidades de trabalho campesino nos latifúndios paraguaios.

Segundo dados de Salim (1995), até a década de 1970, os imigrantes brasileiros no leste do Paraguai eram representados por 63% de paranaenses, 18% catarinenses, 12% gaúchos e 7% de mineiros, paulistas, mato-grossenses e nordestinos. Na década seguinte, a de 1980, segundo Ferrari (2009) foram incluídos nessa emigração ao Paraguai, uma grande parcela de brasileiros que perderam suas terras a partir de 1982, particularmente quando começa a formar o grande lago (barragem) de Itaipu. Esta desapropriação forçada foi indenizada pelo governo brasileiro, porém, as terras na região oeste do Paraná, onde estavam estas famílias, passaram a se supervalorizar dado ao acelerado crescimento da economia determinado pelo agronegócio o que contribui para que estes brasileiros se aventurem em direção ao leste do Paraguai. De acordo com Germani (2003) a barragem de Itaipu e a expropriação das terras destes brasileiros fizeram migrar em direção ao Paraguai cerca de 9.000 famílias e aproximadamente 45.000 pessoas.

Porém, estes dados são imprecisos, assim como o número total de brasileiros que migraram ao Paraguai, e o número total de brasileiros que lá permanecem. A certeza é que este número vem diminuindo devido aos problemas e dificuldades que atualmente os brasileiros enfrentam no Paraguai, os últimos números do Censo paraguaio em 2002 informam 81.592 brasileiros. Já o Ministério das Relações Exteriores do Brasil chega a contabilizar sua



estimativa atual (2011), em 459.147 brasileiros no Paraguai e o IBGE no censo de 2000 indicava 454.501 brasileiros com moradia fixa no Paraguai.

Albuquerque (2009) informa que os brasileiros se concentram no Paraguai nos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay, mas que são expressivos ainda os números nos departamentos de Itapua, Caaguazu e Caazapa. A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que atua com a Pastoral do Migrante, tem na sua metodologia a contagem inclusive dos filhos de brasileiros que nasceram no Paraguai, e estes números então representam hoje em torno de 500 mil brasileiros no vizinho Paraguai no ano de 2009.

A quantidade de brasileiros que realizou a migração ao Paraguai se apresenta de difícil consenso entre os pesquisadores e as Instituições censitárias. As metodologias empregadas são diferentes. Informações como o local de nascimento, as duplas cidadanias, os migrantes regularizados ou não, falta de controle sobre este trânsito nas fronteiras e a forma em que os dados são coletados, interferem diretamente nos resultados diferenciados.

### 3.5 ESPAÇOS OCUPADOS PELOS BRASILEIROS NO PARAGUAI

A visualização dos espaços ocupados pelos brasileiros durante a *Marcha del Este* na porção leste do Paraguai, oferecem a dimensão do que isso representou para a estrutura fundiária daquele país e a proporção geográfica que as propriedades dos brasileiros alcançou. Tais dados por si só determinam a importância que esta política colonizadora implementada por Stroessner teve no contexto do seu governo e para o Brasil.

O Paraguai apresenta em sua configuração político-administrativa uma divisão territorial em departamentos que são subdivididos em províncias. São eles: Alto Paraguai, Alto Paraná, Amambay, Boquerón, Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Central, Concepción, Cordillera, Guairá, Itapúa, Misiones, Ñeembucú, Paraguarí, Presidente Hayes e São Pedro que se distribuem conforme o mapa 01 a seguir:

Mapa 01 – Mapa Político do Paraguai – 2012.



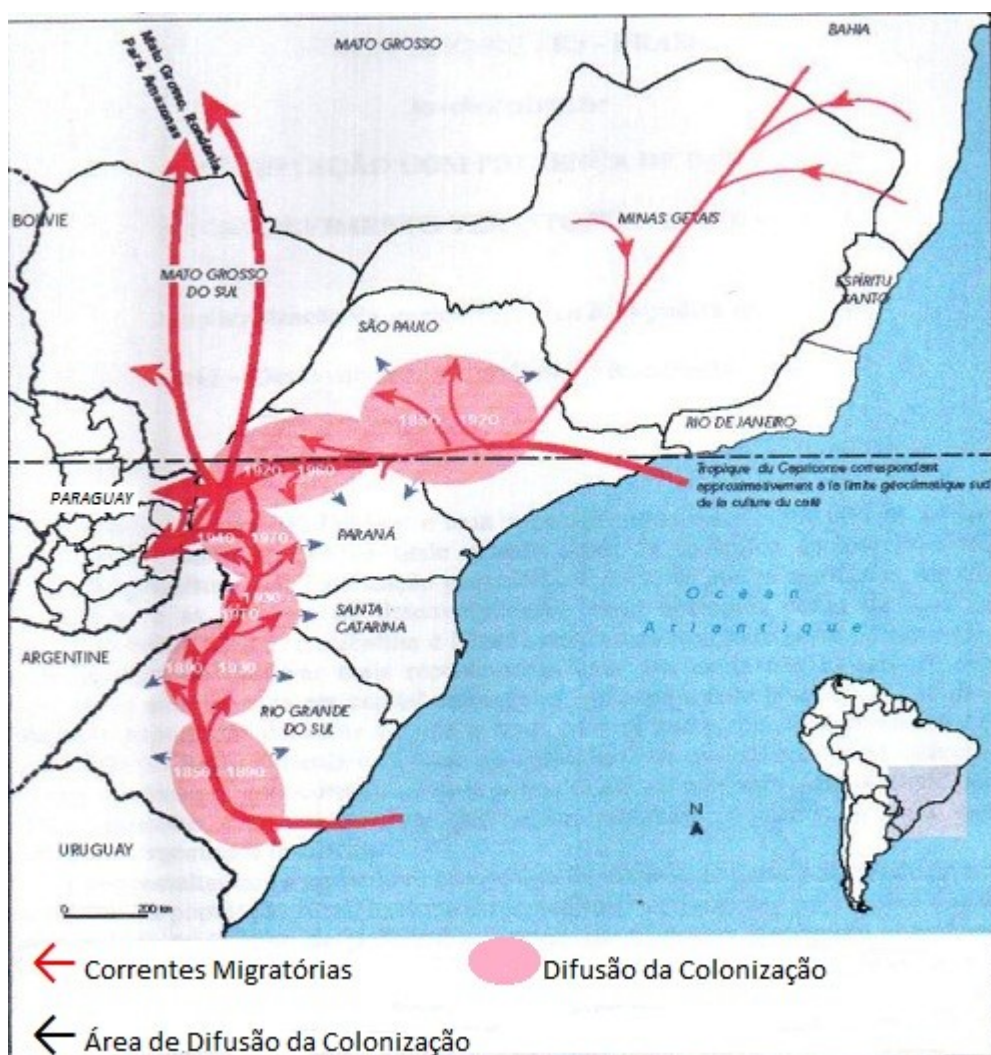
Fonte: STP-Secretaria Técnica de Planificación del Paraguay, Asunción, 2010.

Segundo Fiorentin (2010), compreendemos melhor a organização fundiária paraguaia e a dinamização da colonização pelos brasileiros se analisarmos a territorialização do Paraguai: dividido em duas grandes porções – Ocidental e Oriental -, com dezoito departamentos, três na sua região Ocidental e outros quinze na porção Oriental, a qual detém 97,46% de toda a população do país, região esta, onde se concentram os brasileiros e encontra-se a fronteira com Brasil e a Argentina.

A partir de 1970 inicia-se um intenso processo de transformação da porção Oriental do Paraguai diretamente nos departamentos fronteiriços com o Brasil, primeiramente com a extração da madeira e posteriormente com a agroindústria da soja pelos brasileiros. Estas atividades foram as responsáveis pela atração dos fluxos migratórios e uma ocupação desordenada de vastas regiões no leste paraguaio, especialmente naquelas regiões onde foram se fixar os imigrantes brasileiros, somados aos moradores que lá já estavam.

O mapa 02 representa a localização, os períodos e a dinâmica de ocupação dos espaços pelas correntes migratórias dos agricultores brasileiros no território paraguaio, apontando o ponto de saída e seus respectivos destinos.

Mapa 02 - Mapa das correntes migratórias brasileiras ao Paraguai.



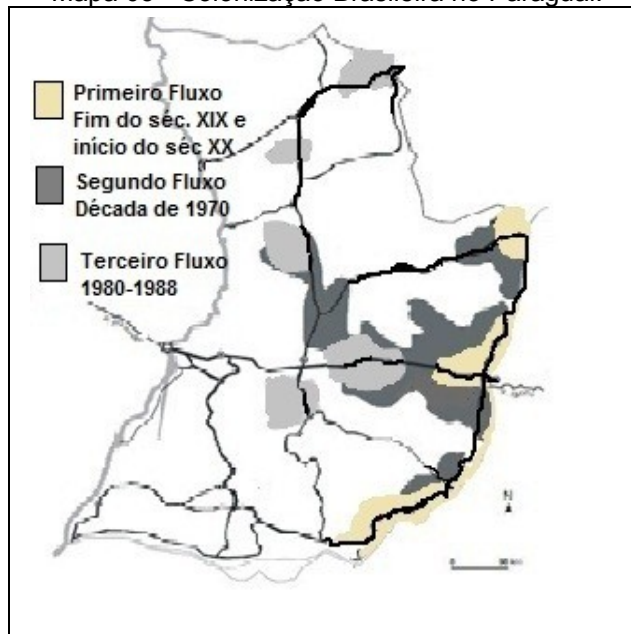
Fonte: SOUCHAUD, 2001, p.90. (Adaptado por Cleverson de Oliveira)

A presença brasileira no território paraguaio a partir de 1970, particularmente, determina não apenas a densidade populacional daquele espaço geográfico, mas também evidencia a transformação da paisagem, motivada pela economia e ainda a influência na cultura e na tradição quando os imigrantes, em maioria, se comparados aos paraguaios, acabam tendo a predominância de seus hábitos e costumes brasileiros, minimizando inclusive o idioma naquela porção onde se fixavam.

Para Menegotto (2004), os brasileiros imigrantes no Paraguai vão se estabelecer em núcleos colonizadores, ocupando e transformando estes territórios, desbravando uma mata ainda virgem. Nestes povoados realizavam

suas atividades organizadas em grupos familiares, de parentesco, de conhecidos ou ainda com laços de amizades formados e criados anteriormente no Brasil. O mapa 03, a seguir, apresenta as áreas colonizadas pelos brasileiros no Paraguai.

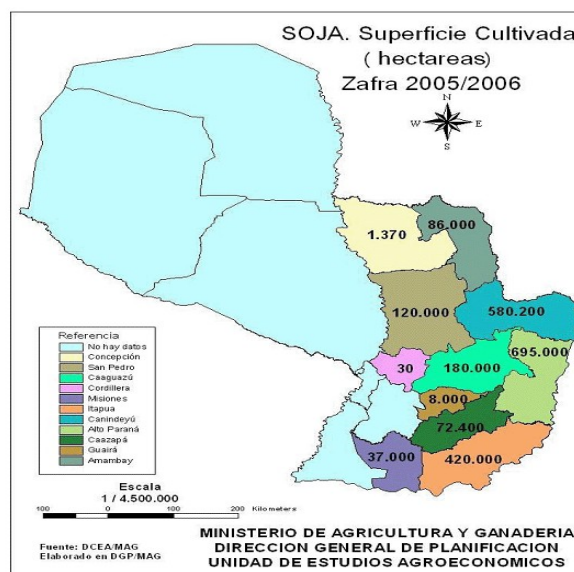
Mapa 03 - Colonização Brasileira no Paraguai.



Fonte: Souchaud, 2002. (Adaptado por Cleverson de Oliveira)

Podemos observar no mapa elaborado por Souchaud (2002) os fluxos migratórios de brasileiros no Paraguai. A primeira delas, indicada pela cor bege, ocorridas entre o final do século XIX e início do século XX, basicamente nas regiões fronteiriças e numericamente numa proporção inexpressiva. Na segunda corrente migratória, ocorrida na década de 1970, indicada pela cor cinza escuro, momento que se efetivam as políticas da *Marcha del Este*, as terras se localizam em pontos distantes da faixa de fronteira, estendendo-se para as áreas no interior do país. E, no último fluxo indicado pelo mapa com a cor cinza claro, ocorrido dos anos 1980 a 1988, final do governo Stroessner se efetivam com sucesso o projeto governamental *Marcha del Este*. Neste momento já se permite que os brasileiros se tornem os grandes colonizadores e donos das terras paraguaias, produzam soja para a exportação e que, até hoje, ainda determinem os ritmos da economia e da produtividade daquele país. Como apontam as informações do mapa 04, a seguir.

Mapa 04 - Produção da Soja em território paraguaio – Início do Século XXI, resultado da colonização brasileira.



Fonte: Paraguai, Ministério da Agricultura (2011).

Ou seja, o mapa acima apresenta a quantidade de produtividade da soja na atualidade, localizado nas áreas ocupadas pelos migrantes brasileiros. Esta área, representada pelos departamentos paraguaios fronteiriços ao Brasil com maiores índices de produtividade da soja paraguaia, maior expressão de sua exportação.

Para Figueiredo (2002) os brasileiros implantaram uma agricultura moderna cujas bases estavam pautadas em ideais trazidos do Brasil, na chamada modernização da agricultura – mecanização da produção agrícola, melhoria genética das plantas e insumos químicos industriais.

Para terminar este capítulo, reforçamos que cumprindo com os objetivos da *Marcha del Este*, criada durante o governo Stroessner, temos a efetivação desta política governamental quando a corrente imigratória de brasileiros assume a produtividade e dá outra organização àquele território – a porção leste do Paraguai. O Estado neste caso determinou o fluxo da imigração dos brasileiros nos departamentos paraguaios. Reorganizou a legislação fundiária do país, alterou a Constituição para permitir a aquisição de terras pelos estrangeiros, principalmente brasileiros e a sua fixação nesta região. Direccionou grandes esforços nos seus programas de governo para políticas que assegurassem a permanência dos brasileiros e implementasse o

agronegócio exportador como base de sua economia, esta também liderada por latifundiários brasileiros nas terras paraguaias.

## CONCLUSÃO

Com a revisão bibliográfica e análise dos documentos citados nesta pesquisa, o mais relevante e o que nos permite constatar é que o Estado teve papel decisivo e determinante na efetivação das correntes migratórias analisadas. O oeste paranaense e o leste paraguaio através de suas políticas nacionais colonizadoras.

O Estado tanto na *Marcha para Oeste* quanto na *Marcha del Este*, se mostrou presente na intensificação e potencialização destas trajetórias migratórias, onde influenciaram através de programas estruturais e incentivos financeiros a fixação das mobilidades analisadas nas regiões selecionadas para implementar suas políticas colonizadoras. Com o levantamento das informações realizadas é possível afirmarmos que o Estado foi fundamental e determinante nos dois fluxos migratórios selecionados.

Pelos dois recortes migratórios analisados, conseguimos perceber o Estado em uma relação muito próxima, determinando a ocupação destes espaços, criando a estrutura adequada para implantar o modelo econômico produtivo que melhor convinha aos interesses desenvolvimentistas de cada país. No caso do oeste paranaense organizando sua estrutura fundiária em pequenas propriedades e, no leste paraguaio preferindo se organizar em latifúndios. Ofereceu as condições necessárias para a efetivação e a fixação destes migrantes, para privilegiar e dinamizar as produções agrícolas em ambas as regiões escolhidas por Brasil e Paraguai destacando nos dois recortes, a monocultura da soja, realizada pela modernização da agricultura através da mecanização voltada para o agronegócio exportador.

Encontramos ainda a justificativa semelhante nos dois casos por parte dos discursos do Estado, quando garantem uma preocupação para direcionar seus investimentos e sua força estatal em serviços e financiamentos, na tentativa de equilibrar o desenvolvimento das regiões distintas do país até aquele momento, através destas ações garantiram a soberania estatal sobre seus territórios e integraram internamente as regiões que eles consideravam



como grandes “vazios” demográficos ao território nacional. Também identificamos nos discursos ideológicos, como se alinhados fossem, empregados pelos dois governos para justificar o desenvolvimento e a modernização da economia pretendida através do modelo produtivo/exportador estabelecido como uma grande meta em seus governos, e repassado como forma de convencimento da população na busca de adesão do maior número possível de migrantes para tais regiões.

Muitas semelhanças são recorrentes nos dois recortes migratórios. O perfil do “migrante ideal” para implementar as políticas colonizadoras se mostrou singular nos dois países na seleção feita pelos dois Estados, um agricultor de experiência, ordeiro e disciplinado, que buscava novas oportunidades, sejam elas na ampliação de propriedades para intensificar suas produções, objetivando o agronegócio e uma monocultura extensiva. A questão territorial organizada pelos dois Estados a partir de uma fiscalização e negociação fundiária através de empresas colonizadoras privadas esteve presente nos dois casos analisados. Os investimentos financeiros do Estado, as parcerias estimuladas pelo governo junto aos setores privados como forma de garantir a dinamização e a modernização das regiões em suas estruturas básicas que permitissem que o agronegócio fosse efetivado e obtivesse sucesso.

O poder ideológico como forma de convencimento é fator comum. No caso brasileiro, a *Marcha para Oeste* era apresentada com uma forte propaganda do próprio Estado, que baseava-se na ocupação de tal região como alternativa que garantiria além do desenvolvimento agrário e econômico a nacionalização do país, a integração entre as regiões, a soberania governamental, a segurança nacional e a transformação da população em um povo e do país em uma grande nação, ou seja, a construção de um novo Brasil forte e moderno e revitalização do seu sentido de “brasilidade” criando com isso uma nova identidade ao povo brasileiro. No Paraguai, este poder ideológico, foi representado não pelo Estado diretamente, mas sim por um dos seus tentáculos, o Partido Colorado, mais próximo da população apresentava como a alternativa mais adequada para tirar o país do seu “atraso”, a implementação da sua política colonizadora nacional e dava apoio total ao presidente Stroessner, a figura central da efetivação da *Marcha del Este*, onde



os dados apontam a personificação desta política migratória com este governante, assim como a *Marcha para Oeste* é associada no Brasil à figura, principalmente de Getúlio Vargas, e importante projeto dentro da estrutura do seu governo.

Nos dois casos, Paraguai e Brasil, podemos afirmar que o Estado influenciou, intensificou e determinou estas correntes migratórias apresentadas. Influenciou a mobilidade ao fazer uma propaganda ideológica pautada em sucesso econômico no modelo produtivo por ele escolhido – o agronegócio exportador. Intensificou as correntes migratórias a estas regiões quando criou estrutura, financiou e estimulou as produções, garantiu infra-estrutura adequada para o sucesso do agronegócio. E, determinou tais fluxos migratórios quando concentrou grande parte da sua força de Estado nestas regiões, deixando evidente que o governo estava presente ali para garantir a efetividade e a implementação de uma política estatal que colocaria estes países entre as grandes nações a partir da efetivação das suas políticas nacionais colonizadoras.

Os dados censitários nos dois países corroboram com tais afirmativas quando evidenciam o povoamento dos dois recortes espaciais e sua posterior intensificação nas densidades demográficas se tornando nos dois casos, a maior corrente migratória da História de cada um dos dois países.

Com este trabalho, e os dados apresentados por ele, permitem-nos identificar no Estado-nação uma força preponderante e determinante no que se refere a construção de uma política colonizadora, e por consequência, migratória no sentido que os tentáculos governamentais aliados a construção ideológica de criação de um sentido nacionalista, de modernização econômica e de fortalecimento nacional, conseguem convencer grandes contingentes populacionais a se lançarem ao desafio de mudar suas vidas com as oportunidades apresentadas pelo Estado e, ainda, acreditam estar contribuindo e inseridos na construção da soberania do seu país internacionalmente. O povo adere então à colonização, unindo suas intencionalidades particulares e ambição por melhores oportunidades nas políticas nacionais de ocupação, povoamento e colonização de territórios selecionados e em modelos econômicos determinados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, H. P. P. **Limites do Brasil**: A fronteira com o Paraguai. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: deslocamento e circulação dos Brasiguaios entre os limites nacionais. In: Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 31, jan/jul. 2009.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família do imigrante. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**. Campinas. V.11, n.01, pp. 61-87, 1994.
- ANGELI, Heitor Lothieu. **Crônicas do oeste**: histórias dos pioneiros. Maringá: Editora Farroupilha, 1998.
- ARRUDA, Gilmar Herodoto. **Frutos da terra** – os trabalhadores da Matte Larangeira. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- AURÉLIO, Isônia. **Cabanas, tenentes e estrangeiros**: explorando o oeste do Paraná na década de vinte. (Monografia de especialização em História). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000.
- BACKHEUSER, Everardo. **A estrutura política do Brasil**. Notas prévias. Rio de Janeiro: Mendonça Machado & Cia, 1926.
- BACKHEUSER, Everardo. Geopolítica e geografia política. In: **Revista Brasileira de Geografia**. V.04, n.01, pp. 21-38, jan/mar, 1942.
- BACKHEUSER, Everardo. **Problemas do Brasil**. Estrutura geopolítica. O espaço. Rio de Janeiro: Editora Omnia, 1933.
- BALHANA, A. P. Política imigratória no Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba. V.6, n.12, pp. 65-80, mai/jun, 1969.
- BÁRBARA, Marcelo Santa. **Brasiguai**: Territórios e jogos de identidade. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record. 1992.
- BARCELLOS, Tanya M. Migrações internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década. In: **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, n.16, p.296-328, 1995.
- BARROS, Luiz Eduardo Pinto. **A dinâmica das relações de Brasil e Paraguai sobre a questão fronteiriça (na década de 1960)**. In: Revista História em Reflexão, Vol.03, n.06, Dourados, jul/dez 2009.
- BECKER, B. **A fronteira no final do século XX**. In: Espaço e Debate, n.03, NERU, São Paulo, 1983.
- BENKO, G.; & LIPIETZ, A. **As regiões ganhadoras**: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BIANCHINI, Odaléia da Conceição Diniz. **A companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra no Sul de Mato Grosso (1880-1940)**. Campo Grande: UFMS, 2000.

BONI, Paulo Cesar. **Fincando estacas!** A história de Londrina (década de 1930) em textos e imagens. Londrina: Editora Autor, 2004.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - MRE/DAC. **Relatório Consular Anual** – atos notariais dos consulados e embaixadas brasileiras. 2011

BRITO, Fausto, **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o grande caso brasileiro**. São Paulo: CEDEPLAR, 1997.

BRITO, Fausto. Minas e o Nordeste, perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. In: **Anais do II Encontro Nacional de Migrações**. São Paulo: ABEP/GT Migrações, 1999.

CAMARA, M. T. G. **Migrações internas: evolução teórica e algumas evidência empíricas para o caso brasileiro**. Londrina: Semina, 1988.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e a concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. Campinas: Unicamp, 1998.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2002.

CAPEL, H. El derecho a la movilidad e los conflictos de la adaptación. In: **Scripta Nova**. Espanha, nº81, fevereiro de 2001.

CARDOSO, Jaime Antônio; Westphalen, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. 2 ed. Curitiba: Chain, 1996.

CARVALHO, J. A. & FERNANDES, Fernando. **Estimativas dos saldos migratórios e taxas líquidas de migrações das unidades da federação e grandes regiões do Brasil**. São Paulo: CEDLEPAR, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: Rio de Janeiro, a república que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CASTLES, S. & MILLER, M. J. **The age of migration** – international population movements in the modern world. London: Macmillan Press, 1998.

CAUBET, Christian G. **As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na bacia do Prata**. São Paulo: Acadêmica, 1989.

CERVO, Amado Luiz. **A política externa brasileira: 1822 a 1985**. São Paulo: Ática, 1986.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIAVENATO, Júlio José. **Stroessner: retrato de uma ditadura**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CNBB. Conselho Nacional dos Bispos do Brasil. Pastoral do Migrante. **Relatório da comissão internacional para imigração**. Rio de Janeiro. 2009.

COHEN, R, **Global diásporas**. London: UCL Press, 1999.

COLODEL, José Augusto. **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: PMSH, 1988.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: Editora Ave Maria, 1975.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de colonização oficiais aplicados a partir da década de 1930 em zonas pioneiras e de povoamento no estado do Paraná. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Aracajú, set, 1975.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles** – o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do império. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOMENACH, H. & PICQUET, M. **As imigrações**. Tradução Eduardo Bologna. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: nova história do Paraguai**. São Paulo: companhia das Letras, 2002.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a Constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil de 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DURHAM, E. A. **Caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná**. Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

FABRIS, Alexandre. **Biblioteca do ensino**. São Paulo: Editora Paulista, 2000.

FARIA, José Eduardo. **O direito na economia globalizada**. São Paulo: Malheiros, 1999.

FARINA, Bernardo Néri. **El último supremo**: la crônica de Alfredo Stroessner. Asunción: Editorial el Lector, 2003.

FAUSTO, Boris. Imigração, cortes e continuidades. In: Novais, Fernando A. & SCHWARTZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FELIÚ, F. **Canindeyu – zona alta**: los brasiguayos. Assunción: Leo SRL, 1999.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. In: **Revista Pegada**, vol. 08, n.02, dezembro de 2007.

FERRARI, Carlos Alberto. **O avanço do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no município de San Alberto**. Marechal Candido Rondon: Centro de Ciências Humanas e Letras, 2009.

FERREIRA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; & PIFFER, M. **A influência do Prata na ocupação do oeste do Paraná e na sua formação sócio-econômica**: algumas considerações preliminares. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FERREIRA, Eva Maria da Luz. **A participação dos índios Kaiowa e Guaraní como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira**.

(Dissertação de Mestrado em História). Dourados-MS, Universidade da Grande Dourados, 2007.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FIGUEREDO, O. A. T.; & MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2002.

FIORENTIN, Marta Izabel Schneider. **Imigrantes agricultores brasiguaios: alguns testemunhos e experiências (1970-2008)**. Toledo: Unipar, 2010.

FLORENTÍN, Carlos Gomez. **El Paraguay de la Post Guerra (1870-1900)**. Asunción/Paraguay: El Lector, 2009.

FOGARI, E. **Norte do Paraná**. Um estudo dos movimentos de ocupação e sua história recente. Curitiba: SEED/PR, 2011.

FOLADOR, João David. **Gaúchos em Santa Catarina e Paraná**. Curitiba: Editora Instituto Memória, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FOUCHER, Michael. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital**. São Paulo: Editora Estampa, 1977.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Canoas: ULBRA, 2003.

GERUPPI, Luiz. **Imigração e Colonização**. Porto Alegre: EST/UCS, 1980.

GLICK, S. & SCHILLER, N. Laços de sangue – os fundamentos raciais do estado nação transnacional. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n.48, 1997.

GOIRIS, Fábio Aníbal Jara. **Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume, 1994.

GOMES, Charles P. Os estudos de imigração: sobre algumas implicações políticas do método. In: PÓVOA NETO, Hélio & FERREIRA, Ademir Pacelli. **Cruzando Fronteiras Disciplinares**. São Paulo: RENAVAN, 2000.

GONÇALVES, José H. Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EdUEM, 1999.

GONZALES, E. N; & BASTOS, M. I. **Migração rural e o trabalho volante na agricultura brasileira**. Brasília: UNB, 1979.

GRAHAM, Douglas. **1872 – 1970**. São Paulo: CNPq, 1984.

GRAHAN, D. H.; & HOLANDA, F. S. B. **Algumas considerações econômicas para a política migratória no meio brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1971.

GREGORY, V. Colonização e fronteiras: o caso do estado do Paraná (1930-1960). In: LOPES, M. A. **Espaços da memória e fronteiras**. Cascavel: Edunioeste, 2000.

GREGORY, V. **Modernização e representações no oeste do Paraná**. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

GREGORY, V. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial**: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 à 1970. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niteroi: 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina. **O imaginário do Sertão**: lutas e resistência ao domínio da companhia Matte Larangeira. (Dissertação de Mestrado em Geografia) Campinas: UNICAMP, 1991.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. **Censo demográfico de 1940-1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo demográfico de 1950-1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo demográfico de 1960-1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais, mesorregião geográfica do oeste paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2003.

JARA, F. A. **Paraguay: ciclos adversos y cultura política**. Asunción: Servilibro, 2004.

KLAUCK, Samuel. **Gleba dos bispos** – colonização no oeste do Paraná, uma experiência católica de ação social. Porto Alegre: Editora EST, 2004.

KLEINKE, M. L. U.; DESCHAMPS, M. V.; & MOURA, R. **Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96)**: origens distintas e destinos convergentes. Revista paranaense de desenvolvimento. Curitiba: IparDES, n.95, jan/abr. 1999.

KUTZ, R. **Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial**. São Paulo: Paulinas, 2005.

LAHORGUE, Maria Alice. **Dinâmica espacial da produção da população e as zonas de fronteira**: reflexões sobre o Mercosul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

LAINO, Domingo. **Paraguay**: fronteras y penetración brasileña. Asunción: Cerro Corá, 1977.

LAVALLE, Aída Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1991.

LAZIER, Hermógines. **Paraná**: terras de todas as gentes e de muita história. 2.ed. Francisco Beltrão: Editora Grafit, 2004.

LEE, E. S. **Teorias da Migração**. São Paulo: Editora DMO, 1966.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**; Amazônia, Nordeste e Centro-oeste. Campinas: Unicamp, 1986.

LESSER, Jeffrey. Imigrações e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil durante a era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V.14, n.28, pp. 121-150, 1995.

LEZCANO, Carlos Maria. Constituição e crise do estado militar no Paraguai. In: **Revista Política & Estratégia**, v.05, n. 04, out/dez 1987.

LIMA, Joel. As influências da Itaipu Binacional na região de fronteiras. In: **Anais do Seminário as Interfaces do Mercosul**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

LOPES, J. R. B. & PATARRA, N. **Redistribuição regional e rural urbana da população brasileira**. São Paulo: Estudos CEBRAP, n.20, abr/jun. 1977.

LOPES, Sérgio. **O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACCARI, N. S. K. **Migração e memória** – a colonização do oeste paranaense. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

MACCARI, Neiva Salete Kern. **Migração e memórias**: a colonização do oeste paranaense. (Dissertação de Mestrado em História) Curitiba: UFPR, 1999.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras e redes. In: **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, 1998.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e as migrações** – 1940 a 1991. Dissertação de Mestrado em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. Tese de Doutorado em Demografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, Marisa Valle. **O Paraná e as migrações** – 1940 a 1991. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 1991.

MALERBA, Jurandir. **Os brancos da lei**. Maringa: EdUEM, 1994.

MÁRMORA, Lélío. **Las políticas de migraciones internacionales**. Madrid-Buenos Aires, OIM, Alianza Editorial, 1997.

MARQUES, Angela Maria. Movimentos migratórios fronteiriços. In: **Anais do XXVII Congresso Anual da ILASSA**, 2007.

MARSON, A. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINE, G. **A distribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua Nova**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1991.

MARTINE, George. **A globalização inacabada** – migrações internacionais e pobreza no século XXI. São Paulo: Paulinas, 2005.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MEISSNER, Doris. **La migración: desafíos estratégicos**. Quito: FLACSO, 1992.

MELLOS, E. C. **A mercantilização da produção agrícola regional e o estado da dinâmica da acumulação do capital e expansão das cooperativas agropecuárias singulares** – o caso do extremo oeste paranaense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEDLEPAR, 1988.

MELO, Leonel Itaussu Almeida. **A geopolítica do Brasil e a bacia do Prata**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.

MELO, Mario Lacerda. **Migrações para Manaus**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

MENEGOTTO, Ricardo. **Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros e a redefinição de fronteiras**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MENEZES, Alfredo de Mota. **A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955 a 1980**. Campinas: Papirus, 1987.

MILDA, Rivarola. Cómo hemos vivido el bicentenario. In: **Revista de reflexión y diálogo de los jesuitas del Paraguay – ACCIÓN**. Asunción, n.30, novembro/2011.

MILDA, Rivarola. Independencia y nación en nuestra historia. In: **Revista de reflexión y diálogo de los jesuitas del Paraguay – ACCIÓN**. Asunción, n.301, fevereiro de 2010.

MILDA, Rivarola. Justicia paraguaya en cifras. In: **Revista de reflexión y diálogo de los jesuitas del Paraguay – ACCIÓN**. Asunción, n.315, junio de 2011.

MILDA, Rivarola. Latinoamérica, identidad e integración. In: **Seminário sobre Integração da América do Sul**. Rio de Janeiro, 2009.

MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2004. Disponível em: [http://www.migrante.org.br/as\\_migracoes\\_internacionais\\_contemporaneas\\_160505b.htm](http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm)

MOLINAS, José. **Instituições políticas del Paraguay**. Asunción: Editora Desarrollo, 2004.

MORA, Frank. **La política exterior del Paraguay (1811-1889)**. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1993.

MORAES, A. C. R. **Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1991.

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: ocupação e relações interculturais**. Maringá: EdUEM, 2005.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros; conflitos de terra no oeste paranaense**. Niterói: UFF, 2002.



NADALIN, S. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NIEDERAURER, Ondy Hélio. **Plano de colonização da indústria madeireira colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá**. Toledo: S/Ed., 1955.

OLIVEIRA, A. U. Território e migração: uma discussão conceitual na geografia. In: **Anais do Simpósio Internacional sobre Migrações**. São Paulo: USP, 2001.

OLIVEIRA, Benícia Couto. **A política de colonização do Estado Novo (1937 – 1945)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, L. L. de. **A questão nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Migração Internacional 2006**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População. Publicação das Nações Unidas. N.E6, XIII.6, março de 2006.

OSÓRIO, Ivan Dall' Igna. **O fenômeno migratório na região Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

PACHECO, C. A.; & PATARRA, Neide. **Movimentos migratórios anos 80**. Curitiba: IPARDES, 1998.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARAGUAY. **Ley 2532**. Establece la zona de seguridad fronteriza de la Republica del Paraguay, 9 dic. 2004.

PARAGUAY. **Resultados finales Censo Nacional de Población y Vivendas: Año 2002 – total país**. Assunción: DGEEC, 2004.

PARAGUAY. **Resultados finales Censo Nacional de Población y Vivendas: Año 1991 – total país**. Assunción: DGEEC, 1993.

PARAGUAY. **Resultados finales Censo Nacional de Población y Vivendas: Año 1980 – total país**. Assunción: DGEEC, 1985.

PARAGUAY. Secretaría Técnica de Planificación. **Perfil sobre el Paraguay**. Asunción: STP, 1985.

PATARRA, Neide. Tendências e modalidades recentes das migrações internas e distribuição populacional no Brasil. In: **Anais do Seminário de Migrações do Nordeste**. Recife, 1995.

PATARRA, Neide; CUNHA, José Marcos P. Migração um tema complexo. In: **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, p.22-35, jul/set, 1987.

PAULA, N. M. **Os camponeses e a intermediação comercial: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores paranaenses**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1983.

PENA FILHO, Pio. **A América latina, sua integração e sua inserção no mundo globalizado**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEREIRA, Paulo Moreira. Percepções sobre migração transnacional e fomento do desenvolvimento. In: **Revista Estudos Políticos**, n.01, Novembro de 2010.

PETERSON, W. **População**. São Paulo: Pioneira, 1961.

PIFFER, M. **A dinâmica do oeste paranaense**: sua inserção na economia nacional. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

PIORE, M. **Sociedade migrante e trabalho**. São Paulo: Loyola, 1979.

PÓVOA-NETO, Helion. Barreiras físicas à circulação como dispositivos de política migratória: notas para uma tipologia. In: **Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações da ABEP**. 2007.

PÓVOA-NETO, Helion. **Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual**: novos desafios para análise. São Paulo: Humanitas, 1997.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. **Migração interna**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, direitos humanos e migrações internacionais**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.19, n.55, junho de 2003.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**: a influência da bandeira na formação social do Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1970.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no oeste do estado do Paraná**; uma análise de 1950 a 2000. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIPPEL, Ricardo; & LIMA, Jandir Ferreira de. Pólos de crescimento econômico; notas sobre o caso do oeste do Paraná. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.14, n.01, jan/abr., 2009.

ROJA PAÉZ, B. D. **Itaipú y crecimiento económico de Paraguay**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidad de Tucumán. Argentina, 2001.

RUA, João. **Repensando a geografia da população**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SALIM, C. A. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, N. L. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

SANTOS, R. B. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 2003.

SASSEN, Saskia. Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, dezembro 1988.

SAWER, D. **Ocupação e desocupação da fronteira agrícola do Brasil**. Brasília: Traex, 1984.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **Contexto histórico da educação no oeste do Paraná**. Monografia de Especialização em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2007.

SCHALLEMBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Políticas de colonização: uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. In: **Revista de Estudos Sociais**, ano 11, n.21, v.01, 2009.

SCHALLEMBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Políticas de colonização: uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. In: **Revista de Estudos Sociais**. Ano 11, n.21, v.1, 2009.

SCHNEIDER, Iara Elisa. Movimentos migratórios: a inserção sócio-econômica dos migrantes dentro das fronteiras agrícolas. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, 2008.

SCHOLOSSER, M. T. S. **Nas ondas do rádio**: a viabilidade da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980). Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e luta pela terra agrícola no Paraná**. (Tese de doutorado em Geografia). Rio Claro: UNESP, 1991.

SILVA, Jovan Vilela de. **A multiface da empresa Mate Larangeira** – um truste encravado no sul do Mato Grosso (1882-1950). Rondonópolis: ICHS/UFMT, 2003.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral. **Brasil – Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973**. Um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ENTENE, 1988.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Hucitec, 1972.

SOUCHAUD, Sylvain. **Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja**: uma organización del territorio al estilo brasileño. Asunción: CERJ, 2007.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Assunción: UNFPA, 2001.

SOUCHAUD, Sylvain. **Migrações pioneiras e dinâmicas territoriais: os casos do Alto Paraná e de Canindeyu no Paraguay**. Maringá: UEM, 2002.

SPERANÇA, Alceu. **Pequena história de Cascavel e do Oeste**. Cascavel: Editora JSI Ltda, 1980.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasiguaios**: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

TAPINOS, George. **Integração econômica regional**. São Paulo: Holifield, 1975.

TODARO, M. P. **A migração da mão de obra e desemprego urbano em países subdesenvolvidos**. Fortaleza: BNB, 1969.

TOMAZI, Nelson. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. (Tese de Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 1997.

TORPEY, Michael . **The invention of the passport. Surveillance, citizenship and the state.** Nova York, Cambridge University Press, 2000.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Rumo à brasilidade: Mato Grosso e a Marcha para Oeste (1937-1945). In: **Anais da VI Semana de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.** Três Lagoas, 2003.

VAINER, Carlos B. **Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade.** In: Povia-Neto, H. & FERREIRA A. P. Cruzando Fronteiras Disciplinares, Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VARGAS, Getúlio. **A campanha presidencial.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1938a.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938b.

VIANNA, F. J. de Oliveira. Os novos territórios. In: **Ensaio Inédito.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

VIEIRA, Xénia; CABRAL, Alcinda. **Políticas integrativas e conceitos ligados às migrações.** Porto-Portugal; Universidade Fernando Pessoa, 2007.

VILLA, M. **Una nota acerca de la información sobre migración internacional en latinoamerica.** Buenos Aires: IMILA, 1997.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 2002.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba: Vicentina, 1998.

WEIL, Patrick. **La France et ses étrangers.** Paris: Calmann, 1991.

WESTPHALEN, Maria Cecília; MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. In: **Boletim da Universidade do Paraná.** Departamento de História. Curitiba, n.07, pp. 01-32, 1968.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina.** Londrina: Editora Humanidades, 2006.

ZAAR, Miriam H. A imigração no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. In: **Revista Scripta Nova,** Barcelona, n.94, agosto 2001.

ZAAR, Mirian Hermi. **A produção do espaço agrário em Marechal Cândido Rondon entre 1940 e 1991.** (Dissertação de Mestrado em História). Flerianópolis: UFSC, 1996.

ZOLBERG, Aristide. **Matters of State, theorizing immigration policy.** Nova York: Russel, 1999.